

TOOLKIT PARA ESTABELECIMENTO DE LMMAS

Um estudo de caso da abordagem 'Nosso Mar Nossa Vida' (OSOL) para a conservação marinha comunitária no norte de Moçambique





Agradecimentos

Autores: Saide Amade, Rachide Cachimo, Ercílio Chauque, Mário Daide, Jeremy Huet, Tomas Langa, Maida Lobo, Semo Mapai, Jamen Mussa, Bibiana Nassongole, Kennedy Osuka, Nelza Patrício, Ana Pinto, Melita Samoilys, Sérgio Rosendo, Isabel Silva, Teresa Tsotsane

Contribuidores: Mamudo Abudo, Faruk Assane, Márcia Brás, Aniceto Cululo, Nicholas Hill, Joan Kawaka, Heather Koldewey, Sidonio Machaieie Patrício Marques, Antonio Massangai, Peter Musembi, Surshti Patel, Mike Riddell, Rui Rocha, Daniel Selemane

Editado por: Sérgio Rosendo, Ana Pinto, Gildas Andriamalala, Jeremy Huet

Citação

Citando o documento inteiro:

Rosendo, S., Pinto, A., Andriamalala, G., Huet, J. (eds) (2020) Toolkit para estabelecimento de LMMAs: Um estudo de caso da abordagem 'Nosso Mar Nossa Vida' (OSOL) para a conservação marinha comunitária no norte de Moçambique. Londres: Zoological Society of London e Pemba: Associação do Meio Ambiente

Citando uma secção específica do toolkit (por exemplo, Secção 3):

Cachimo, R. (2020). "Introdução do projecto às comunidades e desenvolvimento de parcerias" em Rosendo, S., Pinto, A., Andriamalala, G., Huet, J. (eds). Toolkit para estabelecimento de LMMAs: Um estudo de caso da abordagem 'Nosso Mar Nossa Vida' (OSOL) para a conservação marinha comunitária no norte de Moçambique. Londres: Zoological Society of London e Pemba: Associação do Meio Ambiente, pp 22-25

Créditos fotográficos

As fotografias utilizadas neste toolkit foram tiradas pela AMA e ZSL como parte do projecto Our Sea Our Life, com exceção das seguintes:

[Fotógrafo (número da página | posicionamento da foto: T- parte superior da página; B- parte inferior da página; L- lado esquerdo; R- lado direito)]

Mike Riddell (cover)

Adaoma Wosu (10|BR; 11|TR; 12|TR; 15|T; 27|T; 50; 51|T; 81|T)

Rebecca Short (2|T; 106|T; 117)

Isabel Silva (80)

CORDIO (38|TR; 39|BR; 48|TR)

Unilúrio (44|BL; 49|R; 57|TR)

Para mais informações, visite o nosso website:

zsl.org/conservation/regions/africa/our-sea-our-life

Siga-nos no Twitter: [@OurSeaOurLife](https://twitter.com/OurSeaOurLife)

Contacte-nos: ourseaourlife@zsl.org

ISBN 978-0-900881-79-4

Obrigado a todos os nossos parceiros:



E aos nossos financiadores:



Índice



1. Introdução.....	5	3.1. Desenvolvimento de parcerias	22
Porquê Moçambique?.....	7	3.2. Introdução do projecto ao nível da comunidade.....	25
Biodiversidade marinha única a nível regional.....	7	4. Estudos preliminares.....	26
Pressão crescente da pesca insustentável.....	7	4.1. Levantamento socioeconómico.....	28
Ameaças emergentes dos 'Megaprojectos' de desenvolvimento.....	7	4.2. Censos domésticos.....	31
A abordagem Nosso Mar Nossa Vida para a conservação marinha comunitária.....	8	4.3. Diagnóstico do CCP.....	33
Os principais elementos da abordagem OSOL.....	8	4.4. Avaliação da viabilidade da horticultura.....	35
Áreas Marinhas de Gestão Comunitária (LMMAs).....	10	4.4.1. Desenvolver o questionário.....	35
Mecanismos de gestão e governação locais.....	10	4.4.2. Realização do inquérito no campo.....	36
Meios de subsistência e financiamento sustentáveis.....	10	4.4.3. Análise dos dados e preparação do relatório.....	37
Contribuição das LMMAs para as estratégias nacionais e internacionais de Moçambique.....	11	4.5 Avaliação biológica.....	38
Como foi produzido o toolkit?.....	11	4.5.1 Avaliação científica da biodiversidade de recifes de coral...39	
Para quem se destina o toolkit?.....	12	4.5.2 Monitoria comunitária de recifes de coral.....	39
O conteúdo do toolkit e como usá-lo.....	12	4.5.3 Monitoria das pescarias/CPUE.....	39
2. Selecção das comunidades para implementação de LMMAs.....	14	5. Monitoria e Avaliação.....	42
2.1. Definir critérios de selecção.....	15	5.1. Desenvolver uma estrutura de Monitoria e Avaliação.....	43
2.2. Identificar comunidades com potencial.....	17	5.2. Desenvolver um plano de implementação de M&A	45
2.3. Integração das perspectivas do governo na selecção das comunidades.....	18	5.3. Inquérito às famílias como ferramentas de M&A	46
2.4. Verificação no terreno das comunidades com potencial.....	19	5.4. M&A de actividades para melhoria dos meios de vida e bem-estar.....	48
2.5. Finalizar a selecção das comunidades	20	5.4.1. Monitoria de ACPEs.....	48
3. Introdução do projecto às comunidades e desenvolvimento de parcerias.....	21	5.4.1.1. Monitoria regular do desempenho das ACPEs	48
		5.4.1.2. Inquérito aos membros	48
		5.4.2. Monitoria dos impactos da horticultura	48
		5.4.3. Eficácia da Co-Gestão	48
		5.4.4. Monitoria biológica	48
		5.4.4.1. Monitoria científica dos recifes de coral	49

5.4.4.2. Monitoria comunitária.....	49	9.5. Avaliar a viabilidade ecológica das áreas propostas para RT e ZR.....	95
5.4.4.2.1. Monitoria comunitária de recifes de coral.....	49	9.6. Finalizar a escolha de RT e ZR.....	97
5.4.4.2.2. Monitoria comunitária de pescarias usando ODK.....	49	9.7. Desenvolvimento de regras e regulamentos.....	98
5.4.4.2.3. Recolha de CPUE por técnicos.....	49	9.8. Definição de papéis e responsabilidades.....	100
6. Criação, legalização e fortalecimento do CCP.....	50	9.9. Estratégia de implementação.....	102
6.1. Criação do CCP.....	51	9.10. Avaliação das necessidades de capacitação.....	104
6.2. Legalização do CCP.....	53	10. Implementação de Reservas Temporárias e Zonas de Reabastecimento.....	105
6.3. Publicação da legalização do CCP.....	54	10.1. Demarcação e sinalização das RT e ZR.....	106
6.4. Avaliar o funcionamento do CCP.....	55	10.2. Comunicação.....	112
6.5. Treinamento do CCP.....	56	10.3. Fiscalização.....	113
7. Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimos (ACPEs).....	58	10.4. Monitoria.....	114
7.1. Divulgação do conceito de ACPEs.....	59	10.5. Organização da abertura das RT.....	115
7.2. Formação de grupos ACPEs.....	61	11. Plano de Co-Gestão para LMMA.....	117
7.3. Treinamento de grupos ACPE.....	63	11.1. Compilação da informação para o plano.....	118
7.4. Implementação dos grupos, incluindo monitoria e Fundo Ambiental (FA).....	65	11.2. Redação do plano	123
8. Horticultura.....	68	11.3. Validação e aprovação do plano pelas comunidades e stakeholders.....	124
8.1. Introdução da horticultura aos líderes comunitários.....	70	11.4. Reconhecimento formal do plano de Co-Gestão.....	126
8.2. Sensibilização das comunidades sobre a horticultura.....	71	Referências bibliográficas.....	127
8.3. Formação de grupos de horticultura	73	Anexos.....	128
8.4. Seleção de áreas para a horticultura.....	74		
8.5. Aquisição de materiais e treinamento em técnicas de produção.....	75		
8.6. Avaliação rápida do mercado.....	77		
8.7. Colheita e venda de produtos.....	78		
9. Desenho participativo de medidas, regras, e regulamentos de Co-Gestão.....	80		
9.1. Avaliação de tendências e ameaças de recursos.....	82		
9.2. Sensibilização sobre a biologia dos recursos e medidas de gestão.....	87		
9.3. Mapeamento de recursos.....	89		
9.4. Definir os objectivos e medidas de gestão.....	92		

ACPE	Associação Comunitária de Poupança e Empréstimos	M&A	Monitoria e Avaliação
ADNAP	Administração Nacional das Pescas	MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
AMA	Associação do Meio Ambiente	NBSAP	National Biodiversity Strategic Action Plan
CBD	Convention on Biological Diversity	ONG	Organização não Governamental
CCP	Conselhos Comunitários de Pesca	ODK	Open Data Kit
CPUE	Catch Per Unit Effort	OSOL	Our Sea Our Life
DPMAIP	Direcção Provincial do Mar, Água Interiores e Pescas	RT	Reserva Temporária
FA	Fundo Ambiental	SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
FPIC	Free Prior Informed Consent	VSLA	Village Savings and Loans Association
IUCN	International Union for the Conservation of Nature	WIO	Western Indian Ocean
LMMA	Locally Managed Marine Areas	ZR	Zona de Reabastecimento
		ZSL	Zoological Society of London



1

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO



Sérgio Rosendo, Ana Pinto, Gildas Andriamalala, Jeremy Huet

A gestão comunitária dos recursos marinhos é uma abordagem importante em Moçambique, tendo como base legal a Lei das Pescas (Lei n. 22/2013) que contém uma série de disposições, no sentido de assegurar os direitos das comunidades locais aos recursos pesqueiros e a sua participação na gestão. Mais recentemente, a Lei da Conservação (Lei n. 5/2017) introduz as Áreas de Conservação Comunitárias, as quais reconhecem também o papel das comunidades locais na preservação dos ecossistemas, exploração sustentável e regeneração dos recursos naturais.

Dentro da gestão comunitária dos recursos marinhos, surgem as áreas marinhas de gestão comunitária, designadas internacionalmente por Locally Managed Marine Áreas ou LMMAs. As LMMAs têm sido implementadas em diferentes partes do mundo, incluindo na África Oriental (Quênia e Tanzânia) e em Madagáscar, onde tem sido uma solução eficaz para alguns dos desafios enfrentados pela gestão local. Em Moçambique, a criação e gestão das LMMAs ainda não está claramente regulamentada, podendo potencialmente ser realizada através da Lei das Pescas, no âmbito da gestão participativa dos recursos pesqueiros, ou da Lei de Conservação como áreas de conservação comunitárias. A necessidade de definir um quadro legal para as LMMAs é reconhecida pelas autoridades competentes, as quais têm vindo a desenvolver esforços nesse sentido conjuntamente com Organizações Não Governamentais (ONGs) e outras partes interessadas.

Em Moçambique, as iniciativas comunitárias de gestão dos recursos pesqueiros diferem nos seus objectivos e formas de implementação. No entanto, todas elas encorajam e apoiam as comunidades costeiras

a desenvolverem medidas de gestão intermediadas pelos Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs), que são as instituições a nível comunitário incumbidas pelo Regulamento da Pesca Marítima¹, de representar as comunidades na gestão dos recursos pesqueiros. Uma destas iniciativas é o projecto Nosso Mar Nossa Vida (Our Sea Our Life – OSOL) que, desde 2013, tem vindo a apoiar a criação de LMMAs na Província de Cabo Delgado como forma de reduzir o declínio dos recursos marinhos, conservar a biodiversidade, contribuir para reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar e nutricional das comunidades locais.

O projecto OSOL tem sido implementado em parceria com as comunidades locais, ONGs nacionais e internacionais, governo provincial e distrital, instituições de pesquisa e doadores. Ainda que alguns dos elementos do OSOL estejam em fase piloto, os resultados alcançados durante a primeira fase do projecto (2013-2018) são positivos e demonstram condições para a replicação da abordagem em outras comunidades da Província e, potencialmente, do país. Este toolkit foi elaborado para servir de recurso para a expansão da rede de LMMAs em Moçambique, usando a abordagem desenvolvida pelo projecto OSOL.

De seguida, explicaremos a importância das LMMAs em Moçambique, e os principais elementos da abordagem OSOL às LMMAs. Também delinearemos a contribuição dessa abordagem para as políticas e estratégias nacionais e compromissos internacionais de Moçambique, seguido de como o toolkit foi produzido, a quem se destina, o conteúdo e como pode ser usado.

¹Decreto n.43/2003, o qual em 2019 se encontrava em processo de revisão.



Porquê Moçambique?

Biodiversidade marinha única a nível regional

A biodiversidade marinha na costa norte de Moçambique é única na África Oriental e permanece relativamente conservada em comparação com o resto da região. Os recifes de coral demonstram um alto nível de resiliência ao branqueamento causado pelo aumento da temperatura da água do mar o que, juntamente com a sua localização em relação às correntes marítimas, os torna de extrema importância para a repovoação e recuperação da biodiversidade em áreas vizinhas (Hill *et al.*, 2009, McClanahan and Muthiga, 2017).

Esta região contém ainda habitats importantes, incluindo mangais e uma das maiores áreas de recifes de coral do país, com alto valor biológico devido à presença de uma grande diversidade de corais (297 espécies em Nacala) e peixes (263 espécies em Cabo Delgado) (Obura, 2012; Samoilys *et al.*, 2015), agregações de tubarões e espécies ameaçadas segundo a Lista Vermelha da IUCN tais como peixes-papagaio (*Bolbometapon muracatum*) e Napoleão (*Cheilinus undulatus*). Contrastando fortemente com a riqueza em recursos marinhos, as comunidades locais estão entre as mais pobres de Moçambique (MEF/DEEF, 2016) e são altamente dependentes dos recursos marinhos para a sua sobrevivência (Rosendo *et al.*, 2011; Rosendo, 2016; Rosendo and Daide, 2018).

Pressão crescente da pesca insustentável

Embora as capturas de peixe em Cabo Delgado ainda sejam comparativamente altas para a África Oriental (Samoilys *et al.*, 2019), os pescadores notam uma redução, que provavelmente está relacionada com o aumento da pressão sobre os recursos, exercida por pescadores locais e migrantes, e ao uso de artes de pesca insustentáveis (Wanyonyi *et al.*, 2011). Desde a década de 90, Cabo Delgado atrai um número crescente de pescadores migrantes, a maioria dos quais provenientes da província de Nampula, particularmente dos distritos de Memba e Nacala (Wanyonyi *et al.*, 2016). A vinda destes pescadores é motivada por várias razões, entre as quais a escassez de recursos e a falta de oportunidades económicas nas suas áreas de origem (Wanyonyi *et al.*, 2011). Se as práticas de pesca insustentáveis



continuarem, a degradação dos recursos prejudicará os meios de subsistência e o bem-estar das comunidades costeiras locais.

Ameaças emergentes dos 'Megaprojectos' de desenvolvimento

O norte de Moçambique (Cabo Delgado e Nampula) é palco de vários megaprojectos de desenvolvimento, com principal enfoque na exploração do gás natural e petróleo, mineração e construção de infraestruturas de apoio (portos, estradas, linhas eléctricas e, unidades industriais). A exploração de gás natural em Cabo Delgado é um dos principais factores de mudança, com um aumento populacional de 175% projectado para a cidade de Pemba (2017 a 2040, INE 2010). Os estudos de impacto ambiental já realizados, apontam para uma série de impactos nos ecossistemas marinhos e costeiros. Se não forem cuidadosamente geridos, a indústria do gás e outros 'megaprojectos' aumentarão ainda mais a pressão sobre os recursos costeiros e marinhos e por sua vez a insegurança alimentar e pobreza das comunidades costeiras.

A abordagem Nosso Mar Nossa Vida para a conservação marinha comunitária

Entre 2013 e 2018, o projecto Nosso Mar Nossa Vida (OSOL) desenvolveu com sucesso um modelo para promover a conservação e a gestão sustentável dos recursos marinhos, e garantir e melhorar os meios de subsistência e o bem-estar das comunidades costeiras locais. Este modelo é inspirado nas experiências de iniciativas semelhantes na região Ocidental do Oceano Índico e em outros locais, e adaptado ao quadro legal para a gestão da pesca em Moçambique. A sua filosofia geral é inclusiva, tendo o cuidado de envolver os grupos sociais que frequentemente são excluídos dos processos de gestão de recursos marinhos, particularmente mulheres, jovens e pescadores migrantes. Usando uma série de processos participativos estruturados, as comunidades recebem apoio para identificar as ameaças aos recursos marinhos e definir soluções, informadas por conhecimento sobre as experiências e lições aprendidas em outros contextos.



Os principais elementos da abordagem OSOL

Embora a gestão marinha comunitária não seja nova em Moçambique ou na região Ocidental do Oceano Índico, a interligação de três elementos torna a abordagem OSOL única e inovadora. Estes elementos incluem: (1) Áreas marinhas de gestão comunitária (LMMAs); (2) mecanismos de gestão e governação local; e (3) meios de subsistência e financiamentos sustentáveis. Estes elementos estão explicados e sumarizados na [Figura 1](#).



OUR SEA OUR LIFE

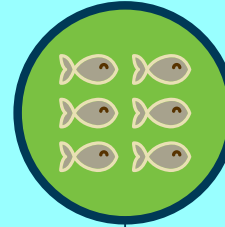
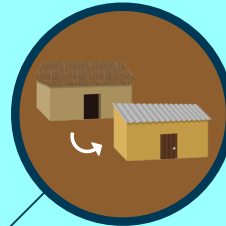
Capacitar as comunidades costeiras do norte de Moçambique a gerirem os seus recursos marinhos, desenvolverem meios de vida sustentáveis e reabastecerem o oceano.

A pesca insustentável ameaça espécies e os seus habitats. A exploração offshore de petróleo e gás também ameaça trazer novas perturbações. A pobreza é geral, tornando as comunidades costeiras altamente dependentes dos recursos marinhos. O apoio governamental para o ambiente marinho é limitado.



Os bancos comunitários permitem que a comunidade local economize dinheiro e invista em meios de vida sustentáveis.

O acesso a serviços financeiros essenciais melhora a segurança alimentar e qualidade de vida da comunidade local.



Introduzimos esquemas de 'Price Premium' ('Preço Bonificado') para a pesca de polvos, legumes e bivalves produzidos e colhidos de forma sustentável.

Incentivos financeiros suplementam o rendimento de pescadores e promovem o cumprimento dos regulamentos das reservas marinhas, ajudando o reabastecimento do oceano.



Introduzimos Áreas Marinhas de Conservação Comunitária com zonas de reabastecimento permanente e reservas temporárias. Estas áreas de pesca regulamentadas são supervisionadas pelos CCPs e pelas autoridades locais.

Espécies com ciclos de vida curtos, como o polvo, têm mais tempo para crescer, proporcionando um maior valor pós-captura para as comunidades locais quando as reservas temporárias reabrirem.

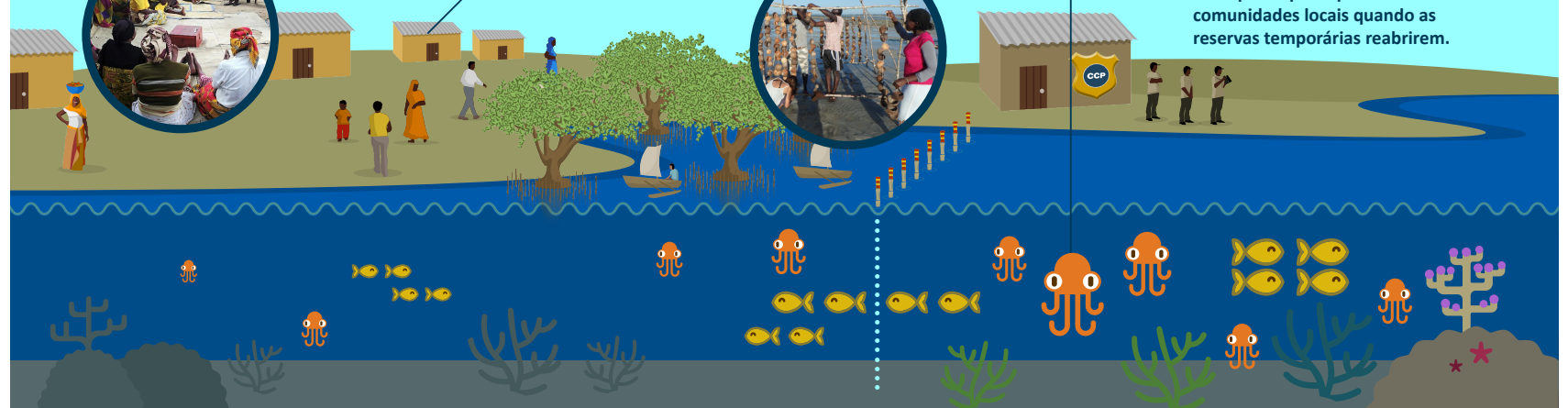


Figura 1. Abordagem OSOL às LMMAs

Áreas Marinhas de Gestão Comunitária (LMMAs)

LMMA é a designação internacional para áreas marinhas protegidas, em que as comunidades locais desempenham um papel central na gestão dos seus recursos com o objectivo de assegurar os seus meios de vida, segurança alimentar e conservar a biodiversidade. Em Moçambique, a gestão comunitária de recursos marinhos idealizada no modelo das LMMAs encontra apoio na Lei das Pescas (Lei nº 22/2013), que habilita as comunidades locais a participarem na gestão da pesca, e na Lei da Conservação (Lei nº 5/2017), que prevê a criação de Áreas de Conservação Comunitárias.

A criação e gestão de LMMAs implica a aplicação da legislação existente, bem como medidas de gestão definidas pelas próprias comunidades para lidar com ameaças específicas, desde que as mesmas estejam dentro dos limites legais. As LMMAs incluem zonas de reabastecimento permanentemente fechadas que protegem habitats críticos (tais como corais, ervas marinhas e mangais) e permitem a recuperação das populações de peixes; reserva temporárias (áreas fechadas temporariamente) que permitem que espécies com um ciclo de vida mais curto, como o polvo, atinjam um tamanho ideal, resultando em capturas e rendimento alto para os pescadores quando são reabertas; e áreas de uso sustentável onde a pesca regulamentada pode ser feita.

Mecanismos de gestão e governação locais

Uma LMMA é gerida conjuntamente pelo governo e pelas comunidades locais, estas últimas representadas por um CCP. Os CCPs são organizações comunitárias autorizadas pelo governo, de acordo com a legislação pesqueira, a participar na gestão dos recursos pesqueiros. A LMMA é governada por um plano de gestão que inclui medidas de gestão definidas pelas comunidades locais por meio de uma série de processos participativos estruturados para identificar ameaças aos recursos e soluções para lidar com essas ameaças. O plano de gestão é implementado pelo CCP com o apoio do governo, particularmente no que diz respeito à aplicação de medidas e regulamentos de gestão, e outras partes interessadas, tais como ONGs.

Meios de subsistência e financiamento sustentáveis

As áreas permanentemente e temporariamente fechadas são uma

das medidas de gestão mais usadas em LMMAs. Estas são uma opção viável para conservar a biodiversidade, proteger e restaurar os recursos pesqueiros e melhorar as capturas. No entanto, essas medidas têm custos iniciais para as comunidades, antes que os benefícios comecem a fluir, por exemplo através da estabilização/melhoria das capturas. A abordagem OSOL para LMMAs inclui apoio à criação de Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimos (ACPEs), que ajudam os membros da comunidade a fazer poupanças para variados fins, desde a compra de comida para superar um período de escassez à aquisição de bens, assim como empréstimos para investir, por exemplo, em pequenos negócios. Esta abordagem inclui ainda o apoio a actividades económicas tais como horticultura e aquacultura de bivalves e esquemas de *price premium* (preços bonificados) para os produtos produzidos. Essas medidas diversificam os meios de vida e melhoram o rendimento das comunidades costeiras, incentivando assim o cumprimento das medidas de gestão adoptadas.

Encontrar formas sustentáveis para cobrir os custos da Co-gestão em LMMAs é igualmente importante. A abordagem OSOL às LMMAs está actualmente a testar algumas opções com as comunidades, tais como fundos ambientais gerados pelas ACPEs e pequenas taxas cobradas aos pescadores durante a abertura das reservas temporárias. Outros mecanismos, tais como compensações de biodiversidade e pagamento por serviços ecossistémicos, estão também a ser considerados e podem tornar-se opções viáveis a médio e longo prazo.



As LMMAs contribuem para várias estratégias e políticas Moçambicanas que enfatizam a integração da conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos marinhos e redução da pobreza, incluindo a Estratégia e Plano de Acção para a Conservação da Biodiversidade em Moçambique para o período de 2015-2035, nomeadamente (i) incluir formalmente pelo menos 5% de ecossistemas marinhos nas áreas de conservação (Meta 11A) e (ii) gerir efectiva e equitativamente pelo menos 50% das áreas de conservação (Meta 11B); Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035) que reconhece a gestão sustentável dos recursos naturais como factor que contribui para o sucesso da mesma; Plano Quinquenal do Governo (2015-2019) que tem como uma das suas prioridades assegurar a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente (Prioridade V); a Política de Conservação e Estratégia de sua Implementação (2009) que define o quadro para a conservação da biodiversidade em Moçambique; o Plano Director das Pescas (2010-2019) no que diz respeito ao objectivo de melhorar as condições de vidas das comunidades de pescadores artesanais e aquacultores de pequena escala (Objectivo 2); a nova Política e Estratégia do Mar (2017) que prioriza a conservação dos recursos e ecossistemas para o bem-estar da sociedade (Pilar C); e a Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas (2013-2025) que reconhece que a conservação da biodiversidade deve ser promovida. A abordagem LMMa desenvolvida pelo projecto OSOL também contribui para os principais compromissos assumidos por Moçambique internacionalmente na área do meio ambiente e desenvolvimento, incluindo a Convenção sobre Diversidade Biológica (Convention on Biological Diversity - CBD) no que diz respeito aos Objectivos de Aichi que estabelecem a conservação de pelo menos 10% das áreas marinhas e costeiras até 2020 (Alvo 11); e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o Objectivo 14 que estabelece a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável até 2030.



Como foi produzido o toolkit?

O projecto OSOL é coordenado pela *Zoological Society of London* (ZSL)

do Reino Unido, em parceria com a ONG Associação do Meio Ambiente (AMA), Universidade Lúrio (UniLúrio) de Moçambique, CORDIO *East Africa* (CORDIO) do Quénia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e Universidade de Aveiro (UA) de Portugal. Cada um dos parceiros traz uma valiosa experiência



e conhecimento para dar resposta aos desafios da gestão local e capacitar as comunidades locais no processo de gestão dos recursos marinhos e fortalecer a sustentabilidade dos meios de subsistência. O toolkit é baseado nas lições aprendidas durante a implementação do projecto OSOL no norte de Moçambique entre 2013 e 2018. A sua elaboração foi motivada pelo interesse e comprometimento dos parceiros em produzir um recurso para orientar a replicação das LMMAs seguindo a abordagem desenvolvida pelo OSOL. Baseia-se nas contribuições de todos os parceiros, mas particularmente na experiência da AMA que trabalhou em estreita colaboração com as comunidades locais através de uma equipe formada especialmente para esse fim.

Para quem se destina o toolkit?

O Toolkit foi idealizado para fornecer orientações às organizações que desejam apoiar as comunidades locais em Moçambique na gestão dos recursos marinhos. Pressupõe que essas organizações estejam familiarizadas com o sistema administrativo Moçambicano, incluindo os procedimentos a serem seguidos para garantir o apoio das autoridades governamentais para implementar projectos de gestão de recursos naturais. Também pressupõe que as organizações implementadoras formem uma equipe técnica local para apoiar e orientar as comunidades locais no processo de desenvolvimento das LMMAs e o envolvimento de vários parceiros (ver [Figura 2](#)). O tamanho da equipe técnica necessária para replicar a abordagem OSOL dependerá da escala das acções e do contexto de implementação, incluindo o número de comunidades locais e sua acessibilidade. O projecto OSOL trabalhou em 6 comunidades locais relativamente remotas. A equipe técnica do AMA tinha um extensionista permanentemente sediado em cada comunidade e cinco oficiais cobrindo as seis comunidades. A equipa trabalhou nos vários aspectos de implementação, incluindo a coordenação geral do projecto, apoio aos processos de Co-Gestão, criação de ACPEs, conhecimento sobre a biologia dos recursos, monitoria e avaliação.



O conteúdo do toolkit e como usá-lo

O toolkit é um guia que abrange passo a passo todos os aspectos da abordagem OSOL às LMMAs, desde a identificação de comunidades com potencial para LMMAs até à elaboração de planos de Co-Gestão. Cada secção abrange uma ou mais etapas do processo de estabelecimento da LMMA (ver [Figura 2](#)), que por sua vez inclui uma sequência de actividades e etapas dentro de cada actividade. Para organizações que já trabalham na gestão comunitária de recursos marinhos, o toolkit pode ser usado selectivamente e adaptar as acções já em andamento à abordagem OSOL. Como em qualquer outro trabalho com comunidades locais, a abordagem do OSOL exige adaptação ao contexto sociocultural das comunidades alvo.

Legenda



Objectivos



Resultados esperados



Resultados chave



Custos



Documentação do trabalho realizado

Atividades de divulgação contínuas ao longo do processo

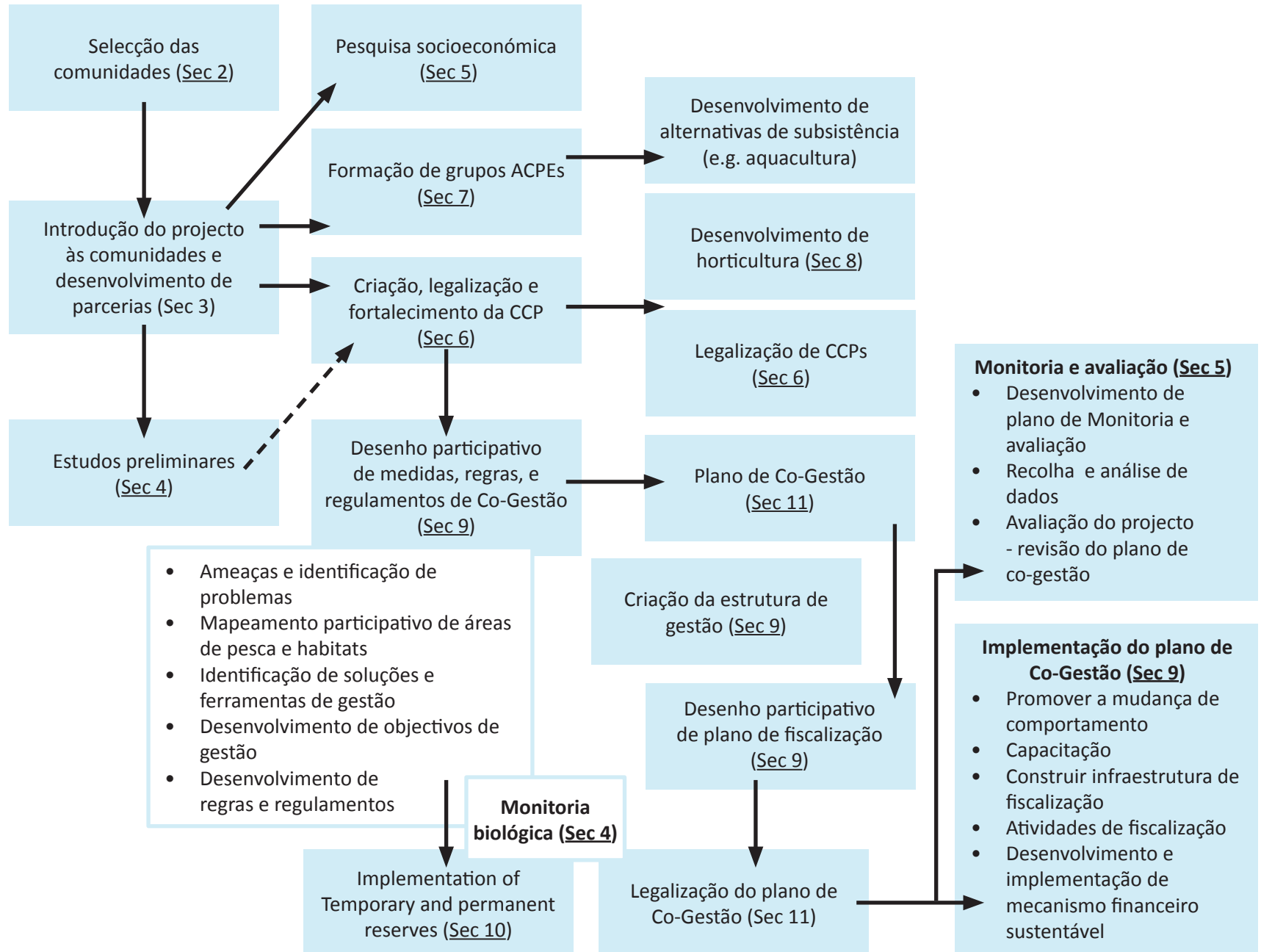


Figura 2. Processo de estabelecimento de LMMAs

2

SELECÇÃO DAS COMUNIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE LMMAs



2. Selecção das comunidades para implementação de LMMAs



Ercílio Chauque



OBJECTIVOS

Esta secção descreve as principais etapas para identificar e seleccionar comunidades com características apropriadas para desenvolver LMMAs.

O processo descrito assume que o projecto para implementação de LMMAs tem a aprovação do governo provincial e que os distritos alvo foram identificados na fase de desenho.



RESULTADOS ESPERADOS

- Comunidades para a implementação das LMMAs, seleccionadas de acordo com critérios claros e alinhados com os objectivos do projecto e estratégias do governo

Etapa 2.1

Definir critérios de selecção

Nesta primeira etapa definem-se os critérios para seleccionar as comunidades onde se irá implementar as actividades de Co-Gestão. Os critérios de selecção dependerão em grande parte dos objectivos do projecto que apoia as LMMAs. A definição de critérios fornece uma estrutura e lógica ao processo de tomada de decisão, permitindo a escolha de comunidades com as características desejadas e maior potencial para atingir os objectivos que se pretendem.



- Uma lista de critérios de selecção claros

Quem faz?

É realizado pela equipe técnica, no escritório, e envolve principalmente discussão dentro da própria equipe, recorrendo á documentação do

projecto que apoia as LMMAs. Poderá envolver técnicos do governo provincial (nomeadamente a DPMAIP) e parceiros nacionais e internacionais.

Recursos:

- Documentos do projecto, incluindo quadro lógico

Como fazer?

- Recolher os documentos que contêm os objectivos do projecto que apoia as LMMAs. Estes objectivos geralmente podem ser encontrados nos objectivos gerais e específicos e no quadro lógico das propostas aprovadas.
- Organizar reuniões com a equipe técnica, na qual deverá se recapitular os objectivos do projecto, e listar as características que as comunidades devem ter para responder a estes objectivos. Adicionar à lista outras características importantes. Essas características serão os critérios usados para selecção das comunidades.
- Como exemplo, alguns dos critérios para selecção das



comunidades no projecto OSOL incluíram: (1) comunidades com habitats críticos tais como recifes de coral, mangais e ervas marinhas (para responder ao objectivo de conservar habitats marinhos e costeiros); (2) comunidades dependentes da pesca (para responder ao objectivo de melhorar a gestão dos recursos, e reduzir a dependência e pressão sobre os recursos); (3) indícios de existência de espécies ameaçadas (para responder ao objectivo de conservar essas espécies); (4) comunidades próximas da zona costeira (para responder ao objectivo de criar LMMAs, sendo que comunidades pesqueiras longe da zona costeira terão mais dificuldades para fiscalizar); (5) comunidades com CCPs ou condições para a criação de um CCP (para responder ao objectivo de melhorar a gestão dos recursos através de CCPs); (6) comunidades que tenham tido poucos ou nenhum projecto de gestão de recursos marinhos (para maximizar os impactos do projecto); (7) comunidades pequenas até 1200 habitantes (para facilitar a interacção com a comunidade e actividades de implementação); (8) comunidades pouco satisfeitas com as instituições de crédito formais (para ter condições para a criação de ACPEs e ligá-las aos processos de Co-Gestão).



Nota: Pescadores itinerantes/migrantes e LMMAs

Apresença de pescadores itinerantes ou migrantes provenientes principalmente da província de Nampula ocorre em todas as comunidades incluídas na Fase 1 do projecto OSOL. A presença destes pescadores não deve ser vista como um impedimento para a Co-Gestão dos recursos pesqueiros. A fase 1 do OSOL demonstrou que é possível trabalhar com pescadores migrantes usando diferentes estratégias que variam desde a simples sensibilização sobre as medidas de gestão adoptadas pela comunidade, até ao seu envolvimento na tomada de decisão sobre essas medidas. A forma de trabalhar com

migrantes requer compreender as dinâmicas sociais destes grupos, incluindo os movimentos migratórios, a forma de organização da pesca e dos acampamentos, os acordos com as comunidades locais, etc. Compreender essas dinâmicas ajuda a definir estratégias de inclusão nos processos de Co-Gestão, por exemplo, trabalhar com pescadores influentes (líderes dos acampamentos ou proprietários de barcos) que residem semi-permanentemente nas comunidades ou voltam às mesmas comunidades de ano para ano e que podem promover o apoio às medidas de gestão entre os demais pescadores.

2



- Anotações da reunião
- Lista de critérios de selecção.



- Flipchart e canetas
- Espaço para reuniões

Etapa 2.2

Identificar comunidades com potencial

Esta etapa identifica as comunidades com potencial para a implementação de LMMAs, levando em consideração os critérios de selecção definidos anteriormente. A identificação dessas comunidades faz-se com base em informação existente e no conhecimento local da equipe técnica. Parte-se do princípio que já se identificaram os distritos alvo na fase de desenho do projecto de implementação de LMMAs.



- Lista preliminar de comunidades com potencial, do ponto de vista do projecto
- Comunidades pré-seleccionadas e identificadas num mapa Google Earth

Quem faz?

É realizado pela equipe técnica no escritório, usando os critérios de selecção e informação existente sobre as características ecológicas e socioeconómicas dos distritos alvo. Outros indivíduos com conhecimento da área podem ser convidados a contribuir (por exemplo, equipe técnica da DPMAIP, parceiros nacionais e internacionais do projecto de apoio às LMMAs).

Recursos:

- Critérios de selecção (da [Etapa 2.1](#))
- Informação existente, perfis distritais; estudos relevantes
- Mapas, incluindo um mapa do *Google Earth*
- Documentos do projecto

Como fazer?

- Reunir informação existente que permita á equipe ter uma ideia das características ecológicas e socioeconómicas dos distritos alvo, tais como aldeias existentes, população, principais actividades económicas, habitats marinhos, etc.
- Organizar uma reunião com a equipe técnica,recapitulando os critérios de selecção e promover uma discussão para



identificar comunidades que melhor preencham os critérios de selecção. Usar a informação existente para apoiar a discussão.

- Cruzar a lista de critérios com a informação disponível para definir uma lista de comunidades com potencial, juntamente com uma justificativa para a sua selecção preliminar.



- Anotações da reunião
- Lista preliminar de comunidades, com uma justificativa para a sua escolha



- Flipchart
- Marcadores de várias cores
- Espaço para reuniões

Etapa 2.3

Integração das perspectivas do governo na selecção das comunidades

Esta etapa consiste em apresentar os objectivos do projecto aos governos dos distritos e a intenção de trabalhar nas comunidades pré-seleccionadas na etapa anterior. O governo irá dar o seu parecer sobre o projecto e as comunidades alvo de acordo com os seus objectivos e estratégias. Esta etapa concentra-se no governo distrital, sendo o nível de governo mais próximo das questões que as LMMAs pretendem abordar.



- Lista preliminar de comunidades com potencial, verificada pelo governo
- Credencial do governo do distrito para visitas às comunidades

Quem faz?

É realizado pela equipe técnica nas sedes dos distritos, onde serão realizadas reuniões com o administrador do distrito e com sectores relevantes (por exemplo SDAE).

Recursos:

- Resumo do projecto
- Lista preliminar de comunidades definidas na etapa anterior
- Espaço para reuniões

Como fazer?

- Organizar reuniões com as autoridades distritais para apresentar o projecto. Essas reuniões devem incluir o administrador do distrito ou seu representante.
- Durante as reuniões, apresentar um resumo do projecto, objectivos, comunidades pré-seleccionadas e justificativa para selecção dessas comunidades.
- Pedir aos representantes do governo o seu parecer em relação ao projecto e as comunidades alvo. O governo dará a sua opinião, podendo concordar, pedir a eliminação de



alguma comunidade ou ainda a substituição por outras.

- No fim da reunião, deve haver um consenso entre a equipe técnica do projecto e os representantes do governo sobre as comunidades com potencial para a implementação de actividades de Co-Gestão de pescas.
- Obter uma credencial do governo do distrito para apresentação às autoridades comunitárias durante as visitas de verificação no terreno (próxima etapa).

Etapa 2.4

Verificação no terreno das comunidades com potencial

Esta etapa consiste em visitar as comunidades identificadas previamente, juntamente com o governo dos distritos e verificar no terreno quais reúnem melhores condições para implementação, com base nos critérios de selecção.



- Relatório sobre cada comunidade visitada, descrevendo as suas características ecológicas e sociais e até que ponto respondem aos critérios de selecção

Quem faz?

É realizado pela equipe técnica e envolve visitas às diferentes comunidades identificadas como sendo potenciais; e contactos preliminares com autoridades locais, grupos e organizações comunitárias (incluindo CCP, se houver). Outras pessoas com conhecimento da área também podem ser convidadas a participar na verificação no terreno (por exemplo técnicos do DPMAIP, Governo Distrital e parceiros nacionais e internacionais).

Recursos:

- Lista de critérios de selecção definidas na [Etapa 2.1](#)
- Lista preliminar de comunidades definidas na etapa anterior
- Guia local

Como fazer?

- Seleccionar a equipe para as visitas ao terreno e incluir pelo menos dois membros da equipe técnica. Representantes da DPMAIP e do governo distrital (nomeadamente a SDAE) podem também ser convidados a fazer parte da equipa de campo.
- Organizar a logística para a visita a cada comunidade. Isso pode envolver assegurar o transporte e combustível, ajudas de custo, alojamento e contactos com as autoridades do distrito e das aldeias, informando sobre a data da visita da equipa.

- Sempre que chegar a cada comunidade, apresentar a equipe e os objectivos da visita às autoridades locais.
- Reunir informações que permitam avaliar até que ponto cada comunidade responde aos critérios de selecção. Isso será feito por:
- Encontros com autoridades e grupos locais, incluindo o CCP (se existir) em que os assuntos discutidos são guiados pelos critérios de selecção;
- Observação directa no terreno de pontos de interesse incluindo conversas informais com os membros da comunidade encontrados nesses pontos (nomeadamente centros de pesca, campos agrícolas, escritório do CCP, etc.).



- Relatório sobre as visitas ao terreno
- Fotografias



- Máquina fotográfica
- Transporte e combustível
- Refeições
- Alojamento
- Flipchart e marcadores
- Bloco de notas e canetas
- Ajudas de custo

Etapa 2.5

Finalizar a selecção das comunidades

Nesta etapa, a equipe técnica avalia a adequação de cada local visitado aos critérios de selecção e toma a decisão final sobre os locais nos quais irá trabalhar.



- Lista final de comunidades para implementação com justificativa da selecção.

Quem faz?

É realizado pela equipe técnica no escritório, depois da verificação no terreno das suas características.

Recursos:

- Relatório sobre as visitas ao terreno.

Como fazer?

- Reunir a equipa do projecto e outros indivíduos que considera importante no processo de selecção final das comunidades (nomeadamente técnicos do DPMAIP, etc.)
- A equipe que se desloca ao terreno deve apresentar um resumo de cada comunidade e suas características, considerando os critérios de selecção.
- A equipe inteira debate a escolha final das comunidades onde o projecto irá trabalhar e justifica essa escolha.



- Anotações da reunião



- Flipchart e canetas
- Projector se for necessária uma apresentação para o grupo
- Espaço para reuniões



3

INTRODUÇÃO DO PROJECTO ÀS COMUNIDADES E DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS

3. Introdução do projecto às comunidades e desenvolvimento de parcerias



Rachide Cachimo



OBJECTIVOS

Esta secção descreve o processo de apresentação do projecto às comunidades para obtenção do seu consentimento e apoio, seguindo os princípios de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC).



RESULTADOS ESPERADOS

- A comunidade está informada sobre os objectivos gerais do projecto e concorda em participar na a sua implementação
- Parceria com a DPMAIP reforçada com uma proposta para desenvolvimento de um Memorando de Entendimento
- Parceria com o SDAE, através do envolvimento de técnicos nas actividades do projecto para troca de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades
- Parcerias formadas com outros actores, para atender necessidades relacionadas ao estabelecimento de LMMAs, tais como investigação socioeconómica e ecológica

Step 3.1

Desenvolvimento de parcerias

Nesta etapa, procura-se desenvolver parcerias para a implementação das LMMAs. A nível do governo, os parceiros mais importantes são a DPMAIP (governo provincial) e o SDAE (governo distrital) que lidam com questões ligadas à pesca. Outros parceiros importantes incluem universidades por exemplo, para pesquisa, monitoria e avaliação; e ONGs para treinamentos, apoio a actividades alternativas de geração de rendimento, troca de experiências, etc.



- Proposta de memorando de entendimento com a DPMAIP Acordo com o SDAE para participação de técnicos nas actividades do projecto
- Parecer do governo provincial para apresentação do projecto às comunidades
- Acordos com outros actores

Quem faz?

Esta actividade é realizada pela equipe técnica do projecto.

Recursos:

- Carta pedindo um encontro com a DPMAIP para apresentação do projecto
- Resumo do projecto em papel e formato digital para anexar às cartas (ver exemplo no [Anexo 1](#))
- *Powerpoint* do projecto para apresentação nos encontros (ver exemplo no [Anexo 2](#))
- Proposta do Memorando de Entendimento com a DPMAIP (ver exemplo no [Anexo 3](#))
- Carta pedindo encontro com o Administrador e SDAE nos distritos alvo

Como fazer?Parceria com a DPMAIP

É provável que o relacionamento com a DPMAIP se desenvolva ao longo do tempo e exigirá várias reuniões. Os esforços para trabalhar com a DPMAIP devem ser feitos desde o início. Como essa relação de trabalho é estabelecida poderá variar de caso para caso. O processo descrito abaixo é apenas indicativo.

- Reunir os materiais necessários para apresentação e explicação do projecto a DPMAIP, nomeadamente um resumo do projecto e apresentação em *Powerpoint*.
- Enviar uma carta pedindo uma reunião com a DPMAIP, que por sua vez poderá convidar outros órgãos relevantes.
- Durante a reunião, apresentar um resumo dos objectivos do projecto e comunidades alvo e discutir possíveis áreas de colaboração com a DPMAIP tais como Co-Gestão.
- Apresentar a proposta de Memorando de Entendimento entre a DPMAIP e a organização de implementação, sendo que o memorando será revisto e finalizado posteriormente.
- A finalização do memorando e planeamento de actividades requerem contactos e reuniões adicionais. As possíveis áreas de colaboração com a DPMAIP incluem a criação e o fortalecimento de CCPs ([Secção 6](#)) e a legalização de planos de Co-Gestão ([Secção 11](#)).

Parceria com o SDAE

- Enviar cartas pedindo reuniões com os governos dos distritos onde o projecto vai ser implementado, especificamente com o administrador e director do SDAE.
- Durante a reunião, apresentar ou relembrar os objectivos do projecto e as comunidades alvo e discutir possíveis formas de colaboração com o SDAE. Grande parte das actividades do projecto exigem o acompanhamento de um técnico do SDAE.
- Certificar-se que obtém o parecer do governo dos distrito para apresentação do projecto às comunidades seleccionadas para implementação.

Outras parcerias

- Identificar outros potenciais parceiros, que podem contribuir para a implementação das LMMAs e actividades com elas relacionadas.
- Parcerias com Universidades podem ser importantes para

a realização de estudos socioeconómicos e ecológicos e recolha de dados para monitoria e avaliação.

- Parcerias com ONGs podem ser úteis para desenvolvimento de alternativas económicas e treinamentos em várias áreas.
- A desenvolvimento de parcerias é um processo contínuo, que ocorre ao longo do projecto.



- Esboço de Memorando de Entendimento com a DPMAIP
- Acta e lista de participantes nas reuniões
- Fotos das reuniões



- Impressão (cartas, resumo do projecto)
- Carro e combustível
- Aluguer de espaços
- Ajudas de custo
- Refrescos

Step 3.2

Introdução do projecto ao nível da comunidade

O objectivo desta etapa é informar as comunidades seleccionadas para implementação sobre os objectivos gerais do projecto, e começar a criar condições para o seu apoio e participação, seguindo as boas práticas internacionais de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC).



- Acta da reunião comunitária, assinada pelos líderes, demonstrando que o projecto foi explicado e que a comunidade concorda com a sua implementação (acta deve conter uma estimativa do número de participantes e registo dos comentários feitos após a apresentação das linhas gerais do projecto).

Quem faz?

Esta atividade será realizada pela equipe técnica da entidade implementadora do projecto. Se possível, um técnico do SDAE deve participar na apresentação do projecto à comunidade.

Recursos:

- Carta do governo autorizando a implementação do projecto, validada pelas autoridades ao nível do distrito

Como fazer?

- A equipa técnica deve organizar uma reunião com o chefe da aldeia e apresentar o projecto e a carta de autorização do governo. Aconselha-se o envolvimento de um técnico do SDAE.
- O chefe da aldeia convoca uma reunião envolvendo toda a comunidade (incluindo os líderes tradicionais e religiosos, e representantes dos vários grupos).
- Durante a reunião, é apresentado um resumo dos objectivos gerais do projecto, sem detalhar todas as actividades a fim de não criar muitas expectativas.
- É dada a oportunidade aos membros da comunidade para

colocarem questões e dúvidas. No fim, os participantes devem decidir se aceitam a implementação do projecto.

- Certificar-se que a reunião comunitária para apresentação do projecto à comunidade é bem documentada, tendo o cuidado de tomar notas detalhadas para a acta, e fotografias.
- Uma vez demonstrada a aceitação do projecto por parte da comunidade dá-se o avanço às actividades, que devem começar com a avaliação preliminar (Secção 4).



- Acta da reunião comunitária, assinada pelos líderes
- Fotos
- Relatórios da actividade realizada



- Impressão de resumos do projecto
- Carro e combustível
- Alojamento
- Ajudas de custo

**OUR SEA
OUR LIFE**



4.

ESTUDOS PRELIMINARES

4. Estudos preliminares



Mario Daide, Sérgio Rosendo, Kennedy Osuka, Joan Kawaka, Maida Lobo, Saide Amade, Semo Mapai, Jamen Mussa



OBJECTIVOS

Os estudos preliminares recolhem dados socioeconómicos e ecológicos nos estágios iniciais do desenvolvimento de LMMAs, a fim de contribuir para o planeamento e implementação das actividades de Co-Gestão. Contribuem também para o monitoria e avaliação de impactos ([Secção 5](#)). A informação recolhida irá contribuir para os estágios seguintes do desenvolvimento das LMMAs, nomeadamente fortalecimento da capacidade dos CCPs ([Secção 6](#)); desenho das ferramentas de gestão ([Secção 9](#)); e plano de Co-Gestão ([Secção 11](#)).

A recolha de dados é feita usando ferramentas desenvolvidas durante a Fase 1 do projecto OSOL, e que podem ser adaptadas para diferentes contextos, consoante a disponibilidade de recursos financeiros e humanos da organização implementadora do projecto de LMMAs. Grande parte da informação é recolhida de forma participativa e inclusiva, usando métodos sensíveis ao género, à idade e a outras diferenças sociais que afectam a gestão e o uso dos recursos. Os estudos preliminares são também uma oportunidade para começar a orientar a comunidade em direcção às LMMAs como uma solução e gerando apoio e aceitação para o processo. Toda as interações com a comunidade devem ser vistas como uma chance para inspirar a forma como as pessoas pensam sobre a gestão dos recursos marinhos, através da sua própria análise dos problemas. Faz

parte da estratégia de marketing social que deve ser executada ao longo de todo o processo de desenvolvimento das LMMAs.



RESULTADOS ESPERADOS

Uma boa compreensão sobre:

- Contexto socioeconómico e do uso de recursos
- Gestão dos recursos, incluindo funcionamento dos CCPs
- Características ecológicas dos locais de implementação das LMMAs
- Viabilidade de alternativas económicas (por exemplo horticultura)

ÚTIL PARA SABER

A avaliação preliminar fornecerá a maior parte das informações socio-económicas e ecológicas necessárias para elaborar o plano de Co-Gestão da LMMA. Portanto, é importante rever a estrutura modelo do plano de Co-Gestão antes de realizar as avaliações preliminares, para garantir que essas informações sejam recolhidas, economizando tempo e esforço nas etapas seguintes.

Etapa 4.1

Levantamento socioeconómico

Esta etapa consiste em recolher informação sobre uma série de parâmetros para cada comunidade, tais como população e infraestrutura, meios de subsistência, uso dos recursos marinhos, segurança alimentar e bem-estar, estrutura organizacional, instituições que trabalham na comunidade, iniciativas de gestão de recursos marinhos e seus resultados, entre outros.

O levantamento socioeconómico é parte do processo de entrada na comunidade durante a implementação inicial do projecto, e serve também para construir relações entre a equipe técnica e as comunidades locais.



- Relatório do levantamento socioeconómico
- Recomendações para as estratégias de intervenção do projecto

Quem faz?

Este é um estudo realizado pela equipe técnica sob a coordenação do oficial de pesquisa socio-económica (se houver), e consiste na revisão de literatura e recolha de dados no campo usando métodos participativos. Técnicos do governo provincial (DPMAIP) e distrital (SDAE) também podem ser convidados a integrar a equipa formada para a realização do estudo.

Recursos:

- Coordenador do estudo
- Equipe de facilitadores
- Literatura e dados existentes sobre as características socio-económicas das comunidades alvo (por exemplo, censo da população, perfis do distrito, etc.)
- Guia de métodos participativos e folhas de recolha de dados ([Anexo 4](#))

Como fazer?

O levantamento socioeconómico combina uma revisão de literatura e dados existentes e recolha de dados no campo usando métodos participativos.

O levantamento socioeconómico inclui 8 métodos / técnicas:

- Revisão de literatura e de dados existentes sobre a população das aldeias, actividades económicas e meios de subsistência, actividades de pesca, gestão de recursos, e outros parâmetros relevantes. As principais fontes incluem estatísticas governamentais, estudos e relatórios de projectos anteriores.
- História da aldeia para compreender a formação e evolução das comunidades ao longo do tempo, tendo como principais informantes-chave os idosos, líderes locais e outros indivíduos respeitados, tendo o cuidado de envolver homens e mulheres.
- Mapa da aldeia com representantes de diferentes grupos ocupacionais, homens e mulheres, para compreender o layout da aldeia e obter uma perspectiva sobre as infraestruturas existentes, população, padrões de assentamento, principais grupos étnicos, e existência de migrantes.
- Meios de subsistência e sazonalidade usando grupos focais formados por homens e mulheres de diversos grupos ocupacionais para compreender os meios de vida, a sazonalidade das principais actividades de rendimento e subsistência, principais tendências na pesca e agricultura, formas de poupança e indicadores de bem-estar.
- Uso e mapeamento de recursos marinhos com grupos de homens e mulheres para explorar e mapear os usos e utilizadores dos diferentes habitats marinhos, incluindo mangais, recifes de coral, etc; áreas de pesca e principais artes usadas. O mapeamento também é uma ferramenta para a identificação preliminar de ameaças, conflitos entre usuários de recursos e fiscalização.
- Grupos focais de segurança alimentar para explorar a compreensão local de segurança ou insegurança alimentar,

grupos mais afectados pela insegurança alimentar, épocas do ano em que a insegurança alimentar é mais pronunciada e causas. Este exercício também identifica indicadores locais de segurança alimentar a serem usados na monitoria e avaliação ([Secção 5.1](#))

- Instituições e organizações da comunidade usam diagramas de Venn para explorar de que forma a comunidade está organizada, organizações que trabalham na comunidade e que actividades desenvolvem, e a influência dos diferentes actores na gestão dos recursos marinhos. O diagrama de Venn também é útil para identificar organizações com interesses comuns, para possíveis parcerias.
- Entrevistas com informantes-chave, particularmente os líderes dos CCPs e técnicos do SDAE, para explorar questões relacionadas com pesca, incluindo possíveis conflitos entre grupos, assim como iniciativas anteriores para a gestão dos recursos marinhos, resultados e lições aprendidas.

Preparação de trabalho de campo

- Imprimir as folhas de recolha de dados para cada um dos métodos (ver [Anexo 4](#)). Estas fornecem orientação sobre como aplicar cada método/técnica, para além da recolha de dados.
- Formar uma equipe de trabalho de campo: Escolher facilitadores com domínio de línguas locais e experiência apropriada. Formar uma equipe com equilíbrio de género.
- Treinar a equipe na aplicação dos métodos/técnicas. Assegurar que a equipe compreende os objectivos do estudo e seja capaz de aplicar cada método/técnica. O treinamento consiste principalmente em simular os métodos (role-playing) e assegurar que as questões sejam traduzidas adequadamente para as línguas locais. É importante prestar atenção especial à duração de cada método e tentar não demorar mais de uma hora. É importante também lembrar que pode ser necessário fornecer refrescos aos participantes para qualquer método que exija mais de uma hora.
- Elaborar um plano de trabalho de campo em conjunto com a equipe. Esse plano deve incluir:



- Divisão da equipe em grupos
- Distribuição dos métodos/técnicas pelos grupo
- Papéis e responsabilidades (coordenador geral, responsável de cada grupo, facilitador e anotador; assistente para preparar materiais, tirar fotos, responsável pela recolha e organização dos resultados da pesquisa)
- Programação diária de horários para cada método, duração e grupo responsável pela sua implementação.
- Grupos-alvo para cada método (incluindo características e número de participantes). Garantir uma representação adequada dos diferentes grupos utilizadores de recursos e equilíbrio de género. Alguns métodos são feitos separadamente com homens e mulheres para garantir que as perspectivas de género sejam salvaguardadas adequadamente (nomeadamente meios de subsistência e sazonalidade; uso de recursos e mapeamento).
- Preparar a logística do trabalho de campo, incluindo transporte, alimentação, alojamento, ajudas de custo (caso sejam necessárias).
- Coordenar o trabalho de campo com as autoridades da aldeia (e distrito, se relevante), não esquecendo de pedir que mobilizem os participantes para os diferentes métodos nos dias e horas definidas para o trabalho de campo. É importante ser específico sobre os grupos-alvo que deseje

envolver, e sobre o número de participantes de cada grupo. Em geral, não deve exceder as 10 a 15 pessoas para permitir que todos participem.

Recolha de dados

- Procurar os líderes locais na chegada à comunidade e apresentar a equipe e o plano de actividades. Assegurar-se que a equipa respeita os hábitos locais.
- Implementar os métodos. Certificar-se que os facilitadores explicam os objectivos do estudo aos participantes e obtenham o seu consentimento para participar. Seja sensível aos compromissos dos participantes e realize os grupos focais quando for mais conveniente para eles. Tente não tomar muito do seu tempo, forneça refrescos se os exercícios forem demorados.
- Recolher os dados nas folhas de recolha de dados e nos flipcharts com exercícios de grupos, tais como os mapas, calendário e outros. Fotografar os flipcharts para ter um registo digital (exemplos no [Anexo 5](#)). Um membro da equipa é responsável pela recolha e organização dos dados e resultados dos diferentes grupos.



Análise dos dados e preparação do relatório

- Organizar os dados de forma sistemática para facilitar a síntese. Considerar o uso de tabelas para apresentar dados comparando diferentes grupos sociais ou aldeias.
- Preparar a estrutura do relatório, discriminando as várias secções (para um exemplo [Anexo 6](#)).
- Dividir a redacção das secções pelos membros da equipa, se relevante.
- Finalizar o relatório, garantindo a inclusão de recomendações para gestão, incluindo resultados que apoiem a Co-Gestão
- Partilhar o relatório com os demais organizadores da comunidade para comentários e acréscimos.
- Fazer cópias dos mapas de uso dos recursos e da aldeia e devolver aos membros do CCP e/ou ao líder da aldeia. Estes serão utilizados para orientar a discussão sobre medidas de gestão.



- Folhas de recolha de dados
- Flipcharts com mapas e outros resultados dos grupos focais
- Relatório do levantamento socioeconómico
- Fotografias



- Carro e combustível
- Ajudas de custo (se relevante)
- Alojamento
- Papel de flipchart
- Marcadores de cores diferentes
- Blocos de anotações, canetas, lápis
- Tesoura, fita-cola, cola, Bostik (Blu-tack)
- Cartolinas de cores diferentes
- Quadros de escrita
- Refrescos (se necessário)

Etapa 4.2

Censos domésticos

O censo fornece informações muito detalhadas sobre o número de habitantes, número de famílias, número de pescadores e artes de pesca usadas e espécies-alvo de cada arte de pesca. Informações detalhadas podem ser úteis para as actividades de Co-Gestão, por exemplo, podem indicar com precisão o número de pescadores, incluindo homens e mulheres, a prevalência de artes de pesca ilegais ou prejudiciais. No entanto, também é um processo demorado. O levantamento socioeconómico fornece informações semelhantes, mas menos detalhadas. A decisão de realizar o censo depende do nível de pormenor exigido para o planeamento das actividades de Co-Gestão.



- Mapa da aldeia com todas as casas indicadas no mapa
- Relatório dos censos domésticos
- Principais recomendações para as LMMAs e medidas de gestão ([Secção 9](#))

Quem faz?

O censo é realizado por uma equipe de entrevistadores coordenada por um membro da equipe técnica. Os entrevistadores podem ser os *extensionistas* (se existirem). Normalmente, a equipe irá envolver um ou dois membros da comunidade para servir como guias para os diferentes bairros.

Recursos:

- Coordenador do censo
- Equipe de campo/extensionistas para recolher dados
- Líderes e um guia local para auxiliar na codificação das casas
- Fichas de recolha de dados e orientações sobre o seu preenchimento ([Anexo 7](#))
- Panos brancos e canetas de feltro (para desenhar mapas das aldeias)- opcional

Como fazer?

Preparação de trabalho de campo

- Formar uma equipe para realizar o trabalho de campo. Normalmente, os técnicos extensionistas que trabalham em cada aldeia são apropriados para a tarefa.
- Explicar o objectivo do censo e treinar os técnicos extensionistas na realização do questionário.
- Imprimir as fichas de recolha de dados e distribuir aos técnicos ([Anexo 7](#) e [Anexo 8](#)).
- Organizar um encontro com o líder da comunidade e dos diferentes bairros para explicar e informar sobre o censo.
- Com a ajuda do líder comunitário, informar os membros da comunidade que um censo será realizado e apelar à sua participação.
- O líder da comunidade indica uma pessoa (guia local) para acompanhar a equipa durante a codificação das casas.

Recolha de dados

- Desenhar um mapa da aldeia mostrando os diferentes bairros e cada casa. Codificar todas as casas da aldeia. Usar um sistema de codificação uniforme, ou seja, número e bairro. O mapa pode ser esboçado em papel de flipchart, mas certifique-se de redesenhá-lo num pano limpo para maior durabilidade.
- Visitar todas as casas da aldeia e entrevistar o/a chefe da família. Explicar o objectivo do censo e pedir seu consentimento para participar. Se este recusar, perguntar por quê, anotar e passar para a casa seguinte.
- Se o/a chefe da família não estiver disponível, o entrevistador deverá voltar numa hora diferente ou nos próximos dias até o/a encontrar.

Análise dos dados e preparação do relatório

- Inserir e organizar os dados numa folha de Excel criada para este fim ([Anexo 8](#)). Garantir que as actividades de subsistência, artes de pesca e espécies-alvo sejam escritas de forma correcta para facilitar a análise.
- Preparar os dados para análise. Este processo envolve a codificação dos dados para agrupar actividades de

subsistência semelhantes e reduzir o número de categorias.

- Realizar análises estatísticas descritivas, tais como contagens, médias e percentagens.
- Preparar uma estrutura de relatório e preencher as diferentes secções com os resultados da análise.
- Finalizar o relatório assegurando-se que sejam incluídas recomendações, ou seja como os resultados e informações recolhidas informam a Co-Gestão (por exemplo, número de pescadores por arte, prevalência de artes nocivas, etc.).
- Organizar uma reunião com a comunidade para apresentar os resultados e discuti-los. Decidir sobre um formato apropriado para esta apresentação (ou seja, comunidade inteira ou grupos menores).



- Mapa da aldeia com todas as casas codificadas
- Folhas de dados
- Arquivos de dados
- Relatório



- Papel de flipchart, pano branco para desenhar o mapa da aldeia com todas as casas, pranchetas, pastas para armazenar folhas de dados
- Impressão de folhas de recolha de dados
- Pagamento/incentivo para guia local

Etapa 4.3

Diagnóstico do CCP

Esta etapa consiste na avaliação dos CCPs que já existem nas comunidades na fase inicial do projecto, para identificar fraquezas no seu funcionamento e gestão e, com essa informação, desenhar estratégias para o seu fortalecimento (Secção 6). O diagnóstico recolhe informações sobre os elementos considerados fundamentais para o bom funcionamento e a gestão dos CCPs, tais como se o CCP está legalizado, se realiza reuniões regulares, se tem plano de fiscalização, entre outros.



- Relatório do diagnóstico do CCP
- Recomendações para a estratégia de fortalecimento do CCP (Secção 6)

Quem faz?

A avaliação é feita pela equipe técnica em colaboração com o CCP, usando uma ferramenta (questionário) desenvolvida para esse efeito. Os membros do CCP também podem ser treinados na realização do diagnóstico.

Recursos:

- Coordenador do diagnóstico por parte da equipa técnica
- Membros do CCP
- Ferramenta de diagnóstico do CCP (Anexo 9 incluindo folha de Excel)

Como fazer?

Assumimos que serão os membros do CCP a realizar o diagnóstico, facilitados por um ou dois membros da equipe técnica.

Preparação (antes da realização do diagnóstico)

- Definir quem da equipe técnica coordenará e facilitará o diagnóstico.
- Contactar o Presidente do CCP e combinar uma data para a realização do diagnóstico. Pedir ao Presidente para indicar

um membro para facilitar o diagnóstico. Idealmente, este indivíduo deve ser alguém com grau de alfabetização suficiente para aplicar o questionário.

Recolha de dados (ocorre em cada aldeia)

- No dia anterior à data combinada para o diagnóstico do CCP, reunir com o Presidente e com o membro do CCP indicado para facilitar o diagnóstico.
- Explicar os objectivos do diagnóstico e treinar o facilitador do CCP sobre como usar o questionário.
- No dia do diagnóstico, com todos os membros do CCP presentes, o facilitador deve fazer cada uma das questões. A resposta a cada pergunta precisa resultar do consenso do grupo. Se houver pontos de vista diferentes entre os participantes, estes devem ser discutidos.
- O coordenador da equipe técnica anota as respostas e, idealmente, insere os dados directamente na folha de Excel fornecida (Anexo 9).



Análise dos dados e preparação do relatório (ocorre no dia ou no diagnóstico, ou no dia seguinte)

- Apresentar e discutir os resultados do diagnóstico com os membros do CCP, e identificar o que precisa ser melhorado e como.
- O coordenador do diagnóstico deve preparar um relatório

com os principais resultados do diagnóstico, principais pontos de discussão e recomendações.

- Esse relatório será a base para o desenho de estratégias de fortalecimento do CCP, e será usado para preparar um plano de acção para fortalecimento do CCP (Etapa 6.4).



4



- Ficheiros de dados do Excel
- Relatório com recomendações para o fortalecimento do CCP
- Fotos



- Impressão de folhas
- Refrescos para membros do CCP (se necessário)

Etapa 4.4

Avaliação da viabilidade da horticultura

Esta etapa realiza uma avaliação de viabilidade da horticultura nas comunidades, com o objectivo de contribuir para o planeamento das actividades de apoio à horticultura (ver [Secção 8](#)).

Etapa 4.4.1

Desenvolver o questionário

Esta secção fornece orientações sobre o desenvolvimento de um questionário para avaliar a viabilidade do desenvolvimento da horticultura na comunidade. Este estudo ajudará a planear adequadamente o apoio à horticultura, considerando as condições locais, tais como a existência previa de actividades de horticultura, tipos de produtos cultivados e desafios à produção e comercialização.



- Questionário para avaliação da viabilidade (ver exemplo no [Anexo 10](#))

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pelos membros da equipe especializados em apoiar a monitoria e avaliação socio-económica e horticultura. Um técnico do SDAE também pode participar.

Recursos:

- Relatório do levantamento socioeconómico

Como fazer?

- Começar por rever as informações que já foram recolhidas sobre horticultura na comunidade, nomeadamente do levantamento socioeconómico (calendário sazonal e do mapa da aldeia). Isso ajudará a definir o escopo do questionário (veja abaixo).
- Elaborar um questionário para recolher informações sobre diversas questões relacionadas com a horticultura nas comunidades. A lista de tópicos abaixo pode ser usada

como guia para estruturar o questionário. Outros podem ser adicionados como relevantes. O [Anexo 10](#) contém o exemplo do questionário usado no projecto OSOL.

- Pessoas envolvidas na horticultura
- Culturas hortícolas cultivadas, sazonalidade
- Técnicas utilizadas
- Equipamento usado
- Problemas que afectam a produção
- Razões para fazer / não fazer horticultura
- Associações existentes
- Organizações que apoiam ou apoiaram actividades de horticultura
- Mercados para produtos hortícolas (na comunidade e fora)
- Preços para produtos (dentro e fora da comunidade)
- Procura de produtos (dentro e fora da comunidade)
- Desafios de mercado
- Nível de rendimentos gerados pela horticultura
- Uso dos rendimentos gerados pela horticultura



- Questionário



- Não existem custos específicos, além do tempo dos técnicos

Etapa 4.4.2 Realização do inquérito no campo

Esta etapa dá orientações sobre como realizar o inquérito de horticultura nas comunidades.



- Inquéritos preenchidos
- Notas das observações no campo

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pelos membros da equipe especializados em apoiar a monitoria e avaliação socio-económica e horticultura. Um técnico do SDAE também pode participar.

Recursos:

- Questionário desenvolvido na etapa anterior

Como fazer?

- Definir os grupos-alvo para os questionários, tais como líderes comunitários; agricultores envolvidos e não envolvidos na horticultura; membros de associações de agricultura; técnicos do SDAE; membros de equipas de ONGs que fornecem apoio à agricultura/horticultura; membros de ACPEs; e comerciantes de produtos de horticultura.
- Aplicar o questionário aos entrevistados. Nem todas as perguntas serão relevantes para todos os entrevistados. Fazer apenas as perguntas relevantes para o entrevistado, de acordo com sua área de especialização/provável conhecimento do tópico.
- Ao entrevistar agricultores, visitar as suas machambas, especialmente áreas onde a horticultura está sendo feita. Observar, fazer perguntas e anotar os principais pontos. Estas observações no terreno podem ser uma contribuição importante para o relatório.



- Questionários preenchidos
- Fotos
- Notas das observações de campo



- Impressão das fichas de inquérito
- Transporte para as comunidades

Etapa 4.4.3 Análise dos dados e preparação do relatório

Esta secção descreve o processo para organizar e analisar os dados, e escrever o relatório.



- Relatório do estudo de viabilidade da horticultura

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pelos membros da equipe especializados em apoiar a monitoria e avaliação socio-económica e horticultura. Um técnico do SDAE também pode participar.

Recursos:

- Questionários realizados no campo
- Notas das observações de campo

Como fazer?

- Definir uma forma de organizar os dados para facilitar a síntese e análise dos mesmos. Uma opção é inserir os dados numa folha de Excel. Isto serve tanto para dados quantitativos como para os qualitativos. As respostas às perguntas precisarão ser sintetizadas em pontos-chave.
- Preparar a estrutura do relatório, com as várias secções. Certificar-se de incluir um resumo executivo e recomendações para o plano de horticultura na comunidade.
- Extrair os principais resultados dos dados e incluí-los na secção relevante do relatório.
- Quando concluir a redação do relatório, partilhar e discutir o relatório com o resto da equipe técnica e outros stakeholders.
- Usar os resultados para desenvolver o plano de acção para actividades de horticultura.



- Dados organizados no Excel ou de outra forma que permita a sua síntese e análise



- Impressão do relatório
- Custos relacionados com a partilha do relatório com os stakeholders

Etapa 4.5 Avaliação biológica

Esta etapa, visa fornecer conhecimentos sobre as características biológicas das áreas marinhas utilizadas pelas comunidades, para o planeamento de medidas de gestão, monitoria e avaliação ecológica. Podem ser usadas várias metodologias. Aqui destacamos três, nomeadamente: (1) levantamento científico da biodiversidade de recifes de coral; (2) monitoria comunitária dos recifes de corais e; (3) monitoria das pescarias / CPUE (captura por unidade de esforço).

A decisão sobre qual metodologia usar, dependerá de (a) as necessidades de informação para desenvolvimento, monitoria e avaliação da LMMA (ver [Secção 5](#) sobre definição de indicadores de monitoria e avaliação) e; (b) os recursos e capacidades disponíveis no projecto de apoio à implementação das LMMAs.

Se não existirem recursos ou condições para a realização de avaliações científicas e comunitárias, o mapeamento do uso de mapas de habitats e uso de recursos com base no conhecimento local, fornecem alguma informação sobre as características ecológicas das áreas.



- Relatório do estudo sobre recifes de coral
- Relatório da monitoria das pescarias

Quem faz?

A avaliação científica requer conhecimentos especializados (por exemplo, de um biólogo marinho) e tem custos que podem ser consideráveis, tais como aluguer de equipamento de mergulho, barco e combustível para chegar aos locais de recolha. A monitoria comunitária é realizada por membros da comunidade, sob a orientação de um membro da equipe técnica, geralmente um biólogo. O envolvimento de um biólogo é também necessário para treinar os membros da comunidade na recolha, análise dos dados, interpretação e aplicação dos resultados. A avaliação da pesca é

geralmente realizada por extensionistas de campo baseados nas comunidades.



Recursos:

Avaliação científica

- Biólogo marinho (coordenador)
- Membros da equipe técnica para apoio
- Formulários de recolha de dados
- Capitão experiente
- Barco e combustível
- Equipamento de mergulho SCUBA (inc. tanques, compressor, pesos de mergulho, etc.)
- Material para registo dos dados (pranchetas, papel de escrita subaquática, fita métrica, lápis)
- Câmara GoPro
- Quadrados
- GPS

Monitoria comunitária

- Biólogo marinho (coordenador)
- Técnicos extensionistas e membros do CCP

- Formulários de recolha de dados
- Corda marcada (usada para medições)
- Material para registo dos dados (pranchetas, papel de escrita subaquática, lápis)
- Guia de identificação de peixes
- Máscaras, barbatanas e snorkels
- Sapatos
- GPS

Monitoria das pescarias / CPUE

- Biólogo marinho (coordenador)
- Técnicos extensionistas ou membros do CCP
- Formulários de colecta de dados
- placa de medição (ictiómetro), balança
- Guias de identificação de peixes
- Câmara
- GPS

Como fazer?

4.5.1 Avaliação científica da biodiversidade de recifes de coral

No caso de OSOL, uma equipa de seis pessoas foi necessária para o levantamento SCUBA em pelo menos seis locais de recife para definir uma linha de base para monitorar e avaliar as intervenções do projecto e realização de cálculos de compensação da biodiversidade (se o projecto tiver essa componente). Os métodos quantificam:



diversidade de peixes e corais; abundância e biomassa de peixes, densidade de recrutamento de coral e tamanho do coral, outros atributos bentónicos, especialmente algas e sedimentos, para fornecer uma medida quantitativa detalhada da saúde do recife. A descrição detalhada (de exemplos) de métodos é fornecida no [Anexo 11](#).

4.5.2 Monitoria comunitária de recifes de coral

A saúde dos recifes de coral é monitorada para estimar a densidade de cobertura de coral, peixes e macro-invertebrados, usando snorkel. A recolha de dados é feita por uma equipa de 2-4 pessoas da equipa técnica (extensionistas) e da comunidade. Estes últimos podem ser membros do CCP. A equipa é treinada antes da recolha de dados. Se a equipa já tiver sido treinada, pode ser necessário fazer uma reciclagem. A monitoria comunitária é realizada anualmente em locais de recife em regimes de gestão diferentes (por exemplo, reservas temporárias, zona de reabastecimento e zonas de pesca fora destas áreas). A recolha de dados demora pelo menos dois dias em cada área de jurisdição do CCP. A descrição detalhada dos métodos é fornecida no [Anexo 11](#).

4.5.3 Monitoria das pescarias / Captura Por Unidade de Esforço (CPUE)

A monitoria das pescarias visa recolher dados de captura e esforço nos centros de pesca. O técnico de campo recolhe os dados sob a



supervisão de um biólogo marinho, com uma frequência de seis dias por mês lunar (ver exemplo de amostragem na Figura 3). A recolha de dados envolve seis etapas, partindo da preparação da avaliação das capturas até a medição do peso individual dos peixes (Figura 4). Isso ajuda a reunir informações úteis para estimar o estado do estoque pesqueiro (população), o esforço de pesca, a captura de peixes e o valor económico. Mais informações podem ser encontradas no [Anexo 19](#).

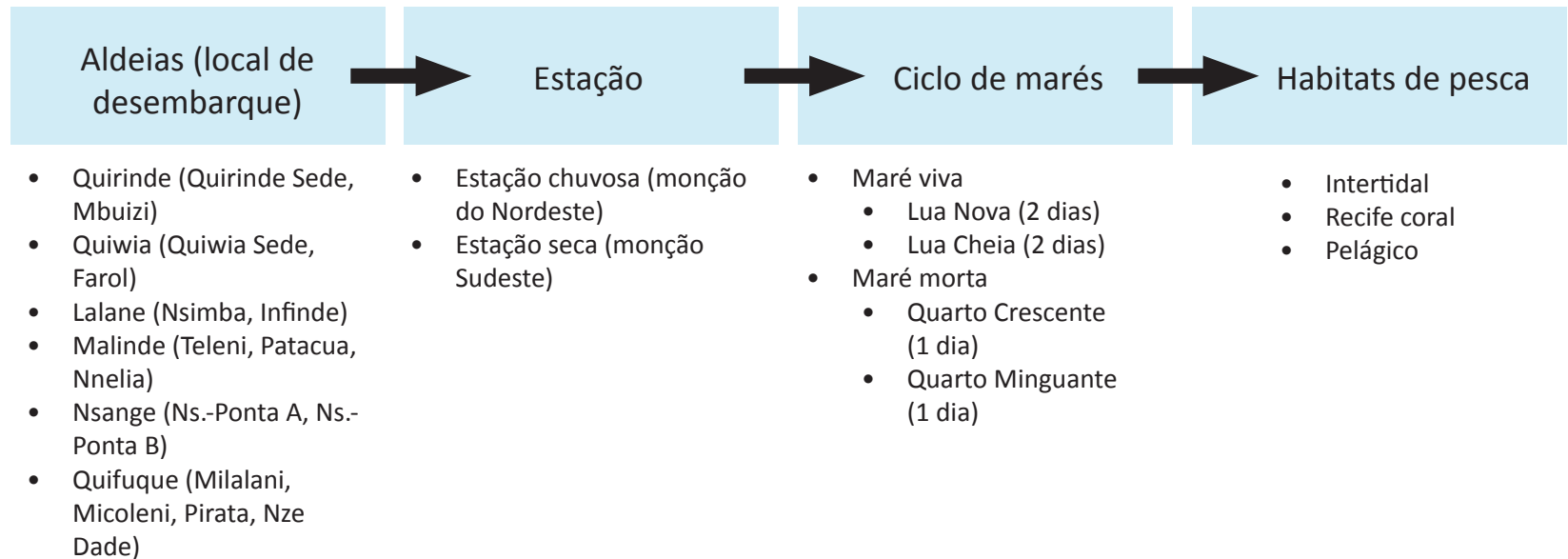


Figura 3. Estratégia de amostragem da monitoria OSOL de pescarias indicando as seis aldeias onde a recolha de dados foi realizada com os respectivos centros de pesca seleccionados para amostragem e o nível de amostragem por época, ciclo de maré e habitats costeiros.

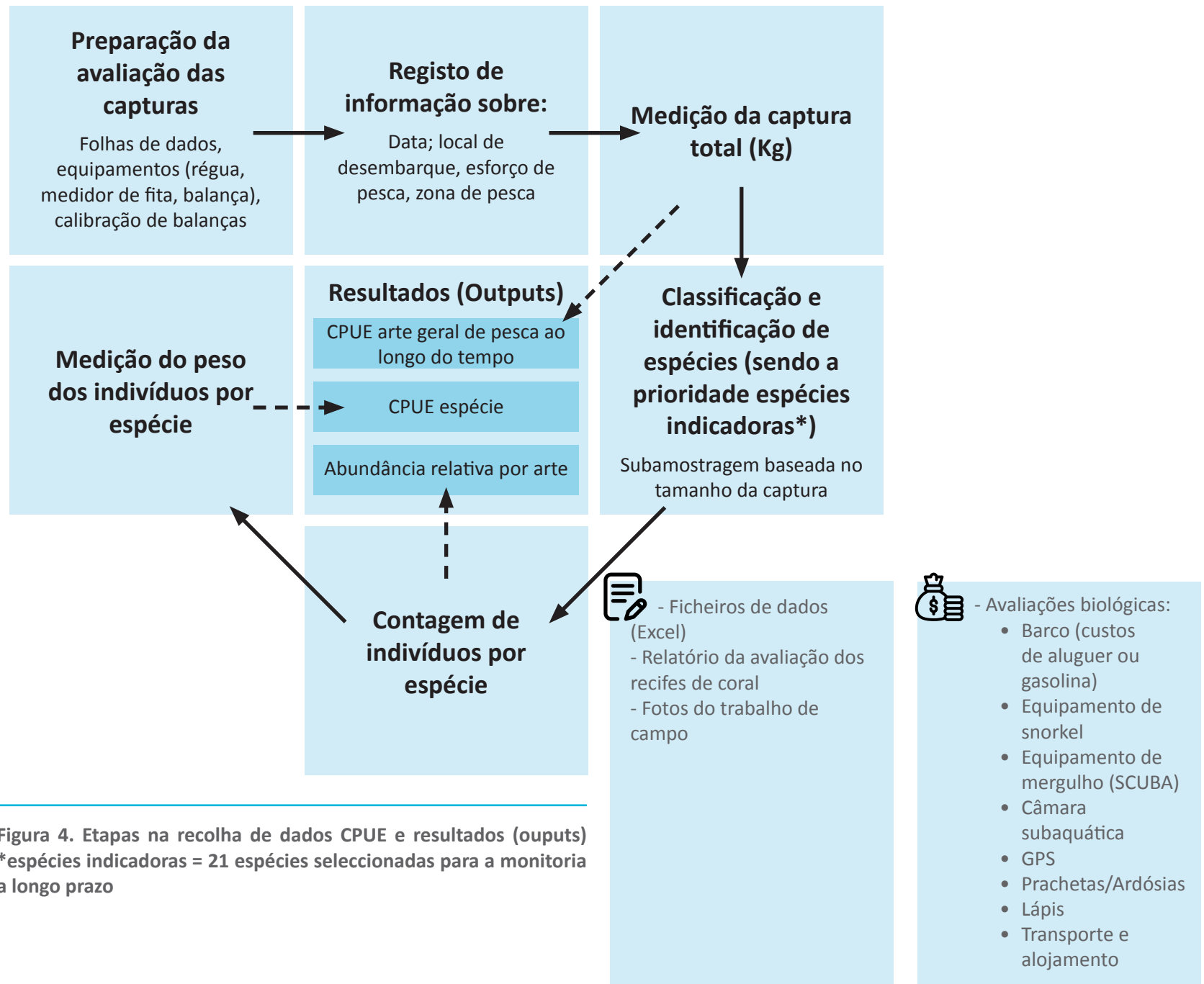


Figura 4. Etapas na recolha de dados CPUE e resultados (outputs)
*espécies indicadoras = 21 espécies seleccionadas para a monitoria a longo prazo

5

MONITORIA E AVALIAÇÃO



5. Monitoria e Avaliação



Sérgio Rosendo, Mario Daide, Teresa Tsotsane, Surshti Patel, Saide Amade, Kennedy Osuka, Melita Samoily, Joan Kawaka, Jamen Mussa, Isabel Silva, Aniceto Cululo, Jamen Mussa, Maida Lobo



OBJECTIVOS

Esta secção descreve as principais etapas para desenvolver e implementar um sistema para avaliar e determinar até que ponto as LMMAs estão tendo os resultados pretendidos e se são eficazes. Explica como desenvolver um quadro (framework) e um plano de Monitoria e Avaliação (M&A), e apresenta algumas ferramentas para M&A socioeconómica e ecológica que podem ser adaptadas para diferentes contextos de implementação de LMMAs, dependendo das necessidades de M&A e da disponibilidade de recursos para a recolha e análise de dados.



RESULTADOS ESPERADOS

- Quadro e plano de M&A desenvolvido
- Recolha de dados para M&A operacional

Etapa 5.1

Desenvolver um quadro de Monitoria e Avaliação

Esta etapa descreve como desenvolver um quadro de M&A para LMMAs, contendo resultados e indicadores, as informações necessárias para avaliar os indicadores e os métodos de recolha de dados.



- Quadro de M&A com resultados e indicadores

Quem faz?

O quadro de monitoria e avaliação é desenvolvida pela equipe técnica antes do início das actividades de Co-Gestão. Idealmente, a equipe

técnica deve incluir um oficial de M&A, ou um membro da equipe responsável por coordenar as actividades de M&A.

Recursos:

- Documentos do projecto, incluindo o quadro lógico. Estes devem conter os objectivos do projecto, os indicadores de realização e resultados acordados com os financiadores.

Como fazer?

- Determinar os objectivos da M&A. Muitas vezes, a M&A é baseada no que foi acordado com os financiadores. Nesse caso, os resultados esperados e indicadores já estão definidos nas propostas dos projectos financiados. A M&A pode também ser feita para avaliar o progresso das acções desenvolvidas e ajustá-las se necessário; ou para informar as comunidades e outras partes interessadas do progresso

e resultados.

- Listar todos os objectivos do projecto de implementação de LMMAs, indicadores de realização desses objectivos, fontes de informação e meios de verificação. Estes podem ser extraídos dos documentos do projecto, particularmente do quadro lógico que já contém esta informação. Se relevante, adicionar outros indicadores importantes, por exemplo mudanças nos recursos ou no uso de artes nocivas.
- Organizar a informação acima de uma forma sistemática. Para cada indicador, referir a unidade de medida, fonte e método de recolha de informação e finalidade da informação recolhida. O exemplo no [Anexo 12](#) pode ser usado como modelo.



Nota

Nota: Alguns objectivos dos projectos são muito complexos para serem medidos directamente, por exemplo, melhoria do bem-estar, segurança alimentar, saúde do ecossistema. Para avaliar progresso na realização desses objectivos é necessário identificar indicadores. Por exemplo, se o objectivo é melhorar a saúde dos recifes de coral, um indicador adequado poderia ser a abundância e diversidade de espécies de corais; se for melhorar o bem-estar das famílias, um possível indicador poderia ser ter casa coberta com chapas, neste caso um indicador de bem-estar material; ou poupanças superiores 1000 meticais, um indicador de bem-estar económico.



- Notas da reunião de trabalho para desenvolvimento da estrutura de M&A



- Papel de flipchart para esboçar (brainstorming) manualmente a estrutura de M&A
- Marcadores de várias cores
- Computador portátil & projector para elaborar o quadro de M&A directamente no documento

Etapa 5.2

Desenvolver um plano de implementação de M&A

Esta etapa desenvolve o plano de implementação para o quadro de M&A definida em 5.1, com os vários tipos de informação que é necessária recolher, responsáveis pela recolha de dados, cronograma, frequência de recolha de dados (por vezes ligado à frequência de envio de relatórios para os financiadores) e orçamento.



- Plano de implementação de M&A

Quem faz?

Este processo é liderado pelo oficial de M&A ou pelo membro da equipe técnica responsável pela coordenação da M&A, e consiste numa discussão com todos os membros da equipe.

Recursos:

- Quadro de M&A, desenvolvido na [Etapa 5.1](#)

Como fazer?

- Usar o quadro de M&A como base. Juntamente com a equipe técnica, identificar os vários componentes de recolha de dados (socioeconómico, ecológico); quem é responsável por recolher os dados de cada componente e o fluxo de informações (quem irá centralizar os dados, analisá-los e escrever os relatórios); o cronograma de recolha de dados, incluindo frequência de recolha (por exemplo: mensal, anual, etc.); e um orçamento para cada componente (por exemplo: custo da realização de inquéritos socioeconómicos).
- Compilar esta informação num plano de implementação de M&A e assegurar- que toda a equipa compreende o plano e está ciente das suas responsabilidades.



- Notas da reunião



- Papel de flipchart
- Marcadores de várias cores
- Computador portátil & projector para elaborar o plano de implementação da M&A directamente no documento

Etapa 5.3

Inquérito às famílias como ferramenta de M&A

Esta etapa descreve como implementar o inquérito às famílias desenvolvido pelo projecto OSOL, para estabelecer uma linha de base socio-económica e monitorar mudanças ao longo do tempo, usando indicadores específicos. O inquérito foi realizado no início do projecto, após o levantamento socioeconómico preliminar ([Etapa 4.1](#)) e repetido anualmente.



- Relatório contendo a linha de base para os vários indicadores socioeconómicos e relatórios posteriores (anuais) com a evolução desses indicadores.

Quem faz?

O inquérito deve ser coordenado por um membro da equipe técnica (geralmente o oficial de M&A). Os inquéritos são feitos pelos técnicos ou pessoas contractadas para esse trabalho, tais como estudantes universitários (o projecto OSOL trabalhou com funcionários e estudantes da UniLúrio- parceiros do projecto).

Recursos:

- Ficha de Inquérito ([Anexo 13](#))
- Inquiridores

Como fazer?

Preparação do trabalho de campo

- Escolher o coordenador para o trabalho de campo.
- Definir o tamanho da amostra (número de inquéritos a realizar). Isso dependerá do número total de famílias na aldeia. No OSOL, as amostras variaram entre 30 e 75 casas.
- Formar uma equipe de entrevistadores para fazer o inquérito. O OSOL usou estudantes e docentes da UniLúrio para entrevistar as famílias. Os entrevistadores devem ser fluentes nas línguas locais e ter alguma experiência na realização de inquéritos.
- O número de inquiridores dependerá do número de

inquéritos, o tempo médio que demorar a fazer cada inquérito e o tempo disponível para realizar todos os inquéritos planeados. Em média, um entrevistador pode completar um máximo de 5 inquéritos OSOL por dia.

- Treinar os entrevistadores na realização do inquérito. Se o inquérito for feito em línguas locais, pode ser necessário traduzir as perguntas mais complexas para evitar que cada entrevistador interprete e faça a pergunta de uma forma diferente.
- Organizar a logística do trabalho de campo, incluindo contactos com os líderes da comunidade e técnicos extensionistas para agendar o trabalho, alimentação, acomodação e transporte para a equipe.

Recolha de dados

- Ao chegar à comunidade, apresentar a equipa e o objectivo do trabalho ao líder da comunidade.
- O líder comunitário informa aos membros da comunidade e pede a colaboração de todos para participar no inquérito.
- As famílias a serem inqueridas são seleccionadas por meio de um processo de selecção sistemática, a cada x casas. Onde o x é calculado dividindo-se o número total de casas pelo tamanho da amostra desejada.
- Durante a pesquisa, o mapa desenvolvido no censo rápido pode ser usado como um guia para seleccionar e localizar as casas cujas famílias serão entrevistadas.
- Na ausência de um mapa e de informações imprecisas sobre o número de casas, uma alternativa pode ser seleccionar aleatoriamente um número x de casas em cada bairro.
- Os entrevistadores visitam a casa e entrevistam o chefe de família ou o seu representante, caso este esteja ausente.
- Casas onde os ocupantes não estão, ou o chefe de família ou seu representante não estavam são revisitadas a outra hora ou no dia seguinte. Depois de duas tentativas para encontrar o entrevistado, será seleccionada a casa seguinte.
- Antes da entrevista, o entrevistador apresenta-se, explica o objectivo do inquérito e obtém o consentimento do entrevistado para participar. A participação é opcional.
- No final de cada dia, o coordenador do inquérito verifica

todos os formulários para controle de qualidade dos dados. Se forem detectados erros, informações pouco claras ou dúvidas, o coordenador pode pedir que o entrevistador visite a família novamente para fazer as correcções necessárias.

Inserir dados, análise e relatório

- Os dados do inquérito são inseridos e analisados numa base de dados em Excel (exemplo no [Anexo 13](#)). A análise dos dados e preparação do relatório é feita pela equipe do projecto responsável pela M&A.
- Finalizar o relatório certificando-se que os resultados respondem aos indicadores definidos no quadro de M&A. Se relevante, incluir recomendações para as acções do projecto.
- Alguns dos resultados do relatório podem ser compartilhados e discutidos com os CCPs locais e a estrutura da aldeia (líderes comunitários, líderes religiosos, membros influentes e outras partes interessadas) por meio de workshops e pósteres.



5



- Questionários preenchidos
- Fotos de trabalho de campo
- Dados inseridos e organizados no Excel



- Transporte
- Remuneração para os entrevistadores (se relevante)
- Alojamento para a equipe
- Incentivo para guia local (se necessário)

Etapa 5.4

M&A de actividades para melhoria dos meios de vida e bem-estar

5.4.1 Monitoria de ACPEs

No OSOL, duas abordagens foram usadas para monitorar as ACPEs, nomeadamente, a monitoria regular do desempenho dos grupos de poupança e um inquérito aos membros.

5.4.1.1 Monitoria regular do desempenho das ACPEs

Recolhe dados sobre os grupos de poupança, tais como número de membros activos e presente no dia de recolha de dados; data da formação e da primeira poupança; técnico responsável pela criação do grupo, os bens adquiridos com dinheiro do fundo social; valores totais das poupanças e empréstimos, e a finalidade dos empréstimos. Os dados são recolhidos durante as reuniões de poupança nas semanas 1, 12, 24 e 52 do ciclo de poupanças, usando uma ficha de monitoria (ver [Anexo 14](#)). O extensionista ou agente comunitário recolhe os dados dos livros de poupança individuais e dos grupos. Este processo também é descrito na Etapa 7.3.

5.4.1.2 Inquérito aos membros

Fornece informações sobre valores, uso das poupanças e empréstimos dos membros, permitindo assim ter algumas informações sobre o impacto dos grupos de poupança nos meios de vida e bem estar. Os dados são recolhidos no fim de cada ciclo, usando um questionário realizado com uma amostra dos membros, cerca de 5 membros por grupo (ver [Anexo 15](#)).

5.4.2 Monitoria dos impactos da horticultura

Fornece alguma informação que permite compreender melhor os resultados da horticultura, usando um questionário desenvolvido especificamente para esse fim (ver [Anexo 16](#)).

5.4.3 Eficácia da Co-Gestão

Pretende avaliar o progresso na Co-Gestão. A informação gerada ajuda a identificar sucessos e problemas, replanear acções se



necessário, ou identificar intervenções adicionais para fortalecer áreas específicas, como a capacidade do CCP. Incorpora indicadores de gestão e funcionamento do CCP, bem como indicadores sobre a implementação e resultados das medidas de Co-Gestão. Os dados são recolhidos usando uma ferramenta para avaliação da eficácia da LMMA (ver no [Anexo 17](#)) e os resultados informam o processo de implementação e consolidação da LMMA.

5.4.4 Monitoria biológica

Existem várias opções e métodos para monitoria biológica, que podem ser classificados em monitoria científica e comunitária. Ambos têm uma base científica, mas diferem em quem conduz o processo, recolhe e analisa os dados. No contexto de Moçambique, a monitoria comunitária requer orientação e apoio por parte da equipe técnica aos membros da comunidade e CCP.

A maioria dos métodos apresentados abaixo são os mesmos usados nos estudos preliminares para estabelecer a linha de base biológica (descritos na [Secção 4](#)).

5.4.4.1 Monitoria científica dos recifes de coral

Utiliza um conjunto de métodos para fornecer uma medida quantitativa detalhada da saúde do recife. Recolhe dados sobre tamanho, abundância e diversidade de peixes; cobertura de coral vivo, coral morto e outros bentos de recifes, riqueza de espécies de corais e/ou densidades de recrutas (juvenis) e estrutura dos recifes. A [Secção 4.5](#) fornece mais informações sobre a monitoria científica, enquanto o [Anexo 11](#) fornece um link para um guia dos métodos de pesquisa utilizados.

5.4.4.2 Monitoria comunitária

5.4.4.2.1 Monitoria comunitária de recifes de coral

Permite monitorar a saúde dos recifes de coral usando estimativas de densidade de cobertura de coral, peixes e macroinvertebrados. O [Anexo 11](#) fornece informações para planeamento e implementação da monitoria comunitária de recifes de corais (Kawaka *et al.*, 2017).

5.4.4.2.2 Monitoria comunitária de pescarias usando ODK

Recolha de dados sobre captura e esforço por membros da comunidade usando telefones celulares. Um guia para planear e recolher dados de pesca usando ODK é fornecido no [Anexo 18](#).

5.4.4.2.3 Recolha de CPUE por técnicos

Tem como objectivo recolher dados de captura e esforço em centros de pesca usados pelos pescadores. Mais informações sobre recolha de dados CPUE podem ser encontradas no [Anexo 19](#).

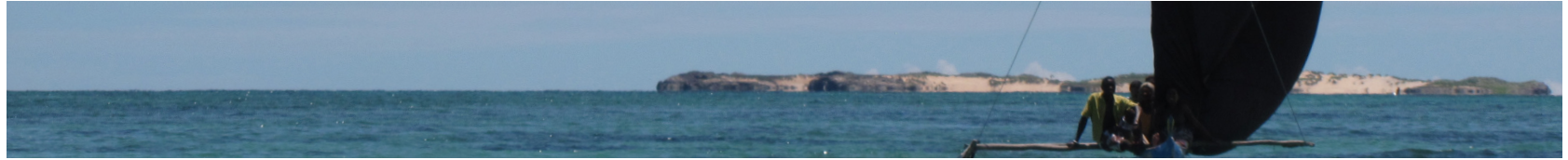




6

CRIAÇÃO, LEGALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CCP

6. Criação, legalização e fortalecimento do CCP



Ercilio Chauque, Rachide Cachimo, Jeremy Huet



OBJECTIVOS

Esta secção descreve o processo para criar, legalizar e fortalecer a capacidade dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCP). Os CCPs são cruciais para o estabelecimento de LMMAs, actuando como mobilizadores e facilitadores da acção comunitária para gerir os recursos marinhos e costeiros. São também a entidade legal responsável pela Co-Gestão dos recursos pesqueiros dentro da sua área de jurisdição, podendo propor Áreas de Conservação Comunitária (ACC) como opção para legalizar áreas marinhas sob a gestão de comunidades locais.



RESULTADOS ESPERADOS

- CCP criado e funcionando de acordo com as boas práticas
- CCP legalizado e capaz de desenvolver e implementar planos de Co-Gestão
- Plano de acção para melhorar o funcionamento e a capacidade do CCP

Nota importante

É importante iniciar o processo de criação e legalização do CCP o mais rápido possível, pois este processo pode demorar. Os CCPs podem funcionar e actuar mesmo não estando legalizados, mas a legalização é essencial, por exemplo, quando se trabalha com instituições do

governo em actividades de fiscalização e licenciamento de pesca, na legalização do plano de Co-Gestão das LMMAs e, no futuro, para a gestão das áreas de conservação comunitária (ACC). Algumas comunidades podem já ter um CCP, mas este não ser activo. Nestes casos é necessário fazer uma revitalização (realizada pela DPMAIP).

Etapa 6.1

Criação do CCP

Esta etapa descreve o processo de criação de um CCP em comunidades onde ainda não existe. O processo segue os procedimentos desenvolvidos pela ADNAP.



- CCP criado, com 15-25 membros, e todas as posições de liderança preenchidas
- Lista dos membros do CCP e da Direcção
- Estatuto do CCP aprovado pelos membros (ver modelo no [Anexo 20](#))
- Acta da reunião da assembleia de criação do CCP
- Rascunho do regulamento interno do CCP (ver modelo no [Anexo 21](#))

Quem faz?

A criação do CCP é normalmente facilitada por um técnico da ADNAP (DPMAIP). A equipe técnica do projecto é responsável pela logística das viagens às comunidades e pela mobilização da comunidade para uma reunião onde os objectivos e o papel do CCP serão explicados.

Recursos:

- Modelo do estatuto-tipo do CCP ([Anexo 20](#))
- Legislação nacional que descreve o CCP, o seu papel e responsabilidades (ver [Anexo 22](#))
- Modelo do regulamento interno ([Anexo 21](#))

Como fazer?

- Agendar uma visita à comunidade com um técnico da ADNAP (DPMAIP) com experiência em facilitar a criação de CCPs. Articular com o líder comunitário (ou o técnico extensionista, se existir) para mobilizar a comunidade para um encontro agendando o dia.
- Trabalhar com o líder comunitário para conseguir que o encontro conte com a participação de todos os grupos relevantes, em particular líderes comunitários e religiosos, pescadores representantes das diversas artes usadas na aldeia, homens e mulheres e diversas faixas etárias incluindo jovens, e comerciantes de pescado.
- Durante o encontro, o técnico da ADNAP explica o papel, objectivos, legislação, estatuto de CCPs, e responde a questões e esclarece dúvidas que os participantes possam ter.
- A comunidade indica quem deve integrar o CCP como membros. Essas pessoas devem incluir representantes de pescadores, comerciantes de pescado além de indivíduos respeitados da comunidade. O CCP deve ser composto por 15-25 membros e pelo menos 30% devem ser mulheres.
- A indicação dos membros do CCP pela comunidade completa o primeiro passo da criação do CCP. O próximo passo é a eleição da Direcção do CCP.
- Organizar um outro encontro apenas com os membros do CCP indicados pela comunidade, que será a primeira Assembleia Geral do CCP. Neste encontro, o técnico da ADNAP fornece

treinamento básico sobre o papel do CCP e como deve funcionar. As regras de funcionamento do CCP são definidas no estatuto para o qual existe um modelo ([Anexo 20](#)).

- Os membros elegem a Direcção do CCP formada pelo Presidente, Secretário, Tesoureiro e 2 membros (vogais) por um período de 3 anos. A Direcção também deve ser formada por um mínimo de 30% de mulheres. Todos os membros devem aprovar o Estatuto do CCP.
- Assegurar que a acta da Assembleia Geral que marca a criação do CCP seja redigida e assinada por todos os membros. A acta será necessária para anexar à documentação de legalização do CCP.
- Antes de concluir o encontro, o esboço do Regulamento Interno do CCP também pode ser desenvolvido para ser finalizado posteriormente. O [Anexo 21](#) fornece um modelo do regulamento.
- Depois que o CCP é criado, deve-se mobilizar os membros para conduzir acções de sensibilização com a comunidade em geral sobre a existência e objectivos do CCP.

6



- Notas e acta da Assembleia Geral
- Fotos
- Notas da reunião comunitária



- Transporte (carro e combustível)
- Ajudas de custo para o técnico da ADNAP
- Cópias da legislação
- Lanche (apenas para o dia de treinamento do CCP)

Etapa 6.2

Legalização do CCP

Esta etapa explica o procedimento para legalizar o CCP, incluindo a preparação e submissão da documentação necessária às autoridades competentes.



- Documentos necessários para pedir a legalização do CCP
 - Acta da reunião de criação do CCP (Assembleia Geral)
 - Lista dos membros do CCP e da Direção do CCP (nomes e cargos que desempenham (Secretário, Tesoureiro, membro efectivo, etc)
 - Cópias do documento de identificação de 10 membros (bilhete de identidade, carta de condução, cartão de eleitor)
 - Declaração do posto administrativo e chefe da localidade, reconhecendo que os 10 membros são residentes locais e tem comportamentos aceitáveis
 - Estatuto do CCP aprovado em Assembleia Geral
 - Parecer do SDAE com visto do Administrador do Distrito apoiando a criação do CCP
 - Carta assinada pelo presidente do CCP, endereçada a Sua Excelência o Ministro do MIMAIP, pedindo a legalização do CCP. A assinatura do presidente do CCP tem que ser reconhecida pelo notário
 - Nota do DPMAIP canalizando toda a documentação necessária ao MIMAIP

Quem faz?

Este trabalho é realizado pela equipe técnica em coordenação com o CCP. DPMAIP é responsável pelo envio da documentação ao MIMAIP em Maputo.

Recursos:

- Estatuto do CCP ([Anexo 20](#))

- Regulamento Interno do CCP ([Anexo 21](#))
- Modelo da carta para pedido de legalização do CCP ao Ministro do MIMAIP ([Anexo 23](#))

Como fazer?

- Juntar os seguintes documentos aprovados pela Assembleia Geral do CCP:
 - regulamento interno
 - acta da Assembleia Constituinte
 - cópia de pelo menos 10 documentos de identificação de membros do CCP
- Obter declaração do posto administrativo e chefe da localidade, reconhecendo que os 10 membros são residentes locais e tem comportamentos aceitáveis.
- Obter parecer do SDAE com visto do Administrador do Distrito confirmando a área de jurisdição do CCP e apoiando a sua criação.
- Redigir a carta endereçada a Sua Excelência o Ministro do MIMAIP, pedindo a legalização do CCP, assinada pelo CCP e com assinatura reconhecida pelo notário. A carta deve também indicar os limites da área de jurisdição do CCP.
- Recomenda-se que se faça pelo menos 2 cópias de todos os documentos, sendo uma cópia para a organização que apoia as LMMAs e outra para o CCP.
- Entregar a carta e documentação anexada ao DPMAIP².
- DPMAIP é responsável por dar andamento ao processo de legalização junto ao MIMAIP a nível central.



- Cópia de todos os documentos de legalização entregues ao DPMAIP
- Comprovativo de entrega dos documentos, passado pelo DPMAIP (opcional)



- Combustível
- Papel e impressão dos documentos
- Ajudas de custo para técnicos do DPMAIP
- Reconhecimento das assinaturas pelos serviços notariais

²Recomenda-se que obtenha no DPMAIP um comprovativo de recepção do processo de legalização do CCP para facilitar o acompanhamento posterior

Etapa 6.3

Publicação da legalização do CCP

Esta etapa finaliza o processo de legalização do CCP. O CCP é considerado legalizado somente quando tiver um despacho ministerial publicado no Boletim da República, autorizando-o a desenvolver as suas actividades dentro da respectiva área geográfica.



- Publicação do despacho Ministerial no Boletim da República autorizando o funcionamento do CCP

Quem faz?

Este processo é realizado por ADNAP/DPMAIP em coordenação com a equipe técnica.

Recursos:

- Autorização de funcionamento do CCP assinado pelo Ministro do MIMAIP

Como fazer?

- A equipe técnica deve fazer um acompanhamento do processo da legalização junto a ADNAP/DPMAIP, até à conclusão do mesmo.
- Depois do CCP ser autorizado a funcionar pelo Ministro do MIMAIP, a autorização deve ser publicada no Boletim da República através de um solicitador.



- Publicação no Boletim da República do despacho do Ministro do MIMAIP autorizando o CCP a funcionar, com indicação da área geográfica de actuação.



- Taxa do solicitador
- Taxa de publicação no Boletim da República

Etapa 6.4

Avaliar o funcionamento do CCP

Esta etapa avalia o funcionamento do CCP usando o diagnóstico do CCP a fim de identificar o que precisa ser melhorado e definir um plano de fortalecimento (ver [Secção 4.3](#) e [Anexo 9](#)).

Nota

O diagnóstico do CCP tem como objectivo principal avaliar o funcionamento do CCP antes de que as atividades de Có-Gestão sejam iniciadas. O diagnóstico pode ser repetido anualmente para avaliar o progresso do CCP, monitorar a implementação do plano de fortalecimento e identificar o que ainda precisa ser melhorado.



- Plano de acção para fortalecimento do CCP

Quem faz?

Idealmente, este processo deverá ser liderado pelo próprio CCP, com alguma facilitação da equipe técnica. O nível de facilitação por parte da equipe técnica irá depender da capacidade de cada CCP.

Recursos:

- Resultados do diagnóstico do CCP (da [Etapa 4.3](#)) apresentados num formato de fácil compreensão (por exemplo, poster, desenho, powerpoint) como base para discussão com os membros do CCP.

Como fazer?

- Agendar um encontro com os membros do CCP, pedido a participação de todos. Assegurar a participação das mulheres membros do CCP.
- Durante o encontro, apresentar os resultados do diagnóstico do CCP. No fim da apresentação, facilitar uma discussão para identificar quais as principais prioridades.

- Dividir os participantes em 2 grupos para realizar um trabalho de grupo sobre como melhorar os aspectos prioritários. Cada grupo deve ter um facilitador membro do CCP.
- Cada grupo trabalha em 2 aspectos prioritários para a melhoria, e define uma estratégia ou plano de acção para melhorá-los (20 minutos por cada ponto). Problemas comuns que afetam CCPs incluem baixo número de membros, baixa representação de mulheres e pescadores usando artes diferentes, falta de plano de fiscalização, reuniões irregulares e fraca prestação de contas dos membros.
- A estratégia definida pelos grupos deve identificar claramente o que precisa ser feito; quem é responsável por fazê-lo; e quando.
- Voltar a juntar os grupos para apresentar e concordar com os aspectos a serem melhorados durante o ano (5/10 minutos para cada ponto).
- O facilitador ajuda a sintetizar a discussão em acções de fortalecimento específicas, incluindo capacitações num plano de acção para fortalecimento do CCP.
- As acções de fortalecimento do CCP devem ser integradas no plano de trabalho da equipe técnica do projecto de apoio às LMMAs.



- Lista de participantes
- Notas e flipcharts das discussões dos grupos
- Fotos



- Material para apresentação de resultados do Diagnóstico
- Papel flipchart
- Marcadores de cores diferentes
- Refrescos se o encontro demorar mais de 2 horas

Etapa 6.5 Treinamento do CCP

Nesta etapa, é dado treinamento ao CCP em áreas fundamentais para desenvolver a sua capacidade. Alguns destes treinamentos serão os identificados no Plano de Fortalecimento do CCP (da [Etapa 6.4](#)), enquanto que outros são treinamentos padrão, considerados necessários para todos os CCPs.



- Acções de treinamento nas seguintes áreas:

- Legislação e fiscalização
- Técnicas de sensibilização e comunicação
- Como realizar uma consultoria à comunidade
- Resolução de conflitos
- Relatórios de actividades e financeiros

Quem faz?

A organização dos treinamentos será facilitada pela equipe técnica. Alguns treinamentos serão dados pela equipe técnica e outros por parceiros como DPMAIP e ONGs.

Recursos:

- Formadores
- Materiais de treinamento

Como fazer?

- Identificar quem irá dar as várias acções de treinamento (equipe técnica; parceiros do governo tais como ADNAP; ONGs; Universidade; etc).
- Definir o escopo e o formato de cada treinamento, por exemplo, número de dias necessários para cada treinamento, se deve ser realizado individualmente para cada CCP ou para um grupo de CCPs, etc.
- Programar os treinamentos em coordenação com os formadores e os CCPs, e organizar a logística para os mesmos (convites, local, materiais, transporte, alimentação, etc.)





- Lista de participantes
- Fotos
- Relatório dos treinamentos
- Comentários dos participantes



- Ajudas de custo para formadores, se necessário
- Transporte dos participantes para o local de treinamento, se necessário
- Transporte da equipa que irá realizar o treinamento
- Alojamento para os participantes, se necessário
- Alojamento para a equipa, se necessário
- Local para realização do treinamento
- Refeições
- Materiais para treinamento (blocos, canetas, projecção, flipchart, etc.)



7

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMOS (ACPEs)

7. Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimos (ACPEs)



Teresa Tsotsane, Ana Pinto, Surshthi Patel



OBJECTIVOS

Esta secção descreve como criar ACPEs e ligá-las aos processos de Co-Gestão. O papel das ACPEs nas LMMAs é, em grande parte, melhorar a segurança económica das comunidades locais e servir como uma plataforma para actividades de sensibilização e apoio da comunidade às medidas de gestão tais como zonas de reabastecimento e reservas temporárias. Os membros das ACPEs podem decidir contribuir pequenos valores para apoiar as actividades pontuais de Co-Gestão e, eventualmente, criar um Fundo Ambiental para um apoio contínuo à Co-Gestão dos recursos marinhos.



RESULTADOS ESPERADOS

- Grupos de poupança operacionais, permitindo aos membros economizar e pedir empréstimos para responder a diversas necessidades e investir em pequenos negócios e outras actividades de rendimento.
- Grupos de poupança funcionando como plataformas para sensibilização sobre a gestão sustentável dos recursos marinhos.
- Mecanismo que permita aos grupos fazer contribuições voluntárias para apoiar as actividades de Co-Gestão e, eventualmente, a criação de um Fundo Ambiental.

Etapa 7.1

Divulgação do conceito de ACPEs

Esta etapa introduz o conceito de ACPEs aos líderes e comunidades locais para incentivar as pessoas a participarem. Explica o que são ACPEs e os benefícios de participar. Recomenda-se que esta acção seja realizada nos vários bairros em cada comunidade para uma boa abrangência.



- Uma série de reuniões na comunidade para divulgar o conceito de ACPEs e incentivar os membros da comunidade a formar grupos

Quem faz?

Esta actividade é feita por técnicos e extensionistas em cada comunidade. Numa fase mais avançada, a equipe identificará pessoas na comunidade para actuar como animadores ou agentes comunitários capazes de apoiar a criação e funcionamento dos grupos.

Recursos:

- Materiais de divulgação (i.é. posters, panfletos) explicando o conceito das ACPEs (opcional)
- Vídeos e fotos de experiências de ACPEs (opcional)

Como fazer?

- Reunir com os líderes da aldeia para explicar o modelo das ACPEs e garantir que estes entendam o seu funcionamento,

benefícios e apoiem a formação dos grupos. O apoio dos líderes contribui para transmitir mais segurança aos membros da comunidade e, deste modo, para uma maior aderência por parte da comunidade.

- Organizar encontros nos vários bairros ou zonas para explicar à comunidade em geral o conceito e benefícios das ACPEs. Fazer a divulgação em pequenos grupos para facilitar a comunicação e envolvimento.
- Durante os encontros, demonstrar como é possível poupar mesmo com poucos rendimentos.
- Começar já na fase de divulgação a fazer a ligação entre as ACPEs e a Co-Gestão, sensibilizando os grupos sobre a importância dos recursos pesqueiros para a segurança económica da comunidade. Sublinhar que a melhorar a saúde dos recursos multiplicará os benefícios económicos e trará mais dinheiro para fazer poupanças e investir.
- É importante estar preparado para responder a perguntas que os membros da comunidade possam ter.



7



- Lista de participantes em cada encontro
- Fotos
- Anotações sobre as questões levantadas durante os encontros



- Transporte e combustível

Etapa 7.2

Formação de grupos ACPEs

Esta etapa visa identificar os potenciais membros das ACPEs e incentivar a formação de grupos. O trabalho consiste em divulgar junto às famílias, principalmente aquelas com as características que mais interessam para os processos de Co-Gestão (i.é. aquelas potencialmente mais vulneráveis às medidas de Co-Gestão). A abordagem para selecção de membros envolve tanto a autoselecção (o interesse individual de cada um em participar num grupo) e enfoque específico em famílias com maior probabilidade de serem afectadas por medidas de gestão, particularmente reservas temporárias e zonas de reabastecimento que restringem o acesso a recursos.



- Grupos vulneráveis às medidas de Co-Gestão identificados
- Grupos de poupança formados

Quem faz?

Esta actividade é feita por técnicos e extensionistas do projecto. Uma vez treinados os agentes comunitários, podem assumir o processo de mobilização e formação de grupos.

Recursos:

- Relatório e recomendações do estudo socioeconómico de base (Etapa 4.1), particularmente os resultados sobre a existência e desempenho de grupos de poupança na comunidade; e sobre quem são os grupos da comunidade mais dependentes dos recursos marinhos.
- Manual para oficiais de campo sobre ACPEs (Pode ser encontrado [online aqui](#))

Como fazer?

Identifique os potenciais membros

- Primeiro, trabalhar com indivíduos que manifestaram interesse nas ACPEs. Facilitar a formação de grupos ACPEs

com esses indivíduos. Os grupos devem ser compostos por indivíduos que se conhecem e confiam uns nos outros e que vivem relativamente próximos para facilitar as reuniões de poupança.

- A formação dos primeiros grupos, independentemente dos membros serem ou não vulneráveis às medidas de gestão marinha, é importante para demonstrar como o conceito funciona e o seu sucesso. Depois que o primeiro ciclo de poupança for concluído com sucesso, o interesse nas ACPEs aumentará.
- É igualmente importante identificar as famílias que serão afectadas pelas medidas de gestão e encorajar os seus membros a fazer parte de um grupo de poupança. Esses grupos deverão ter sido identificados durante o desenho das medidas de Co-Gestão (Etapa 9.4, ponto e).
- Se o desenho das medidas de Co-Gestão ainda não tiver sido feito, usar os resultados dos estudos preliminares tais como o levantamento socioeconómico e censo para ter alguns indícios dos grupos potencialmente afectados pelas medidas de Co-Gestão. Alguns exemplos podem ser pessoas que pescam apenas nas zonas entre marés, as mulheres solteiras que são chefe de família, viúvas, entre outros. Estes grupos pescam em áreas mais restritas, normalmente mais perto da aldeia que são também zonas que habitualmente são alvo de fecho por serem mais fáceis de fiscalizar.
- Envolver os líderes comunitários para identificar os indivíduos pertencentes a estes grupos vulneráveis e visitá-los para incentivar a sua participação nas ACPEs.
- Embora seja importante incentivar grupos vulneráveis para aderir às ACPEs, estas devem estar abertas à participação de qualquer membro da comunidade.
- Nas conversas individuais, procure falar com o chefe de família. É mais fácil convencer os membros da comunidade a fazer parte dos ACPEs perguntando ao chefe ou representante do chefe da família sobre as actividades de rendimento que cada membro realizou durante os últimos 7 dias, e os valores brutos em metcias gerados por cada actividade diária. Depois questionar se sentiria falta caso subtraísse 5 a 30% do valor para colocar na caixa de poupança (e se fizer isso durante 52



semanas; final da época teria X MZN). A partir deste exercício as pessoas descobrem sozinhas que o dinheiro para poupar pode ser retirado a partir do rendimento da família sem pôr em causa as suas necessidades básicas.

- Nesta fase, reenfatar a ligação entre ACPEs e Co-Gestão, explicando novamente a importância das actividades de pesca para os rendimentos e a segurança económica, e a necessidade de manter e melhorar a saúde dos recursos pesqueiros.

Criar grupos ACPEs

- Depois de realizada a sensibilização da comunidade em geral e famílias específicas, irão surgir pessoas interessadas em aderir aos ACPEs. O técnico ou agente comunitário deverá facilitar a formação de grupos de 15 a 25 pessoas no máximo.
- A selecção de quem deve fazer parte do grupo deve ser dos próprios membros. Os membros de cada grupo são geralmente pessoas que se conhecem e sabem o carácter de cada um.
- Mais uma vez, tenha em mente que embora seja importante incentivar indivíduos de grupos vulneráveis a participar nas ACPEs, estas devem ser abertas à participação de qualquer membro da comunidade deste que seja confiável.



7



- Listas de membros de cada grupo criado
- Fotos



- Não há custos específicos previstos, além do envolvimento da equipe técnica ou agente comunitário

Etapa 7.3

Treinamento dos grupos ACPEs

Nesta etapa, os grupos recém-formados recebem o treinamento necessário para iniciar o primeiro ciclo de poupanças. Abrange o processo de poupança e as regras que regem o grupo.



- Acordo de estatuto, com as regras do grupo
- Calendário de encontros de poupança
- Kit de caixa de poupança e carimbos

Quem faz

Para novas comunidades onde as actividades estão sendo iniciadas, o treinamento é dado por técnicos e extensionistas. Uma vez que estejam treinados agentes comunitários, o treinamento será dado por esses indivíduos.

Recursos:

- Manual para oficiais de campo sobre ACPEs (Pode ser encontrado [online aqui](#))
- Kit de caixa de poupança

Como fazer?

- O técnico, ou o agente comunitário, deve explicar com mais detalhes o que são ACPEs, as regras de funcionamento, vantagens, como são efectuadas as poupanças e os empréstimos - isso com o auxílio do manual de ACPEs.
- Durante o treinamento, elege-se a comissão de gestão do grupo e aprovam-se os estatutos.
- Por fim é feita uma simulação de uma reunião de poupança, onde os membros aprendem como se comportar durante um encontro, forma de sentar, como preencher as cadernetas e também como preencher o caderno de anotações.
- Um acompanhamento do técnico ou facilitador do grupo ACPE é feito durante todo o primeiro ciclo. É importante assistir aos encontros dos grupos e ajudar em qualquer dificuldade até mesmo a resolver conflitos e a seguir o que foi



acordado nos estatutos. As primeiras semanas são cruciais, pois, os membros não tem nenhuma prática no processo e registos das poupanças.



7



- Estatutos acordado
- Lista de participantes
- Folhas de monitoria
- Fotografias
- Relatórios e comentários sobre (feedback) o treinamento (verbal ou escrito)



- 1 caixa constituída de:
 - 3 sacos para o dinheiro (1 saco para as poupanças, 1 saco para o Fundo Social e 1 saco para o Fundo Ambiental)
 - 1 carimbo
 - 1 almofada de carimbo
 - 1 cartucho de tinta
 - 2 tigelas
 - 2 canetas (azul e vermelho)
 - 25 cadernos
 - 1 bloco de notas
 - Calculadora
 - O estatuto
 - 3 cadeados
- Folhas de monitoria para os números da semana 1; 12; 24 e 52
- Recursos de treinamento
 - Papel gigante
 - canetas de filtro

Etapa 7.4

Implementação dos grupos, incluindo monitoria e Fundo Ambiental (FA)

Nesta etapa, o sistema para monitorar o desempenho do grupo é posto em prática e a ligação entre as ACPEs e Co-Gestão é desenvolvida de uma forma gradual e incrementada, com o objectivo final de criar um mecanismo em que os grupos de poupança fazem uma pequena contribuição voluntária para apoiar actividades específicas de gestão de recursos, decidido por eles. Estas podem ser actividades implementadas pelos CCPs. O mecanismo pode ser um Fundo Ambiental com contribuições regulares ou um outro tipo de mecanismo alternativo.

Nota: Ao introduzir o conceito de Fundo Ambiental, é importante explicar seu objectivo, como ele se relaciona com a Co-Gestão através do apoio a acções desenvolvidas pelos CCPs. E, por sua vez, como a melhoria dos recursos resultantes dessas acções beneficiam a comunidade. O objectivo geral é incentivar os grupos ACPEs a se interessarem e participar na Co-Gestão.



- Fichas de monitoria preenchidas nas semanas recomendadas
- Fundo Ambiental ou mecanismo alternativo implementado

Quem faz?

Isso é feito inicialmente pelos técnicos ou extensionistas, mas gradualmente pelos agentes comunitários que mostrarem capacidade para tal.

Recursos:

- Ficha de monitoria dos grupos de poupança ([Anexo 14](#))
- Orientações e materiais para ligar as ACPEs à Co-Gestão ([Anexo 24](#))

Como fazer?

Apoio e monitoria:

- Quando o grupo for capaz de fazer os registos de poupança adequadamente, o apoio muda para o processo de pedido de empréstimos, o que requer um acompanhamento rigoroso por parte do técnico ou agente comunitário. A distribuição que ocorre no fim do ciclo também deve ser acompanhada e apoiada pelo técnico ou agente comunitário.
- Durante o ciclo, o técnico ou agente comunitário recolhe informações sobre o desempenho do grupo com a ficha de monitoria ([Anexo 14](#)) que mostra as poupanças e empréstimos.
- Recomenda-se que esses dados sejam recolhidos durante as reuniões de poupança do grupo que ocorrem na 1, 12, 24 e 52 semanas. Para recolher os dados e preencher a ficha de monitoria, o técnico ou agente comunitário deve ter acesso as cadernetas individuais e o bloco de notas do grupo.

Fazer a ligação entre as ACPEs e Co-Gestão:

- Usar as orientações sobre ligação de ACPEs à Co-Gestão no [Anexo 24](#) para apoiar o processo. Como em outras componentes, a ligação de ACPEs à Co-Gestão deve ser adaptada às circunstâncias locais, particularmente ao grau de reconhecimento e confiança da comunidade nos CCPs (ligadas ao seu desempenho) e a disposição dos membros das ACPEs em contribuir para um Fundo.
- Relacionar as ACPEs à Co-Gestão é um processo gradual e incremental iniciado logo após a criação do grupo. Consiste em dois tipos de acções: 1) sensibilização sobre questões de gestão marinha e; 2) estabelecimento de um fundo ou outro mecanismo pelo qual os membros da ACPEs realizam uma pequena contribuição voluntária para actividades específicas de gestão.

Acção 1:

Sensibilização. Consiste de uma série de sessões curtas durante as reuniões de poupança, em que o facilitador sensibiliza os membros para questões relacionados com o ambiente e recursos marinhos. O objectivo é preparar os



membros para a introdução do Fundo Ambiental na Ação 2. Essas sessões devem abranger temas como a importância e os benefícios dos recursos e habitats marinhos (i.e. segurança económica, protecção contra tempestades, etc.); os problemas e ameaças que esses recursos estão enfrentando; a necessidade de fazer algo sobre isso; e o papel e as actividades dos CCPs que são as entidades a nível da comunidade que tratam desses problemas e ameaças.

Essas sessões podem ser realizadas usando vídeos curtos e outros materiais de acordo com o Plano de Comunicação ([Anexo 25](#)).

Outras atividades relacionadas a datas festivas relevantes (ligadas ao meio ambiente, por exemplo, Dia Mundial dos Oceanos; Dia Mundial da Água; Dia Mundial do Meio Ambiente; etc) podem ser organizadas para aumentar a conscientização sobre esses tópicos e vincular-se ao Plano de Sensibilização ([Anexo 26](#)).



Acção 2:

Estabelecimento do Fundo Ambiental ou mecanismo alternativo. Após as sessões de sensibilização, introduzir a ideia do grupo fazer uma pequena contribuição voluntária para ajudar a resolver um problema específico identificado durante as sessões de sensibilização. Cabe ao grupo decidir a origem dessa contribuição. Pode ser, por exemplo, uma pequena percentagem da taxa de serviço dos empréstimos. Idealmente, a contribuição deve ser destinada a um Fundo de apoio às actividades que o CCP está realizar. No entanto, isto dependerá do grau de maturidade tanto do grupo ACPEs como do CCP. Numa primeira fase, os fundos podem ser destinados a actividades de interesse do grupo ACPE ligadas à gestão marinha que o CCP pode implementar (por exemplo replantação de mangal, limpeza de praias, etc).

Para que os grupos de poupança entreguem fundos ao CCP, deve existir confiança entre as duas partes. Isso apenas é conseguido se os membros das ACPEs participarem no processo de Co-Gestão desde o início e conhecerem o papel e o trabalho do CCP. Se os grupos decidirem entregar fundos ao CCP, é importante discutir e concordar com a gestão desses fundos e mecanismos para garantir a transparência e a prestação de contas. Isso inclui, por exemplo, concordar as actividades específicas que devem ser realizadas, prazos de realização e resultados esperados. O CCP deve se responsabilizar por implementar as actividades conforme acordado, de modo a manter a confiança do grupo e garantir novas contribuições. No futuro, as contribuições devem se tornar regulares e constituir um Fundo que os CCPs irão administrar de acordo com actividades, metas estabelecidas e acordadas com os grupos de poupança.



7



- Fichas de monitoria de 1, 12, 24 e 52 semana
- Fotografias
- Ficha de distribuição
- Relatórios



- Produção das fichas (impressões e cópias).
- Produção de alguns vídeos (opcional)



8

HORTICULTURA

8. Horticultura



Saïde Amade, Nelza Patrício, Tomas Langa, Ana Pinto



OBJECTIVOS

Esta secção fornece orientações para o desenvolvimento da horticultura como um meio para melhorar a segurança nutricional e económica das comunidades. Esta actividade, juntamente com os grupos de poupança, pode ajudar a reduzir os impactos que as medidas de gestão podem ter sobre os grupos mais vulneráveis. Ao incentivar os membros dos grupos de horticultura a formarem grupos de poupança, cria-se um mecanismo que permite aos mesmos pouparem parte dos rendimentos provenientes da produção e re-investilos nas actividades hortícolas (i.é sementes, ferramentas), deste modo assegurando a sua sustentabilidade. A longo prazo, espera-se que a horticultura possa se tornar uma alternativa á pesca, reduzindo dessa forma a pressão sobre os recursos marinhos.

O desenvolvimento da horticultura é precedida por um estudo de viabilidade, que é descrito no [Etapa 4.4](#). Este estudo vai ajudar a definir um plano de acção para horticultura na comunidade. O plano de acção pode variar de comunidade para comunidade, dependendo do tipo de apoio que é necessário. Por exemplo, em comunidades que já praticam a horticultura, o foco do apoio pode ser na melhoria da qualidade dos produtos ou desenvolvimento de novos mercados.



RESULTADOS ESPERADOS

- Grupos de horticultura formados e treinados
- Grupos operacionais, produzindo hortícolas em quantidade e qualidade
- Mercados identificados e acordos com compradores estabelecidos

Etapa 8.1

Introdução da horticultura aos líderes comunitários

Esta etapa visa consultar aos líderes, explicar o objectivo e benefícios da horticultura, como forma de garantir o seu apoio para implementação desta actividade na comunidade. O apoio dos líderes é importante para motivar os membros da comunidade a participar nos grupos de horticultura.



- Plano de mensagens chave sobre a importância e benefícios da horticultura
- Notas de reuniões com líderes comunitários

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pela equipe técnica, liderada pelo membro da equipe especializado no apoio à horticultura. Um técnico de SDAE também pode ser envolvido.

Recursos:

- Recursos de apoio relacionados aos benefícios e à lógica da horticultura
- Relatório do estudo de viabilidade da horticultura, resultado do [Etapa 4.4.3](#)

Como fazer?

- Definir as principais mensagens sobre a importância e benefícios da horticultura. Abaixo listam-se exemplos de alguns tópicos para orientar o desenvolvimento dessas mensagens.
 - Melhoria da segurança nutricional e rendimentos das famílias;
 - Redução da dependência das famílias em relação aos recursos marinhos;
 - Vantagens de trabalhar em grupos ou associações;
 - Ligação com as ACPEs para poupar e re-investir em horticultura.



- Anotações e relatório das reuniões



- Transporte da equipe técnica para as comunidades
- Ajudas de custo, se necessário



- Organizar reuniões com os líderes comunitários, nomeadamente líderes da aldeia, líderes religiosos e outras pessoas influentes dentro das comunidades.
- Explicar as actividades de horticultura, usando o plano de mensagens chave como orientação. Discutir com os líderes, a intenção do projecto em apoiar a horticultura. Tentar perceber a sua opinião sobre esta actividade e principais desafios que esta possa enfrentar. Anotar os principais pontos que poderão ser úteis no planeamento das actividades da horticultura.

Etapa 8.2

Sensibilização das comunidades sobre a horticultura

Esta etapa repete o processo acima, mas tem como alvo a comunidade em geral. Explica os benefícios e importância da horticultura para as comunidades.



- Notas de reuniões com grupos comunitários
- Lista de indivíduos interessados em horticultura

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pelo membro da equipe especializado no apoio à horticultura. Um técnico de SDAE também pode ser envolvido.

Recursos:

- Plano de mensagens chave sobre a importância e benefícios da horticultura
- Relatório do levantamento socioeconómico
- Lista de grupos vulneráveis identificados na [Etapa 9.4](#), alínea e

Como fazer?

- Definir os grupos-alvo para a horticultura. Estes devem ser membros das ACPEs e incluir grupos vulneráveis (tais como as mulheres que pescam com redes mosquiteiras) que são susceptíveis de serem afectadas pelas medidas de gestão. Usar o relatório do levantamento socioeconómico (e a lista de grupos vulneráveis identificados na [Etapa 9.4](#), alínea e, se essa actividade já foi feita) para ajudar a seleccionar os grupos-alvo. Envolver o líder da comunidade para ajudar a identificar os indivíduos que pertencem a esses grupos.
- Organizar encontros com os grupos-alvo e usar o plano de mensagens chave como guia para explicar os benefícios e importância da horticultura. Fazer a ligação com a tendência de diminuição dos recursos marinhos devido ao aumento da pressão sobre os mesmos; e sugerir que a horticultura pode



ser uma fonte alternativa de rendimento com benefícios para a saúde.

- Obter a opinião dos membros da comunidade sobre o plano para apoiar a horticultura, bem como sobre quaisquer actividades de horticultura já realizadas e os principais desafios. Anotar os principais pontos que poderão ser úteis no planeamento das actividades de horticultura.
- Após os encontros, alguns indivíduos irão manifestar interesse em fazer parte de um grupo de horticultura. Anotar o contacto desses indivíduos para o próximo passo de formação de grupos.



- Relatório das reuniões
- Fotos



- Transporte da equipe técnica para as comunidades
- Ajudas de custo para o pessoal técnico envolvido, se necessário

Etapa 8.3

Formação de grupos de horticultura

Esta etapa, dá orientações básicas relativas à identificação de indivíduos para formar grupos de horticultura.



- Grupos de horticultura formados

Como fazer?

Esta tarefa é realizada pelo membro da equipe especializado no apoio a horticultura.

Recursos:

- Lista de indivíduos interessados em horticultura (da etapa anterior)

Como fazer?

- Começar com a lista de pessoas que manifestaram interesse em fazer parte de grupos de horticultura. Essas pessoas devem ser membros das ACPEs e de grupos vulneráveis (particularmente as mulheres), uma vez que foram os grupos alvo dos encontros de sensibilização da comunidade (na etapa anterior).
- Facilitar a formação de grupos de horticultura. Estes devem ser formados por 8-10 pessoas. Idealmente, um grupo deve ser formado por pessoas que acham que podem trabalhar em equipe. Muitas vezes, os grupos formam-se naturalmente por pessoas que já se conhecem e decidem formar um grupo.



- Lista dos grupos (nome) e dos membros de cada grupo
- Relatórios das acções de formação de grupos



- Transporte da equipe técnica para as comunidades
- Ajudas de custo para o pessoal técnico envolvido, se necessário



Etapa 8.4 Seleção de áreas para a horticultura

Esta etapa, selecciona os locais apropriados para a prática da horticultura, com solos e outras características propícias, tais como a disponibilidade de água durante todo o ano, para cada um dos grupos.



- Áreas para produção de hortícolas seleccionadas para cada grupo

Quem faz?

Esta tarefa é facilitada pelo membro da equipe especializado no apoio a horticultura trabalhando em conjunto com os grupos de horticultura. Um técnico do SDAE também pode ser envolvido.

Recursos:

- Lista dos grupos (nome) e dos membros de cada grupo
- Mapa participativo da aldeia, resultado da [Etapa 4.1](#)
- Manual de horticultura ([Anexo 27](#))

Como fazer?

- Organizar encontros com os grupos de horticultura e o líder da aldeia. Cada grupo é responsável por seleccionar seu próprio local de cultivo. Se trabalha com mais de um grupo, pode ser importante reunir-se primeiramente com todos os grupos para articular a escolha das zonas de cultivo de cada grupo.
- Usar o mapa participativo da aldeia, produzido na [Etapa 4.1](#), para identificar as áreas agrícolas. Discutir com o grupo quais as áreas adequadas para a horticultura, considerando parâmetros tais como o tipo de solo, a disponibilidade de água, facilidade de controlar os animais selvagens e roubo dos produtos (se estes problemas afectarem a área). Consulte o manual de horticultura para mais orientações sobre a selecção das áreas de cultivo ([Anexo 27](#)).



- Depois das áreas potenciais terem sido identificadas, realizar uma verificação no terreno, para confirmar se são adequadas. Fazer anotações sobre as áreas visitadas.



- Notas do processo de selecção das zonas para cultivo de hortícolas



- Transporte da equipe técnica para as comunidades
- Ajudas de custo para o pessoal técnico envolvido, se necessário

Etapa 8.5

Aquisição de materiais e treinamento em técnicas de produção

Esta etapa orienta os grupos em técnicas de produção, incluindo preparação do solo, sementeira, transplante, rega, o ciclo de vida de cada cultura, controle de pragas e doenças, e gestão de materiais do grupo. Também são adquiridos os materiais necessários para iniciar as actividades de produção.



- Material para produção (sementes, ferramentas, etc) adquiridos e distribuídos pelos grupos
- Regras bem definidas para uso e manutenção dos materiais dos grupos formados em técnicas de produção
- Grupos treinados em técnicas de produção

Quem faz?

Esta tarefa é facilitada pelo membro da equipe especializado no apoio á horticultura trabalhando em conjunto com os grupos de horticultura. Um técnico do SDAE também pode ser envolvido.

Recursos:

- Manual de horticultura ([Anexo 27](#))
- Modelo do acordo sobre as regras de uso dos materiais do grupo ([Anexo 28](#))
- Relatório do estudo de viabilidade da horticultura, resultado da [Etapa 4.4.3](#)



Como fazer?

- Primeiro, fazer uma lista dos insumos agrícolas e equipamentos necessários para cada grupo. Adquirir os insumos e distribuí-los. É importante enfatizar que os materiais não são propriedade individual, mas do grupo, e, portanto, a responsabilidade pelo uso adequado é coletiva.
- Ao entregar os materiais aos grupos, é recomendada a presença do líder da comunidade para a motivação e para enfatizar a importância da responsabilidade colectiva para a boa utilização e manutenção dos materiais. Deve haver um acordo entre o projecto de LMMAs e o grupo de horticultura em relação ao uso dos materiais. Este acordo deve descrever quem é responsável pelos materiais, e como estes devem ser usados. Deve ser lido com o grupo e assinado por representantes de ambas as partes incluindo o líder comunitário (modelo no [Anexo 28](#)).
- Depois dos grupos terem os materiais, é dado treinamento ao grupo em técnicas de produção, combate a pragas e doenças e gestão de fundos e sua aplicação seguindo o manual de horticultura ([Anexo 27](#)). As sessões de formação decorrem ao longo de vários dias, e combinam a teoria e prática nas zonas de produção.



- Relatório das ações de formação
- Fotos
- Acordos assinados



- Transporte da equipe técnica para as comunidades
- Ajudas de custo para o pessoal técnico envolvido, se necessário
- Insumos para horticultura, tais como:
 - Sementes
 - Enxadas
 - Catanas
 - Regadores
 - Pulverizadores
 - Botas
 - Ancinhos
 - Pás
 - Luvas

Etapa 8.6

Avaliação rápida do mercado

Esta etapa visa identificar potenciais mercados para os produtos hortícolas produzidos (comerciantes, lojas, hotéis, supermercados, etc). Pode também envolver a identificação e desenvolvimento preliminar de acordos com compradores e esquemas de price premium.

Nota: Embora a identificação de mercados possa ser feita antes do início da produção, os acordos com os compradores só serão possíveis após as primeiras colheitas, após demonstrar o potencial de produção e qualidade dos produtos.



- Lista de potenciais mercados e compradores de produtos hortícolas
- Acordos com potenciais compradores e esquemas price premium

Quem faz?

Esta tarefa é facilitada pelo membro da equipe especializado no apoio a horticultura. Um técnico de SDAE também pode ser envolvido.

Recursos:

- Relatório do estudo de viabilidade da horticultura resultado da [Etapa 4.4.3](#)

Como fazer?

- Rever os resultados do estudo de viabilidade da horticultura sobre os mercados, os preços e os desafios de mercado.
- Identificar potenciais mercados para os produtos, particularmente compradores que podem pagar preços mais elevados (i.é., hotéis, restaurantes, supermercados).
- Coordenar reuniões introdutórias com potenciais

compradores, para apresentar as actividades de horticultura do projecto, produtos produzidos e quantidades esperadas.

- Facilitar os contactos entre os grupos de horticultura e potenciais compradores, e discutir acordos, incluindo tipo de produto, padrão/requisitos, preços, frequência de produção.



- Relatório da avaliação rápida do mercado



- Transporte da equipe técnica para as comunidades e mercados
- Ajudas de custo para o pessoal técnico envolvido, se necessário



Etapa 8.7

Colheita e venda de produtos

Esta etapa fornece algumas orientações sobre a colheita e venda dos produtos, para assegurar que estes cumprem os requisitos dos compradores e são vendidos ao melhor preço.



- Colheita dos produtos realizada
- Produtos prontos para a venda
- Os produtos são colhidos, cumprindo quantidades e normas de qualidade

Quem faz?

Esta tarefa é feita pelos grupos de horticultura, com o apoio e facilitação do membro da equipe técnica responsável pela horticultura.

Recursos:

- Manual de horticultura ([Anexo 27](#))
- Acordos com os compradores

Como fazer?

- Uma vez que os produtos estejam prontos para a colheita, e os mercados identificados, são colhidos e separados para compradores específicos, de acordo com as quantidades e qualidade solicitadas. Cumprir os requisitos de quantidade e de qualidade é essencial para garantir que os compradores voltem a comprar. O manuseamento e transporte dos produtos também devem ser considerados para que os mesmos cheguem ao mercado em boas condições.
- Fazer registos das quantidades produzidas e vendidas, incluindo preços, para monitoria.





- Fichas de monitoria
preenchidas
- Fotos



- Transporte da equipe
técnica para as comunidades
- Manuseamento do produto
e transporte para o mercado



9

**DESENHO PARTICIPATIVO
DE MEDIDAS, REGRAS, E
REGULAMENTOS DE CO-GESTÃO**

9. Desenho participativo de medidas, regras, e regulamentos de Co-Gestão



Rachide Cachimo, Ercilio Chauque, Jamen Mussa, Kennedy Osuka, Mario Daide, Teresa Tsotsane, Maida Lobo, Marcia Bras, Daniel Selemane, Jeremy Huet, Gildas Andriamalala



OBJECTIVOS

Esta etapa, promove um processo participativo de tomada de decisão para desenhar as medidas de gestão dos recursos marinhos. Os princípios orientadores são:

- A tomada de decisão é feita pelas comunidades, aliada ao seu conhecimento empírico
- Disponibilizam-se informações para ajudar a comunidade na tomada de decisão
- Este processo é adaptado ao contexto local e é flexível às necessidades locais

Importante lembrar

Todas as actividades descritas abaixo, têm resultados (outputs) que contribuem para a realização de outras actividades. Estas geram informações cruciais para a elaboração do plano de Co-Gestão da LMMA. Portanto, é essencial que as informações sejam devidamente registadas e organizadas, e que as actividades sejam bem documentadas, com actas de reuniões, número de participantes,



RESULTADOS ESPERADOS

- Medidas de gestão bem definidas, incluindo regras, regulamentos, papéis e responsabilidades de cada parte interessada

grupo ocupacional dos mesmos e fotos. Isto será usado mais tarde para fundamentar, no plano de Co-Gestão, o pleno envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões.

Nota: por grupo ocupacional, quer-se dizer tipo de ocupação dos participantes, por exemplo pescadores de rede de arrasto, de arpão, agricultores, líder comunitário, etc.

Etapa 9.1

Avaliação de tendências e ameaças de recursos

Esta etapa facilita o 'despertar' da comunidade para os problemas que afectam os recursos e para a necessidade de desenvolver medidas para assegurar a gestão sustentável desses.

Este exercício recorre ao conhecimento histórico dos membros da comunidade sobre as suas áreas e como os recursos mudaram ao longo do tempo. Os técnicos junto com a comunidade, usarão essas informações como ponto de partida para discutir possíveis soluções. Resultará numa perspectiva da comunidade em relação a:

- a. Mudanças na pesca e habitats marinhos
- b. Ameaças/problemas directos que afectam seus recursos
- c. As causas subjacentes de cada um dos problemas
- d. A classificação de cada uma das ameaças
- e. Possíveis soluções para as ameaças



- Tabela resumo das tendências e ameaças de recursos
- Tabela de classificação das ameaças
- Lista de sugestões para possíveis soluções

Quem faz?

Este exercício é feito pela comunidade, em pequenos grupos, com facilitação da equipe técnica. Embora os membros do CCP possam participar como membros da comunidade, o processo não deve ser visto como executado ou organizado pelo CCP. É importante assegurar que a identificação de problemas e possíveis soluções advenha das discussões do grupo, e não apenas do CCP.

Recursos:

Este exercício requer a organização da informação das discussões em tabelas. As tabelas e informações nelas contida devem ser



representadas usando materiais locais. Isso contribui para melhor ilustrar as tendências e tornar a informação mais acessível, principalmente para aqueles membros da comunidade que não sabem ler e escrever.

- Para desenhar as grelhas da tabela, podem ser usados os seguintes materiais:
 - Paus de diversos tamanhos

- Corda
- Cinzas para desenhar as grelhas da tabela no chão
- Para representar mudanças nas capturas:
 - Muitas conchas ou objectos biodegradáveis
- Para representar mudanças no tamanho do peixe:
 - Cascas de coco de diferentes tamanhos (ou objectos biodegradáveis)
 - Paus de diferentes comprimentos
 - Recortes de cartão representando peixes de tamanhos diferentes
- Outros materiais necessários:
 - Papel de flipchart
 - Marcadores
 - Tesoura
 - Livro de identificação de espécies marinhas/peixes
 - Máquina fotográfica para registar fotos dos trabalhos de grupos

Como fazer?

- Organizar quatro grupos de trabalho, dois formados por homens e dois por mulheres. Cada grupo deve ter entre 10 e 15 pessoas. Os participantes poderão ser seleccionados com a ajuda do líder comunitário e devem incluir pescadores de diferentes artes e comerciantes de peixe.
- Deve-se também ter o cuidado de seleccionar indivíduos de diferentes faixas etárias, nomeadamente jovens de 15-30 anos, adultos de 30-50 e idosos acima dos 50.
- O trabalho consiste em discussões em cada grupo. As reuniões de grupo devem ter a duração máxima de 2 horas e podendo ser feitas em vários dias.
- Em cada grupo:
 - a. Explicar o exercício ao grupo. Começar por perguntar aos participantes quais são os recursos marinhos mais importantes para a comunidade. Se achar relevante,



- use o mapa participativo dos recursos ([Etapa 4.1](#)) para lembrar aos participantes os recursos considerados importantes nesse exercício. Liste todos os recursos.
- b. Com base na lista de recursos, pedir ao grupo para escolher de 3 a 5 dos mais importantes. O grupo deve decidir qual o critério de importância, normalmente sendo importância económica. Em seguida, o grupo discute como esses recursos mudaram ao longo do tempo (se diminuíram ou aumentaram) e as causas dessas mudanças.
 - c. Adaptar a matriz da [Tabela 1](#) (em baixo) para estruturar a discussão e a recolha de informação sobre tendências e ameaças para cada recurso. A matriz é desenhada no chão, usando materiais (biodegradáveis) locais para representar as mudanças no tamanho e abundância dos recursos.
 - d. Desenhar a matriz no chão e incluir datas ao lado em intervalos de 5 a 10 anos. Começando por volta de 1980 até 5 a 10 anos no futuro para discutir não só como os recursos mudaram até os dias de hoje, mas também qual a situação no futuro.
 - e. A matriz é usada para mostrar como as capturas (quantidade) e tamanho dos recursos mudaram ao longo do tempo, por exemplo como era em 1980, 1990, 2000, dias de hoje, e como será daí a 10 anos se as actuais tendências e ameaças se mantiverem.
 - f. Explicar a matriz aos participantes e assegurar que compreendem os anos. Para isso, pode ser necessário situá-los no tempo, fazendo referência a algum evento que todos conhecem, e que aconteceu nesse ano ou próximo, tal como um ciclone, seca etc.
 - g. Para cada recurso, pedir o grupo para discutir e mostrar:
 - i. Como as capturas (quantidade) mudaram ao longo do tempo. Usar conchas ou outro material para mostrar as mudanças de ano para ano
 - ii. Como o tamanho/comprimento do recurso mudou. Usar paus de diferentes tamanhos, cascas de coco ou outro material para representar a



- iii. Como a composição das captura mudaram, ou seja alterações nas espécies capturadas. Por exemplo, antes capturavam muita garoupa e agora só conseguem peixe pedra

- h. Depois perguntar porque as capturas mudaram. Insistir em perguntar porquê, para perceber as razões por trás das mudanças e anotar as respostas, principalmente no que respeita a:
 - i. Principais ameaças
 - ii. Mudanças no uso de artes de pesca, e quando ocorreram (por exemplo, rede mosquiteira, chicocota, etc.)
 - iii. Informações sobre quando os pescadores migrantes começaram a chegar
 - iv. Explicações para essas mudanças: antropogénicas (por exemplo, mudança nas práticas de pesca, aumento do esforço de pesca, etc.) e razões naturais (por exemplo, ciclones, inundações, secas, etc.)
 - v. Mudança no período de pesca (por exemplo, pesca durante as marés mortas)
- i. Este exercício procura fazer com que os participantes falem o mais possível sobre as mudanças e aprofundem a discussão sobre as causas. É importante fazer anotações sobre essas conversas. No mínimo, a informação deve ser resumida na Tabela 1.
- j. Em seguida, resumir as principais ameaças actuais para cada recurso (das linhas de 2010 ao corrente ano), com base nas discussões com o grupo.
- k. Organizar outro encontro, desta vez reunindo todos os participantes dos grupos. Apresentar o resumo das ameaças na Tabela 1 e pedir aos participantes para identificarem as mais importantes. Isto pode ser feito de diferentes formas. A mais simples é ordenar as ameaças por ordem de importância, desde a mais a menos importante. Se optar por este método, o grupo deve primeiro perceber qual o significado ou critério de

Tabela 1. Tabela de resumo de tendências e ameaças de recursos

Aldeia:	Grupo social:	Recurso-chave:	Data do Exercício:
---------	---------------	----------------	--------------------

Ano	Como as capturas mudaram?				Porque a pesca mudou?			
	Capturas (quantidade)	Tamanho/comprimento	Composição das capturas	Distância percorrida para pescar	Principais motivos/ameaças	Mudanças nas artes	Mudanças nas práticas de pesca	Chegada de migrantes
1980								
1990								
2000								
2010								
2020								



importância, por exemplo, se é a urgência da ameaça, ou impacto, etc). Pode usar outro método em que cada ameaça é pontuada e as mais importantes são aquelas com maior pontuação (ver [Anexo 29](#)).

- I. Encerrar a sessão e explicar que irá levar as informações para serem reorganizadas e que voltará para organizar outra sessão com os mesmos grupos para identificar soluções para os problemas e ameaças identificadas.
- m. Dizer também aos participantes que antes da sessão para identificar soluções, a equipe técnica voltará a falar sobre a biologia dos recursos que podem explicar melhor as tendências que observam e também algumas experiências de todo o mundo sobre como problemas semelhantes foram resolvidos com sucesso.



Vale a pena notar

As ameaças e as causas tendem a ter semelhanças entre as várias comunidades. Por exemplo, a maioria das comunidades pesqueiras no mundo, nota uma diminuição das capturas como resultado do aumento do esforço de pesca, chegada de imigrantes ou pesca por pessoas de outras áreas, etc. No entanto, é importante que seja a própria comunidade a chegar a estas conclusões, através de discussões sobre o que está acontecer nas suas áreas.

Os facilitadores devem estar preparados para fazerem perguntas, obter esclarecimentos, fazer a conversa fluir adequadamente e garantir que a maioria dos participantes se envolva activamente (procurando contribuições de pessoas que pareçam relativamente tímidas, incluindo as mulheres).

9



- Fotos das matrizes das tendências e ameaças aos recursos
- Registo do número de participantes em cada encontro, e o seu perfil ocupacional



- Papel flipchart
- Tesoura
- Marcadores
- Refrescos no caso de durar mais do que 2 horas

Etapa 9.2

Sensibilização sobre a biologia dos recursos e medidas de gestão

Esta etapa consiste em sensibilizar a comunidade sobre a biologia dos recursos marinhos e medidas de gestão que podem ser usadas para melhorar os recursos pesqueiros. O objectivo é expor a comunidade a novos conceitos e ideias que venham suplementar o seu conhecimento local para de seguida enriquecer as discussões sobre os objectivos para os recursos e as medidas de gestão para lidar com as ameaças e problemas identificados na etapa anterior.



- Plano de sensibilização (*outreach plan*), ver exemplo no [Anexo 26](#)
- Relatórios das acções de sensibilização

Quem faz?

A equipe técnica em colaboração com o CCP. A equipe técnica do SDAE e DPMAIP também pode participar. As sessões devem ser facilitadas por um biólogo, que explicará os conceitos e abordagens apresentadas e promoverá discussão e diálogo com as comunidades.

Recursos:

- Vídeos, posters e outros materiais sobre biologia dos recursos marinhos
- Vídeos, posters e outros materiais sobre medidas de gestão e experiências (exemplos de recursos no [Anexo 30](#))

Como fazer?

Desenvolver o plano de sensibilização

- Inicialmente, a equipe técnica desenvolve o plano de sensibilização. O plano consiste em definir (1) o que se pretende influenciar ou melhorar (por exemplo, o conhecimento da comunidade sobre o ciclo de vida de diferentes espécies de peixes, a importância e os benefícios dos mangais e recifes de coral, as diferentes opções de gestão

para melhorar os recursos da pesca, etc.); (2) as principais mensagens e informações que se pretende transmitir às comunidades para influenciar seu pensamento; (3) como essas mensagens e informações serão apresentadas (ou seja, que materiais serão usados, o formato das sessões de sensibilização, os grupos-alvo) e; (4) um cronograma das diferentes sessões, juntamente com quem será responsável por facilitar as sessões.

- Reúnir os materiais para serem usados na sensibilização da comunidade, incluindo vídeos, pôsteres, fotos, depoimentos, histórias etc. para ilustrar e explicar os vários conceitos e medidas de gestão. Em particular, garantir que tem materiais adequados para explicar o conceito e benefícios das zonas de reabastecimento (ZR) e reservas temporárias (RT), já que são as principais medidas de gestão em LMMAs.

Implementar o plano de sensibilização

- Antes de organizar as sessões de sensibilização, a equipe técnica e o CCP devem se reunir para mais uma vez rever o plano, incluindo as mensagens que são precisas transmitir e os grupos. É particularmente importante direccionar as mensagens aos diferentes utilizadores dos recursos identificados no mapeamento, incluindo homens e mulheres de diferentes faixas etárias.
- Depois de concluir o planeamento com o CCP, a equipe pede ao líder da comunidade que mobilize os grupos-alvo para reuniões. O ideal é que os participantes desses encontros façam parte dos grupos que posteriormente irão discutir os objectivos e medidas de gestão.
- Durante as sessões, o facilitador mostra os vídeos e outros materiais, dá explicações adicionais e promove uma discussão sobre como a informação é relevante para a comunidade e resolução dos problemas que enfrentam. Todos os pontos relevantes que saem das discussões são anotados para serem lembrados na próxima etapa, onde as soluções para os problemas serão identificadas.
- As várias sessões de sensibilização podem ser organizadas durante uma semana e devem ser seguidas pelas sessões sobre os objectivos e medidas de gestão, para que os

conceitos, abordagens e discussões realizadas ainda estejam na mente das pessoas.

- No fim de cada sessão, explicar aos participantes que a aprendizagem destas sessões serão retomadas nos próximos encontros para discussão sobre objectivos e medidas de gestão.

Nota

Durante as sessões de sensibilização, é necessário o envolvimento de um biólogo marinho como facilitador para explicar e debater com a comunidade os conceitos biológicos e as abordagens de gestão apresentadas. Também é importante valorizar o conhecimento local da comunidade e trazer esse conhecimento para a discussão.

Idealmente, os materiais usados nas sessões de sensibilização devem estar em línguas locais, mas isso nem sempre é possível, o que justifica ainda mais a necessidade do facilitador. Por exemplo, durante a fase 1 do projecto OSOL, os vídeos em suaíli produzidos no Quênia foram muito úteis porque muitas pessoas nas comunidades da fase 1 do OSOL compreendiam o suaíli. Isso não será o mesmo em outros contextos em que diferentes idiomas serão falados (por exemplo, Macua).



Principais pontos de aprendizagem esperados nas sessões de sensibilização



Sobre a biologia dos recursos marinhos:

- Peixes grandes produzem muitos mais prole/descendentes
- As agregações de desova são essenciais em algumas espécies de peixes
- A captura de muitos peixes juvenis impede que eles se tornem adultos e produzam juvenis
- Peixes também precisam de abrigo (habitat)!
- Ciclos de vida dos peixes e uso de habitats específicos durante cada ciclo de vida

Sobre medidas de gestão:

- Como as zonas de reabastecimento ajudam a recuperar zonas e produzir peixes e contribuem para a pesca de larvas e peixes, através do efeito de spillover (transbordamento)
- Reservas temporárias ajudam a aumentar as capturas, dando tempo para o polvo crescer mais e, portanto, pesar mais, mas pode não ajudar a garantir a sustentabilidade da pesca
- Como reservas temporárias durante as épocas de reprodução e desova podem ajudar a melhorar a sustentabilidade dessas espécies
- Como a gestão das artes de pesca ajuda, apesar de ser também um desafio
- Em última análise, a comunidade precisará combinar várias ferramentas de gestão para alcançar o melhor resultado



Etapa 9.3 Mapeamento de recursos

Esta etapa tem como objectivo mapear os principais recursos, habitats e áreas de pesca da comunidade para apoiar as discussões sobre as medidas de gestão, particularmente a localização e o tamanho de possíveis reservas temporárias e zonas de reabastecimento. Baseia-se no mapa realizado durante o levantamento socioeconómico (ver [Etapa 4.1](#)).



- Mapa de recursos e habitats
- Tabela de resumo do uso de recursos

Quem faz?

Este é um exercício de aproximadamente 2 horas facilitado pela equipe técnica. Os membros do CCP devem participar como membros da comunidade, mas não necessariamente liderá-lo. Nesta etapa, é importante que as informações venham da própria comunidade, dando-lhes voz total no processo.

Recursos:

- Flipcharts e marcadores
- Notas da [Etapa 9.1](#)
- Mapa do *Google Earth* e Cartas náuticas, mostrando a zona marinha e costeira da comunidade, caso necessário. Se existe um mapa de uso de recursos e habitats, redesenhe seus recursos em um mapa base do *Google Earth*

Como fazer?

- Organizar um encontro com 6 pescadores experientes da comunidade que conhecem bem os locais de pesca, incluindo mulheres pescadoras. Estes devem ser seleccionados com a ajuda do líder da comunidade. Envolver também 2-3 membros do CCP no exercício de mapeamento.
- Antes de começar o exercício, explicar o objectivo do mapeamento aos participantes e esclarecer que este será



usado para ajudar a discutir como resolver os problemas que afectam os recursos de pesca.

- Usar o mapa participativo desenhado com a comunidade durante o levantamento socioeconómico (ver [Etapa 4.1](#)). Para o mapa ser mais preciso e para garantir uma escala apropriada, transpor a informação do mapa participativo para um mapa do *Google Earth*, usando cartas náuticas se necessário.

Usando o mapa:

- a. Primeiro, certificar-se que os participantes compreendem o mapa e conseguem se orientar nele. Ajudar a localizar os pontos de referência mais conhecidos, tais como ilhas, os centros de pesca, os limites da área da comunidade, etc. Quando sentir que os participantes compreendem o mapa, passar para o próximo passo.
- b. Se está a usar o mapa participativo do levantamento socioeconómico ([Etapa 4.1](#)), usar esta oportunidade para

- validar as informações nele representadas e adicionar detalhes que possam faltar. Certificar-se que os pontos de referência mais importantes estão assinalados (escritório do CCP, centros de pesca, mercados, aldeias vizinhas, acampamentos de pescadores migrantes).
- c. Depois de identificar os principais pontos de referência, pedir aos participantes para indicar:
 - As áreas marinhas da comunidade, que devem coincidir com a área de jurisdição do CCP
 - Todas as zonas de pesca localizadas dentro dessa área
 - d. Marcar no mapa as várias áreas de pesca. Para cada área de pesca, recolha informação sobre as características da área, usando o modelo sugerido na Tabela 2 para formular as perguntas: se a área de pesca é subtidal ou intertidal; o tipo de substrato marinho ou habitat (por exemplo areia, coral, rocha, ervas marinhas); os principais recursos marinhos encontrados nessas áreas (por exemplo polvo, conchas, peixe miúdo, peixe coelho, etc); o período do ano em que a área de pesca é usada (por exemplo todo o tempo, só nas marés vivas, apenas durante a época de kusi; quais as artes de pesca usadas nessa área; e que outras comunidades (incluindo acampamentos de migrantes) usam a área.
 - e. Certificar-se que preenche a tabela com o maior nível de detalhe possível. Essa informação é importante não só para discutir as medidas de gestão na etapa seguinte mas também para integrar o plano de Co-Gestão.
 - f. É muito importante identificar as aldeias e campos de migrantes que usam as várias zonas de pesca da comunidade. Essa informação é crucial para o processo de tomada de decisão sobre medidas de gestão. Por exemplo, se a comunidade decidir fechar uma zona de pesca usada por pescadores de aldeias vizinhas, essas comunidades precisarão ser consultadas. A falta de consulta pode resultar em conflitos e não respeito pelas medidas de gestão.
 - g. Ao preencher a tabela, também é importante representar algumas das informações no mapa visualmente, para tornar o mapa mais acessível. Por exemplo representar os recursos em cada área de pesca com desenhos dos limites das áreas de pesca e dos recursos encontrados nelas, captando assim a atenção e envolvendo os participantes.
 - h. Usar o mapa para discutir as dinâmicas espaciais das ameaças e problemas que afectam os recursos marinhos, por exemplo as áreas mais afectadas, a proveniência das ameaças, etc.
 - i. Quando terminar o mapeamento, agradecer aos participantes e explicar uma vez mais que o mapa vai ser usado em outros encontros para discutir como resolver os problemas identificados pela comunidade nas sessões anteriores.

Tabela 2. Resumo do uso das áreas de pesca

Nome da áreas de pesca	Intertidal / subtital / pelágico	Substratos (habitats) incluídos na área	Principais recursos encontrados nessas áreas	Período do ano em que a área de pesca é mais utilizada (p. Ex. Marés vivas, Kusi, Kaskasi, Jun-Ago, etc.	Quais as artes de pesca usadas nessas áreas?	Quais as aldeias e acampamento de migrantes que usam essa área de pesca?



- Mapa participativo do uso de recursos
- Tabela resumo do uso de áreas de pesca
- Lista dos participantes e o seu perfil social e ocupacional



- Flipcharts
- Canetas
- Marcadores de cores diferentes
- Cartolinas de cores diferentes
- Tesoura
- Fita cola
- Cola

Etapa 9.4

Definir os objectivos e medidas de gestão

Esta etapa visa definir, com as comunidades, os objectivos de gestão dos recursos marinhos e as medidas utilizadas para alcançá-los, considerando as tendências e ameaças identificadas anteriormente.

Esses objectivos e medidas de gestão serão integradas no plano de Co-Gestão da LMMA (ver a [Secção 11](#)). A Figura 5 em baixo fornece alguns exemplos de opções de gestão que podem ser usadas em LMMAs. No entanto, as soluções para os problemas devem ser identificadas pela comunidade.

Opções de gestão comunitária de pesca

Algumas definições

1) Temporal – Encerramentos temporários, que podem ser aplicados a todo o país, distrito, ou área de pesca. Geralmente são relacionados com os períodos de reprodução, mas podem visar a maximização do peso das capturas. 2) Espacial - uma reserva ou santuário ou LMMA. Tem dois níveis temporais: temporário (semanas a meses a anos) e permanente (para sempre).

Opções de gestão

Encerramentos espaciais temporários (Reservas Temporárias)

Esta medida funciona apenas para espécies de crescimento rápido, como o polvo. Visa aumentar as capturas (kg/pescador/ano), mas normalmente não é feito para espécies sobexploradas. Esta medida pode levar ao aumento do esforço de pesca em outras áreas. No OSOL, este tipo de medida foi definida como Reservas Temporárias (RT) e é usada principalmente para o polvo.

Encerramentos espaciais permanentes (Zonas de Reabastecimento ZR)

Esta opção ajuda as populações a recuperar e isso varia de acordo com as espécies e por quanto tempo elas vivem. Por exemplo, as garoupas vivem muito mais do que o peixe coelho, então os peixes nestas reservas permanentes são totalmente protegidos para viver suas vidas. As áreas fechadas permanentes são benéficas para as zonas de pesca vizinhas, tanto em termos de exportação de larvas como de espécies maiores e mais móveis (efeito spillover). No OSOL, essas zonas fechadas são chamadas Zonas de Reabastecimento (ZR), que transmitem o significado de que essas áreas fechadas servem para reabastecer as zonas de pesca adjacentes.

Encerramentos temporários

Essa opção é usada para proteger os períodos de desova de certas espécies importantes. Por exemplo, para garoupas na Austrália, a pesca é fechada por 8 dias durante a lua nova ao longo de 3 meses (Outubro, Novembro e Dezembro) em toda a Grande Barreira de Recifes de Coral.

Gestão de artes de pesca

Envolve várias medidas que visam impedir a captura e o uso de juvenis por artes destrutivas. Essas medidas podem ser combinadas com encerramentos e incluem:

Tamanhos mínimos

Os exemplos incluem o aumento do tamanho da malha das redes de emalhar e das armadilhas, bem como o tamanho dos anzóis para reduzir a captura de juvenis.

Artes destrutivas ilegais

Consiste na proibição de certas artes destrutivas, como redes de arrasto e redes mosquiteiras, devido aos danos que provocam nos habitats marinhos e captura de juvenis; modificação do saco das redes de arrasto para uma malha maior; e troca de artes destrutivas ilegais por artes legais que não são prejudiciais.

Controles de esforço

Envolve controlar o número de pescadores e/ou o número de horas passadas na pesca. O esforço de pesca é controlado para manter taxas de captura actuais e lidar com o declínio da captura em algumas zonas de pesca onde o CPUE é bastante baixo. Também envolve o uso de actividades de rendimento alternativas (por exemplo, através de ACPEs) para promover a transição dos pescadores, especialmente os mais jovens, para outras actividades de rendimento e subsistência.

Figura 5: Quadro listando opções de gestão comunitária de pesca



- Lista de objectivos de gestão para os próximos 5-10 anos
- Lista de medidas de gestão a serem implementadas
- Mapa com a localização e limites das potenciais RT ou ZR
- Lista preliminar de grupos sociais mais afectados pelas medidas de gestão decididas

Quem faz?

Este exercício é feito com a comunidade e facilitado pela equipe técnica. Consiste em discussões em grupo, tentando envolver alguns dos mesmos membros da comunidade que participaram nas etapas anteriores, a saber, avaliação de ameaças, mapeamento de uso de recursos e sensibilização.

Recursos:

- Mapa participativo dos recursos e habitats, da [Etapa 9.2](#)
- Relatório da avaliação biológica, da [Etapa 4.5](#)
- Relatório do levantamento socioeconómico de base, da [Etapa 4.1](#)
- Materiais de divulgação sobre medidas de gestão, especialmente em RT e ZR

Como fazer?

1. Desenvolver objectivos de gestão

Usar a mesma metodologia utilizada na [Etapa 9.1](#) para organizar quatro grupos, dois com homens e dois com mulheres. Os grupos devem ter no máximo 10 a 15 participantes, e incluir representantes dos vários grupos de utilizadores dos recursos marinhos identificados durante o mapeamento, e de diferentes faixas etárias. Idealmente, esses grupos devem incluir os mesmos indivíduos que participaram na avaliação de ameaças ([Etapa 9.1](#)), mapeamento dos recursos ([Etapa 9.2](#)) e sensibilização ([Etapa 9.3](#)).

Em cada grupo:

- Relembrar as principais tendências, ameaças e problemas relacionados com os recursos marinhos, com base no resultado das discussões anteriores, na [Etapa 9.1](#).

- Perguntar aos participantes: como gostariam que a situação fosse daqui a 5-10 anos – esses serão os objectivos de gestão. Os objectivos podem ser ecológicos (aumento das populações de certas espécies, protecção de habitats importantes, locais de desova), socioeconómicos (melhoria das capturas) ou de governacia (erradicação do uso de artes nocivas).

2. Identificar e chegar a um acordo sobre as medidas de gestão

- Após a comunidade definir os objectivos para os recursos marinhos (objectivos de gestão), facilitar uma discussão sobre as medidas que a comunidade pode implementar para alcançar esses objectivos, considerando as ameaças e os problemas já identificados.
- Este é o momento de enfatizar novamente a ideia de RT e ZR - se aplicável – ligando estes à aprendizagem transmitida pelas acções de sensibilização. A ideia é mostrar como estas medidas podem ajudar a solucionar os problemas identificados e os seus benefícios múltiplos. Outras medidas também podem ser consideradas tais como restrições de artes.

Fazer o seguinte:

- a. Lembrar aos participantes sobre as funções e benefícios do ZR e RT. Considerar também o uso de outras medidas complementares de gestão, tais como restrições no uso de certas artes e captura de certas espécies. Usar materiais de sensibilização existentes.
- b. Certificar-se de dar tempo aos participantes para fazer perguntas e discutir ideias. A experiência no OSOL mostra que as comunidades inicialmente preferem criar uma RT. Deve ser a comunidade a decidir quais as medidas mais apropriadas, considerando os objectivos que desejam alcançar. O biólogo marinho deve aconselhar a comunidade sobre quais medidas melhor se enquadram nos objectivos da comunidade. Note que a decisão da comunidade de criar uma ZR pode levar mais tempo e exigir discussões adicionais.
- c. Depois que os grupos tiverem 1) listado os objectivos de

- gestão e 2) identificado as potenciais medidas de gestão, reunir os quatro grupos para apresentar os resultados das discussões de grupo e chegar a um consenso sobre esses dois pontos.
- d. Depois dos participantes terem concordado com a ideia de RT e ZR, pedir-lhes que identifiquem locais potenciais para criação destas áreas. O biólogo marinho deve aconselhar à comunidade sobre as características que os locais escolhidos devem ter para atingir os objectivos que a comunidade pretende, tais como a dimensão mínima que a área a fechar deve ter para gerar os benefícios esperados, cobertura de coral suficiente, população viável de espécies de interesse, protecção de locais de desova, e proximidade à aldeia para facilitar a fiscalização, entre outras. Usar o mapa participativo criado na [Etapa 9.2](#) para facilitar as discussões e os resultados da avaliação biológica (consulte a [Etapa 4.5](#)).
 - e. Durante a discussão, considerar também os custos de oportunidade das medidas de gestão, por exemplo quem usa as áreas escolhidas para RT ou ZR que será afectado pela criação dessas áreas. Esses grupos podem ser da aldeia, mas também de aldeias vizinhas ou migrantes. Nesse caso, será necessário realizar acções de sensibilização para consultar e informar esses grupos sobre o fecho das áreas propostas (ver [Etapa 10.2](#)).
 - f. Pedir ao grupo que considere ainda quem são os grupos sociais na comunidade mais vulneráveis ou que serão mais prejudicados pela criação das RT ou ZR. Esses grupos sociais são normalmente aqueles que tem mais dificuldades em ir pescar noutras áreas devido a falta de meios ou tempo (por exemplo mulheres com crianças pequenas), ou que dependem da pesca nesses locais para a sua subsistência. Usar o mapa participativo e os resultados do levantamento socioeconómico ([Etapa 4.1](#)) para ajudar nas discussões.
 - g. Depois dos participantes decidirem sobre os locais para criação de RT ou ZR, pedir-lhes que nomeiem 3-5 indivíduos para representar a comunidade na verificação das áreas propostas para garantir que reúnem as

características ecológicas necessárias; a demarcação das áreas escolhidas; e a validação do plano de Co-Gestão.

- h. Aproveitar esta oportunidade para apresentar ou rerepresentar o CCP, explicando que esta é a instituição autorizada pelo governo a implementar e aplicar medidas de gestão da pesca em nome da comunidade. Isso reforçará a autoridade e legitimidade do CCP a liderar o processo de Co-Gestão a partir deste ponto e a implementar as medidas decididas pela comunidade.
- i. Antes de encerrar esta sessão, lembrar aos participantes que a decisão de implementar uma RT, ZR ou qualquer outra medida de gestão precisa ser divulgada a toda a comunidade, para obter seu apoio. Isso fará parte do plano de comunicação (consulte a [Etapa 9.9](#))

Importante notar que:

Durante esta etapa, é importante considerar os impactos sociais das medidas propostas. Uma vez que as medidas de gestão e os locais potenciais para ZR e RT tenham sido escolhidos, o CCP e a comunidade devem identificar os grupos mais afectados e os menos capazes de absorver os impactos. Use o mapa participativo para discutir quais grupos são mais afectados e que possíveis medidas de mitigação seriam necessárias. Se o projecto que apoia as LMMAs incluir alternativas económicas para compensar os impactos das medidas de conservação, lembrar à comunidade que essas medidas podem ajudar a suportar esses impactos.



- Flipcharts of the group work
- Photos
- Record of number of participants and their social and occupational background
- Report of the meetings, with information about the management measures proposed



- Flipchart paper
- Markers of different colours
- Pens
- Note pads to take notes

Etapa 9.5

Avaliar a viabilidade ecológica das áreas propostas para Reserva Temporária (RT) e Zona de Reabastecimento (ZR)

Esta etapa consiste em realizar uma avaliação biológica rápida dos locais propostos para as reserva temporaria e zona de reabastecimento para avaliar se reúnem condições para alcançar o objectivos definidos pelas comunidades. O objectivo é confirmar se os locais propostos são os mais adequados.

Importante notar que

Na selecção de áreas para ZR ou RT, as comunidades caem frequentemente na tentação de seleccionar áreas de pesca pouco usadas para minimizar os impactos sobre os pescadores. No entanto, essas áreas podem não ser adequadas se o objectivo for, por exemplo, melhorar as capturas. Na fase 1 do OSOL, houve um caso em que a comunidade decidiu estabelecer uma RT com o objectivo de melhorar as capturas de polvo. Inicialmente, a comunidade seleccionou um local que no passado tinha polvo, mas que actualmente era pouco utilizada porque as capturas de polvo eram extremamente baixas. Eles acreditavam que ao fechar a área, a população de polvo iria se recuperar devido ao reduzido impacto por parte dos pescadores porque era uma área pouco utilizada. A avaliação biológica rápida concluiu que o habitat do polvo estava muito degradado e a população de polvo muito baixa para que a reserva fosse eficaz a curto prazo.



- Relatório, contendo os pontos de referência e dimensões das áreas propostas, tipos de habitat, principais espécies e um parecer técnico sobre a adequação das áreas, considerando os objectivos de gestão definidos pela comunidade



Quem faz?

Essa tarefa é coordenada pelo biólogo marinho e oficial de Co-Gestão da equipe técnica, dois membros do CCP, dois membros indicados pela comunidade. Técnicos da SDAE e DPMAIP também devem participar na avaliação biológica rápida.

Recursos:

- Mapa com a localização e limites da RT ou ZR, do passo anterior ([Etapa 9.4](#))

Como fazer?

- Formar uma equipe para a avaliação biológica rápida. Além dos dois técnicos (biólogo e oficial de Co-Gestão), a equipe deve incluir 2 membros do CCP e 2 membros da comunidade (do grupo indicado para representar a comunidade na [Etapa 9.4](#)). Os participantes devem saber nadar para realizar a avaliação biológica usando equipamento de snorkel.
- Mobilizar a equipe para a avaliação biológica, juntamente com a informação sobre as áreas para RT ou ZR definidas pela comunidade no passo anterior (localização, dimensão).
- Dividir as várias tarefas pela equipe (quem vai mergulhar

para fazer o reconhecimento dos habitats, quem vai registar a profundidade, quem tira o ponto GPS e quem toma notas).

- Com base no mapa da área, escolher 4 pontos aleatórios para fazer a avaliação.
- Iniciar a avaliação no primeiro ponto seleccionado: registar coordenadas, profundidade, tipo de habitat. Repetir o processo nos outros pontos de pesquisa. Regressar à comunidade e organizar a próxima reunião.



- Dados da avaliação biológica rápida
- Lista dos integrantes da equipa
- Fotos



- Barco com capacidade para no mínimo 6 pessoas e combustível
- Computador de mergulho ou outro sistema para medir a profundidade
- Equipamento de snorkel
- Camera subaquática
- GPS
- Ardósias subaquáticas (1-2)
- Lápis
- Papel vegetal

Etapa 9.6 Finalizar a escolha de Reserva Temporária (RT) e Zona de Reabastecimento (ZR)

Esta etapa finaliza a escolha dos locais para a ZR e RT à luz dos resultados da avaliação biológica rápida. Quaisquer outras considerações sobre a adequação dos locais, como os impactos sociais dos mesmos, também devem ser levados em consideração na escolha final.



- Áreas para RT ou ZR definidas, juntamente com um mapa mostrando a sua localização e limites (ver exemplo no [Anexo 31](#))

Quem faz?

Essa tarefa é coordenada pela mesma equipe que realizou a avaliação biológica rápida e envolverá os membros do CCP, o grupo seleccionado para representar a comunidade na avaliação e demarcação da RT ou RZ, líderes comunitários, e técnicos do SDAE e da DPMAIP.

Recursos:

- Relatório de resultados da avaliação biológica rápida da etapa anterior

Como fazer?

- Organizar uma reunião com a equipe que realizou a avaliação, os restantes membros do CCP, líderes da comunidade e o grupo indicado para representar a comunidade.
- Apresentar os resultados da avaliação biológica rápida, incluindo as recomendações sobre a adequação biológica das áreas propostas.
- Se a avaliação biológica concluir que as áreas propostas são adequadas, o processo de selecção é concluído e os limites da RT ou ZR assinalados num mapa. O próximo passo é sua demarcação ([Etapa 10.1](#)).



- Se a avaliação biológica concluir que as áreas não são adequadas, é necessário voltar a trabalhar com o grupo indicado pela comunidade para encontrar alternativas e em seguida repetir a avaliação biológica rápida.



- Notas da reunião
- Lista de participantes
- Fotos



- Se a avaliação biológica rápida confirmar a adequação das áreas inicialmente propostas, não se prevêem custos.

Etapa 9.7 Desenvolvimento de regras e regulamentos

Nesta etapa, a comunidade define as regras e regulamentos para as medidas de gestão seleccionadas, incluindo a RT ou ZR decidida pela comunidade.



- Lista de regras, regulamentos e sanções para cada tipo de infracção (ver um exemplo do OSOL fase 1 no [Anexo 32](#))

Quem faz?

Essa tarefa é facilitada pela equipe técnica e pelo CCP, e consiste num trabalho de 4 grupos de membros da comunidade, 2 formados por mulheres e 2 formados por homens. Técnicos do SDAE, DPMAIP e um representante da Policia Fluvial também devem participar.

Recursos:

- Flipchart
- Marcadores de várias cores

Como fazer?

- Usar a mesma metodologia que na [Etapa 9.1](#) e [9.4](#) para organizar quatro grupos, dois com homens e dois com mulheres. Os grupos devem conter entre 10 a 15 participantes de várias faixas etárias. Idealmente, essa tarefa também deve envolver alguns dos membros da comunidade que participaram dos encontros na [Etapa 9.1](#) e [9.4](#).
- Peça a cada grupo para propor e discutir as regras e regulamentos que devem ser seguidos para o TR e RZ. Abaixo estão alguns exemplos do que as regras e regulamentos devem abordar, mas, em última análise, cabe à equipe e ao CCP incluir outros.
- Para a RT:
 - O período de encerramento (ou seja, 3 meses, 6 meses etc.)
 - O período de abertura (ou seja, 5 dias, 2 semanas etc.)



- Quem pode pescar durante as aberturas
- Artes que não devem ser permitidas durante as aberturas
- Contribuição dos pescadores para actividades de gestão (taxa ou % de capturas)
- Para RT e ZR
 - Multas para pesca ilegal
- Os trabalhos em grupo podem usar vários métodos, por exemplo dividir os vários tópicos entre os grupos ou o método carrossel, no qual todos os grupos trabalham sequencialmente em todos os tópicos.
- Depois dos grupos terminarem as suas tarefas, compilar todas as regras e regulamentos e validar com todos os participantes. Assegurar-se que as multas estabelecidas para o uso de artes ilegais são consistentes com as multas definidas pela lei. A comunidade pode decidir definir um valor mais alto, mas não poderá definir um valor mais baixo.

- As regras e regulamentos definidos serão depois divulgados para a comunidade em geral como parte do Plano de Comunicação (Etapa 9.9) e serão incluídos no plano de Co-Gestão (Secção 11).



- Notas das discussões de grupo e apresentações
- Flipcharts dos trabalhos em grupo
- Registo do número de participantes, e o seu perfil social e ocupacional
- Fotos



- Flipchart
- Marcadores

Etapa 9.8

Definição de papéis e responsabilidades

Esta etapa tem como objectivo definir os papéis e responsabilidades dos diferentes actores e instituições na implementação a LMMA, incluindo várias medidas de gestão, como RT e ZR.



- Documento (em formato de tabela) listando todos os actores e instituições relevantes para a implementação da LMMA, juntamente com uma descrição dos seus papéis e responsabilidades, e a forma como devem trabalhar (ver exemplo no [Anexo 33](#))

Quem faz?

Essa tarefa pode ser realizada em conjunto com a etapa anterior sobre definição de regras e regulamentos, usando os mesmos grupos (4 grupos, 2 formados por mulheres e 2 formados por homens de várias faixas etárias, representando os diferentes grupos ligados à pesca). Técnicos do SDAE, DPMAIP e Polícia Fluvial também devem participar.

Recursos:

- Lista de medidas de gestão, da [Etapa 9.4](#)
- Mapa mostrando a localização e limites da RT e/ou ZR, da [Etapa 9.6](#)
- Lista de regras, regulamentos e sanções (multas) para cada tipo de infracção, da [Etapa 9.7](#)
- Relatório do levantamento socioeconómico (secção sobre instituições e arranjos institucionais para a gestão dos recursos marinhos explorados com o diagrama de Venn), da [Etapa 4.1](#)

Como fazer?

- Pode ser realizado em combinação com a [Etapa 9.7](#), dando uma tarefa adicional aos grupos. Na explicação das tarefas, lembrar aos participantes os principais resultados do diagrama de Venn feito durante o levantamento



socioeconómico. Em seguida, perguntar-lhes quais as entidades e pessoas devem participar na gestão da RT ou ZR; quais devem ser os papéis e responsabilidades de cada um; e como estes devem trabalhar juntos.

- Os grupos discutem primeiro individualmente as três perguntas anteriores. Para facilitar a discussão pode ser útil seguir o modelo de papéis e responsabilidades no plano de Co-Gestão (consulte a [Secção 11](#)) e organizar os actores e instituições por nível administrativo:
 - Aldeia
 - Localidade
 - Posto Administrativo
 - Distrito
 - Província
- Quando os grupos terminarem a tarefa, junte-os e peça a cada um para apresentar o resultado das discussões. Sintetizar todos os actores e instituições e respectivos papéis e responsabilidades numa única lista a partir das discussões e em seguida validar com os participantes.
- Os papéis e responsabilidades serão divulgadas para a

comunidade em geral como parte do Plano de Comunicação (Etapa 9.9) e serão incluídos no plano de Co-Gestão (Secção 11).



9



- Notas dos trabalhos e apresentações dos grupo
- Flipcharts dos trabalhos em grupo
- Registo do número de participantes e perfil social e ocupacional
- Fotos



- Flipchart
- Marcadores

Etapa 9.9

Estratégia de implementação

Esta etapa tem como objectivo desenvolver uma estratégia para implementar as medidas de gestão decididas pela comunidade, particularmente a RT ou ZR. Possui três componentes principais: 1) plano de comunicação; 2) plano de fiscalização; e 3) plano de monitoria biológica comunitária.



- Plano de comunicação (ver exemplo no [Anexo 25](#))
- Plano de fiscalização (ver exemplo no [Anexo 34](#))
- Plano de monitoria ecológica comunitária (ver exemplo no [Etapa 5](#))

Quem faz?

Essa tarefa é facilitada pela equipe técnica em colaboração com o CCP. Representantes do SDAE, DPMAIP e Policia Fluvial também devem participar. Se necessário, os membros do grupo indicados para representar a comunidade em relação à RT e ZR também podem estar envolvidos.

Recursos:

- Lista de regras, regulamentos e sanções (multas) para cada tipo de infracção, da [Etapa 9.7](#)
- Tabela resumo de actores, instituições e respectivos papéis e responsabilidades, da [Etapa 9.8](#)

Como fazer?

Plano de comunicação

O plano de comunicação é elaborado pelo CCP à facilitação da equipe técnica.

- Organizar um encontro com o CCP e definir o que é necessário ser comunicado à comunidade em geral. Os temas a divulgar devem incluir informações sobre 1) RT, ZR e outras medidas de gestão; 2) regras e regulamentos que regem a RT e ZR e

sanções aplicáveis; 3) duração do encerramento e abertura da RT; 4) outras questões relevantes. O plano de comunicação não deve conter mais de 4 temas para não sobrecarregar o CCP e a comunidade, e deve ser actualizada regularmente.

- Elaborar um calendário de acções de comunicação, organizado por data, questões/tema, localização (bairro, quarteirão), grupos-alvo e quem é responsável pela acção. A frequência das acções deve ser decidida (por exemplo, uma vez por semana) e as responsabilidades para organizá-las devem ser divididas entre os membros do CCP. Outras formas de comunicação também devem ser consideradas (tais como lista de regras, regulamentos e sanções aplicáveis à RT ou ZR afixadas no escritório do CCP, divulgação no rádio, etc).
- Orientar o CCP no sentido de envolver o líder da comunidade na mobilização dos membros da comunidade para as diferentes acções de comunicação, conforme definido no plano.
- O CCP deve manter um registo das acções de comunicação, usando o modelo fornecido ([Anexo 25](#)).
- O plano de comunicação deve ser revisto regularmente, sempre que houver necessidade de actualizar ou fornecer novas informações.

Plano de fiscalização

O plano de fiscalização também é elaborado pelo CCP, inicialmente com orientação dada pela equipe técnica e pode ser realizado ao mesmo tempo que o plano de comunicação. O envolvimento do SDAE, Policia Fluvial e DPMAIP é importante, principalmente no que diz respeito à divisão de responsabilidades de fiscalização e processo de lidar com os infractores.

- Organizar uma reunião com o CCP para desenvolver um plano de fiscalização que deve incluir os seguintes pontos principais:
 - Calendário de patrulhas, incluindo locais, frequência e quem é responsável.
 - Procedimento para lidar com infracções (tais como: aviso, multa, confiscação de arte de pesca).

- Como as multas serão usadas.
- A fiscalização é feita regularmente pelo CCP, mas algumas acções de fiscalização devem ser realizadas em colaboração com a Policia Fluvial. Usar o modelo para o plano de fiscalização fornecido no [Anexo 34](#).

Plano de monitoria ecológica

Esse plano é preparado pela equipe técnica (liderada pelo biólogo marinho da equipe e pelo oficial de M&A) em colaboração com o CCP.

- Organizar um encontro com o CCP e discutir a necessidade de monitorar a RT ou SR. Explicar porque a monitoria é importante, nomeadamente para avaliar os impactos dessas áreas nos recursos pesqueiros, por meio de indicadores biológicos (tais como abundância e diversidade de peixes, cobertura de corais, etc.) e CPUE (no caso da RT).
- Definir os indicadores para monitoria, o que irá depender dos recursos disponíveis para monitoria e de quais informações a equipe e o CCP consideram úteis. Por exemplo, a abundância e diversidade de peixes na ZR pode ser útil para demonstrar às comunidades os efeitos dessas áreas; enquanto CPUE mostra os mesmos benefícios para a RT. Também pode ser útil monitorar preços durante os dias de abertura da RT, verificar tendências e estimar os rendimentos das capturas.
- Desenhar a abordagem de recolha de dados, incluindo métodos usados, calendário de recolha de dados e responsabilidades pela recolha, organização, análise, elaboração de relatório e comunicação dos resultados. Consultar a [Secção 4](#) para mais informações sobre os diferentes métodos que podem ser usados para avaliações biológicas e de pescarias.
- Os resultados da monitoria podem ser incluídos em futuras acções de comunicação como parte do Plano de Comunicação (ver acima).



- Notas das discussões
- Fotos



- Flipchart
- Marcadores
- Canetas

Etapa 9.10

Avaliação das necessidades de capacitação

Esta etapa visa identificar as capacidades que precisam ser desenvolvidas para implementar efectivamente as medidas de gestão definidas pelas comunidades, incluindo a RT e ZR. Incorpora algumas das acções definidas no plano de fortalecimento da capacidade do CCP da [Etapa 6.4](#).



- Plano de desenvolvimento de capacidades para a implementação da LMMA

Quem faz?

Esta tarefa é facilitada pela equipe técnica em colaboração com o CCP e também deve envolver o SDAE e a DPMAIP.

Recursos:

- Plano de fortalecimento do CCP, da [Etapa 6.4](#)
- Resultados da avaliação da eficácia da LMMA³

Como fazer?

- Reunir com o CCP e outros parceiros (SDAE, DPMAIP) para discutir a necessidade de definir um plano de desenvolvimento de capacidades para implementação das medidas de Co-Gestão.
- Rever o plano de fortalecimento da capacidade do CCP (na [Etapa 6.4](#)), discutir as acções relevantes para a implementação da LMMA e identificar outras necessidades de capacitação.
- Elaborar uma lista de todas as necessidades de capacitação (ou seja, treinamentos, acesso a informações, equipamentos, materiais etc.). Nessa lista, identificar como essas necessidades podem ser preenchidas, juntamente com um plano para as abordar.

³A Avaliação da Eficácia da LMMA é realizada com uma ferramenta específica e começa a ser implementada regularmente (anualmente) após a implementação das medidas de gestão definidas pela comunidade.



- Notas das discussões



- Flipchart
- Marcadores
- Canetas



10

IMPLEMENTAÇÃO DE RESERVAS TEMPORÁRIAS E ZONAS DE REABASTECIMENTO

10. Implementação de Reservas Temporárias e Zonas de Reabastecimento



Rachide Cachimo, Ercilio Chauque, Jeremy Huet, Gildas Andriamalala



OBJECTIVOS

Esta secção fornece orientações sobre a implementação de Reservas Temporárias (RT) e Zonas de Reabastecimento (ZR) decididas pela comunidade. É comum as comunidades decidem primeiro criar uma RT e, depois de mais deliberações, uma ou mais ZR. Também podem implementar os dois tipos de medidas simultaneamente.



RESULTADOS ESPERADOS

- Áreas demarcadas
- As comunidades e outros grupos estão cientes dos limites das áreas, e das regras e regulamentos aplicáveis
- A fiscalização é realizada regularmente e o cumprimento das regras é promovida
- A monitoria biológica e de pescarias é implementada
- Regras de conduta durante a abertura da RT são definidas
- Esquemas de price premium (preço bonificado) são desenvolvidos

Etapa 10.1

Demarcação e sinalização das RT e ZR

Esta etapa apresenta opções para demarcar e sinalizar as RT e ZR. A demarcação e sinalização são essenciais para garantir que os limites destas áreas sejam bem conhecidos e facilmente identificáveis pelos membros da comunidade e por pessoas de fora, facilitando assim o respeito pelas regras a fiscalização. A sinalização muitas vezes requer manutenção, por exemplo, substituição de placas e boias, que podem ser danificadas por condições climáticas adversas, vandalizadas ou roubadas. Recomenda-se o uso de materiais locais para placas e boias, pois estes são menos propensos a serem roubados. O projecto OSOL desenvolveu um tipo de boia 'ecológica' feita de bambu que provou ser bastante eficaz.



- RT e ZR demarcadas e claramente sinalizadas

Quem faz?

A demarcação e sinalização são feitas pelo CCP, com algum apoio e orientação da equipe técnica. O CCP mobiliza um grupo de voluntários para as várias tarefas.

Recursos:

- Mapa mostrando os limites da RT ou ZR, resultado da [Etapa 9.6](#)

- Relatório da avaliação da viabilidade ecológica da RT ou ZR, resultado da [Etapa 9.5](#)
- GPS
- Materiais para fabrico das boias de sinalização
 - Bambus
 - Tintas (vermelha, amarela e branca)
 - Cimento
 - Pedras (britas)
 - Ferro de 8mm (varão)
 - Catanas
 - Serrotes de ferro e mangueira (tubo) 0.5mm
 - Corda e faca
- Equipamento de snorkel (mascara, fato, tubo e barbatanas)
- Barco e combustível

Como fazer?

Formar uma equipe para fazer a demarcação e sinalização. Este processo inclui o fabrico das boias e a sua colocação. Esta equipe deve incluir alguns dos pescadores indicados pela comunidade para participar da avaliação biológica e demarcação das áreas (da [Etapa 9.4 f](#)) e membros do CCP. É necessário um barco e tripulação para chegar às áreas para demarcação; e um mapa mostrando os limites da área a demarcar (da [Etapa 9.6](#)), incluindo pontos de GPS dos limites, se disponíveis.

Demarcation

Antes de sair para as áreas, é necessário construir as boias e placas de sinalização que serão usadas para marcar e identificar seus limites. O método apresentado abaixo foi usado pelo OSOL para construir boias de sinalização, usando principalmente materiais locais (bambu).

Como fabricar as boias

As boias são constituídas por uma parte flutuante fixadas a uma base de cimento

1. Fabrico de bases de cimento
 - Preparar a mistura com 1 balde de cimento + 3 baldes



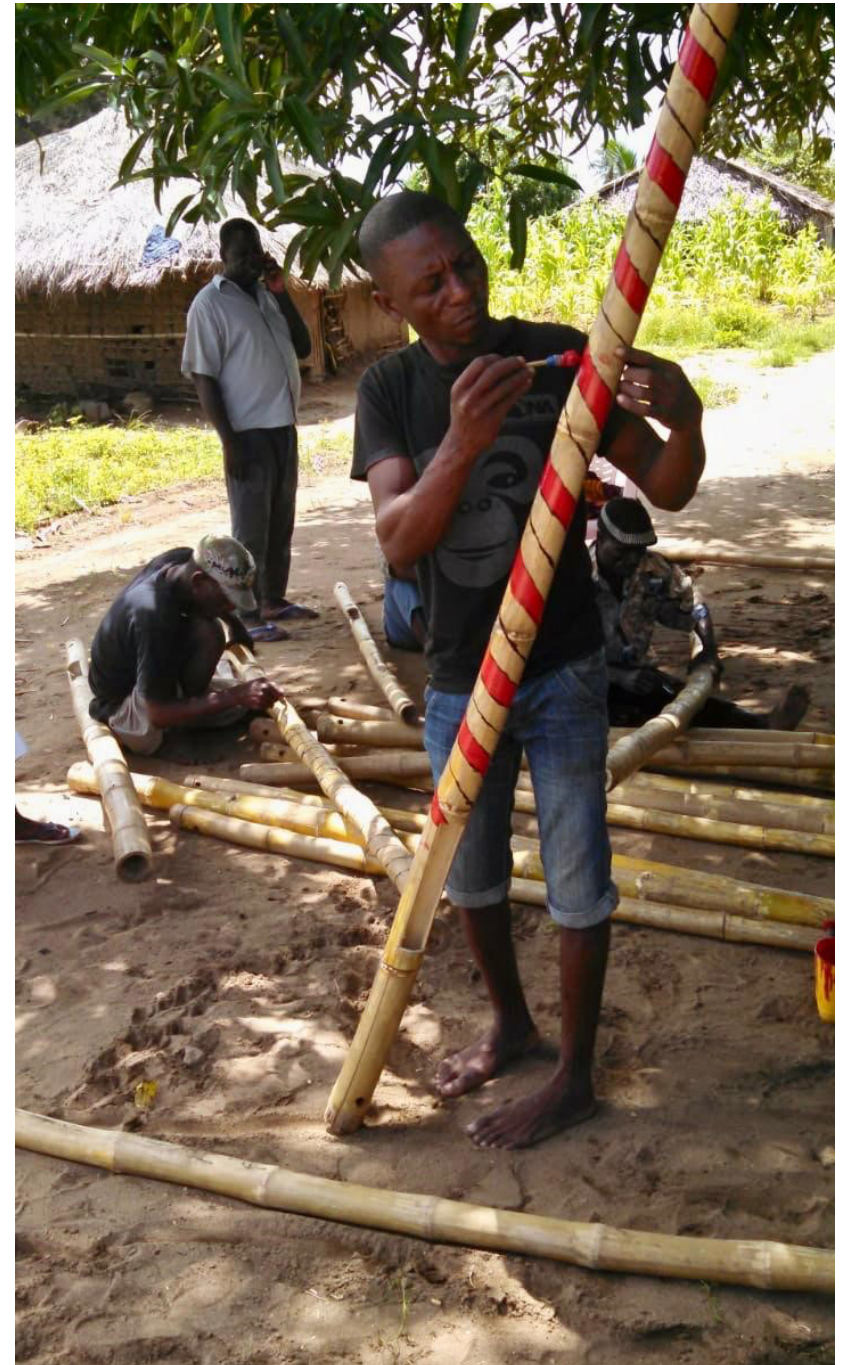
de britas + 2 baldes de água e amassar, colocar no molde circular (uma cova) com um diâmetro de 10cm e profundidade de 20cm. Introduzir o ferro (varão) na mangueira (tubo) 0.5mm e dobrar em formato de OMEGA (Ω). Deixar secar na cova durante sete (7) dias, colocar água pelo menos 1 vez por dia;



2. Fabrico dos flutuadores de bambu:

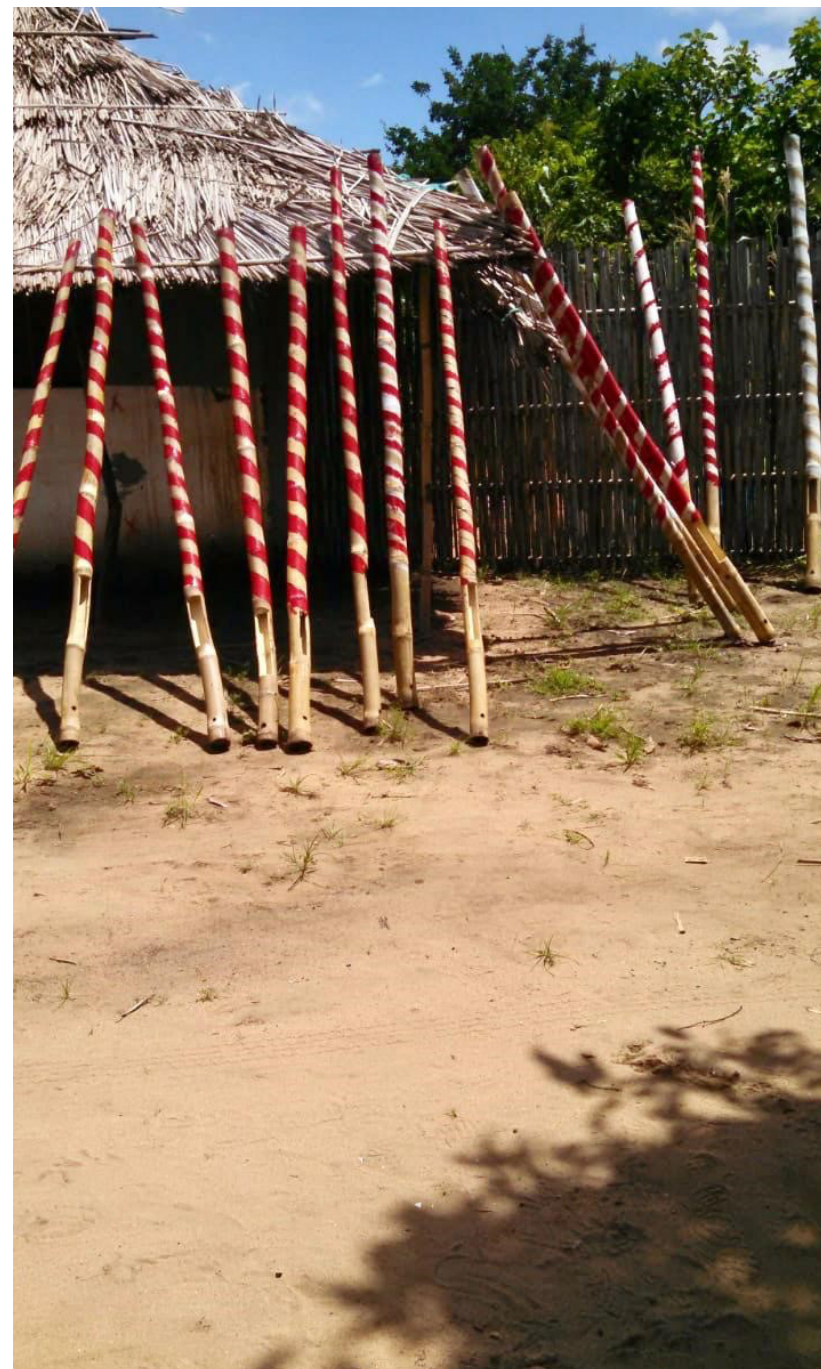
- Os flutuadores devem ter um comprimento de aproximadamente 2.5m. Cortar os bambus em dimensões de 2.5m (assegurar que o corte não seja antes dos anéis do bambu)
- Furar entre os anéis do bambu para facilitar a introdução da corda que será amarrada à base de cimento;
- Pintar com 2/3 as cores (amarelo e branco ou vermelho e branco);
- Deixar que a tinta seque nos bambus (boias)





Sinalização usando as boias

- Uma vez preparadas as bases de cimento e os flutuadores, o próximo passo será realizar a demarcação e sinalização. As boias devem ser colocadas em locais estratégicos que indiquem os limites da área. Discutir com a equipe, que deve incluir pescadores experientes, onde as boias devem ser colocadas, usando o mapa mostrando os limites da área a demarcar e sinalizar. Esses locais devem maximizar a visibilidade das boias e minimizar o risco de danos causados por correntes fortes e mau tempo.
- Antes de sair para o mar para fazer a demarcação e sinalização deve verificar a tabela de marés. A maré cheia é a mais indicada para a colocação das boias porque permite que sejam fixadas de forma a que fiquem visíveis mesmo com os níveis mais altos de água.
- Ao chegar ao ponto indicado para fixar a boia, amarre a corda na base de cimento e lance-a ao mar. Prestar atenção! Ao lançar a base de cimento, tenha a certeza que a ponta da corda fique nas suas mãos, senão estará a flutuar com as correntes, o que poderá dificultar o processo de recuperação da corda para o passo seguinte.
- Com a ponta da corda amarrada na base de cimento já submersa, amarre o flutuador de bambu, que deve ter aproximadamente 2.5 metros de comprimento como explicado anteriormente. Em seguida, posicione verticalmente o flutuador. Faça passar a ponta da corda entre os furos feitos da base do flutuador de bambu. Alguns membros da equipa mergulham para ajudar a posicionar a boia, esticando a corda até ao ponto que esta fique esticada verticalmente partir da base do cimento no fundo do mar, enquanto apenas 50cm do flutuador acima do nível do mar servindo de sinalizador. Devem ser recolhidas as coordenadas de GPS deste ponto antes de seguir para o próximo.





10



- Coordenadas de GPS dos locais de fixação das boias
- Lista de integrantes da equipa de demarcação e sinalização
- Fotos do trabalho



- 1 saco cimento (10 bases) (~550.00mzn)
- 1 balde de brita por base (~10.00mzn)
- Bambu (~75.00mzn)
- Tinta vermelha (~350.00mzn/lata)
- Tinta amarela (~350.00mzn/lata)
- Tinta branca (~350.00mzn/lata)
- Corda (~210.00mzn) pode ser usada para 5 bases;
- Tubo de metal de 50cm (~100.00mzn)

Etapa 10.2 Comunicação

Esta etapa visa assegurar que a existência e limites das áreas (RT e ZR) são do conhecimento de todos, juntamente com as regras, regulamentos e multas para quem não os cumpre.



- Acções de comunicação dirigidas aos vários grupos alvo

Quem faz?

Deve ser realizado pelo CCP. O envolvimento do SDAE também é importante para legitimar as áreas e contribuir para o respeito pelas regras.

Recursos:

- Mapa mostrando os limites do RT ou ZR, resultado da [Etapa 9.6](#)
- Lista de regras, regulamentos e multas para os infractores, resultado da [Etapa 9.7](#)
- Plano de comunicação, resultado da [Etapa 9.9](#)
- Modelo do relatório das acções de comunicação ([Anexo 25](#))

Como fazer?

- Uma das primeiras acções para tornar a área (RT ou ZR) conhecida pela comunidade é assinalar a sua criação, demarcação e sinalização com um evento com a presença de líderes comunitários e religiosos, idealmente o Administrador do Distrito, e representantes do SDAE, da Polícia Costeira e da DPMAIP. Isso ajuda a legitimar a área, facilitando o respeito pelas regras e a fiscalização. Neste evento, o CCP deve ter um papel de relevo, para promover a conscientização da comunidade sobre o seu trabalho na gestão das pescas e implementação da área.
- Os dias de abertura da RT são uma oportunidade chave para mostrar e divulgar os benefícios da gestão para as comunidades. Representantes do Administrador do Distrito,



SDAE e DPMAIP devem estar presentes nas aberturas, particularmente na primeira abertura da RT.

- Considerar a realização de outras acções para promover o apoio da comunidade às medidas de gestão, tais como visitas organizadas à RT antes da abertura para que as pessoas possam ver por si mesmas o aumento de certas espécies, como polvo, ou para RZ, onde o aumento de recursos se espalhará para as áreas adjacentes.
- Integrar as acções de comunicação no Plano de Comunicação e implementá-lo seguindo as orientações fornecidas na [Etapa 9.9](#). Assegurar-se que as acções de comunicação abrangem todos os grupos que pescavam na RT e o ZR ou passavam por essas áreas (por exemplo, pescadores de comunidades vizinhas, pescadores migrantes de acampamentos próximos etc.). O CCP mantém um registo das acções de comunicação usando o modelo fornecido no [Anexo 25](#).



- Relatório do evento que marca a criação da RT ou ZR e fotos
- Relatório dos dias de abertura da RT e fotos
- Registo das acções de comunicação, incluindo o número de pessoas abrangidas



- Impressão das regras e regulamentos da RT ou ZR

Etapa 10.3 Fiscalização

Esta etapa sugere uma abordagem para fiscalização da RT e ZR.



- Acções de fiscalização, tal como definidas no Plano de Fiscalização.

Quem faz?

A fiscalização regular é feita pelo CCP. No entanto, a sua autoridade para aplicar multas aos infractores pode ser limitada sem o envolvimento de autoridades governamentais (Polícia Fluvial e SDAE). É importante envolver as autoridades governamentais em, pelo menos, algumas operações conjuntas de fiscalização e estabelecer uma boa relação, para a aplicação eficaz das regras, principalmente no que diz respeito a apreensão de artes proibidas, a aplicação de multas e o julgamento dos infractores pelos tribunais.

O papel da equipe técnica nesse processo é facilitar a aquisição de uniformes e crachás para os membros do CCP, de modo a que possam ser reconhecidos, particularmente por pessoas de fora; e garantir meios de transporte (barco, combustível, bicicleta) para apoiar as operações de fiscalização. Se um barco for fornecido para acções de fiscalização, a equipe precisa considerar como os custos de manutenção e combustível (se barco a motor) serão suportados.

Recursos:

- Plano de Fiscalização, da [Etapa 9.9](#)
- Uniformes e crachás para membros do CCP (desejável)
- Barco e outros meios de transporte para as operações de fiscalização (desejável)
- Binóculos (desejável)

Como fazer?

- O CCP trabalha com o plano de fiscalização desenvolvido na [Etapa 9.9](#). Este inclui um calendário semanal de patrulhas,



bem como procedimentos para lidar com os infractores. Define as datas das acções de fiscalização, localização e responsável. Os dias e locais da fiscalização devem variar de semana para semana para manter o elemento surpresa.

- Algumas acções conjuntas de fiscalização com o SDAE e a Polícia Fluvial são importantes para promover o melhor cumprimento das regras.
- O CCP deve manter um registo das operações de fiscalização, inclusive quando ocorrerem, onde, quem estava envolvido e os resultados.



- Relatório das acções de fiscalização (quando, onde, quem e resultados)



- Uniformes e crachás para os fiscais do CCP
- Barco e combustível

Etapa 10.4

Monitoria

Esta etapa implementa a monitoria biológica das RT e ZR, de acordo com o plano de monitoria desenvolvido na [Secção 4](#) e [Secção 9](#), e envolve a recolha de dados biológicos, de capturas e de mercado.



- Relatórios de monitoria das áreas (RT e ZR)

Quem faz?

A monitoria é coordenada pela equipe técnica (o biólogo marinho para dados biológicos e de pesca/capturas e o oficial de M&A socioeconómica para dados de mercado). O CCP e os membros da comunidade são envolvidos na recolha de dados e na discussão dos resultados.

Recursos:

- Plano de monitoria, da [Etapa 9.9](#)

Como fazer?

- Para cada tipo de recolha de dados definido no Plano de Monitoria, definir quando os dados devem ser recolhidos, reunir uma equipe para recolha de dados e atribuir responsabilidades para coordenar a recolha e análise de dados e redação dos relatórios.
- Considerar como os resultados devem ser partilhados e com quem. Alguns dos resultados podem informar acções de comunicação para demonstrar os benefícios das reservas.



- Dados recolhidos e organizados
- Fotos da recolha de dados



- Cada tipo de recolha de dados terá custos diferentes. Consulte a [Secção 4](#) sobre os diferentes tipos de recolha de dados biológicos e pesqueiros.

Etapa 10.5

Organização da abertura das RT

Esta etapa descreve algumas das principais tarefas necessárias para organizar os dias de abertura da RT. Algumas destas tarefas podem já ter sido feitas em etapas anteriores e, portanto, esta etapa envolve principalmente fazer uma lista de verificação do que precisa ser feito, para que nada seja esquecido.



- Lista de tarefas necessárias para organizar os dias de abertura

Quem faz?

A organização da abertura do RT é feita pelo CCP. A equipe técnica também participa, por exemplo, na monitoria biológica e de CPUE, contactos com potenciais compradores e intermediando esquemas de *price premium*.

Recursos:

- Plano de Fiscalização, da [Etapa 9.9](#)
- Plano de comunicação, da [Etapa 9.9](#)
- Monitoria biológica comunitária e de pescas, da [Etapa 9.9](#)
- Lista de regras e regulamentos, da [Etapa 9.7](#)

Como fazer?

Fazer uma lista de verificação do que precisa acontecer 1) antes do dia do encerramento; 2) durante o período de encerramento; 3) em preparação para a abertura; 4) durante os dias de abertura e; 5) após a abertura, no retorno ao encerramento da reserva. Algumas das tarefas podem já ter sido feitas nas etapas anteriores, e uma lista de verificação ajudará a equipe técnica e o CCP a planear adequadamente e garantir que nada crucial seja esquecido. Exemplos incluem:

Antes do dia do encerramento

- A área foi demarcada

- A data e duração do encerramento foram definidos
- A data e duração do encerramento foram comunicados à comunidade e às autoridades
- Um plano de fiscalização foi desenvolvido
- Autoridades foram convidadas para a cerimônia de abertura (se relevante)

Durante o período de encerramento

- A fiscalização é realizada regularmente. Motivar os pescadores locais para ajudar a patrulhar a reserva quando estiverem pescando. Aplicar as regras a qualquer um que for apanhado a fazer uma actividade ilegal.
- Acções de comunicação são realizadas regularmente. Lembrar às comunidades locais sobre as reservas e a necessidade de respeitá-las, não pescando e denunciando pesca ilegal.
- Levantamento/monitoria biológica antes da abertura da reserva. Qualquer recolha de dados CPUE durante os dias abertos deve ser preparada.
- Os compradores são contactados e os possíveis esquemas de *price premium* são acordados

Em preparação para a abertura

- O CCP decide um dia para a abertura, considerando as marés. Uma abertura nas marés vivas garante que a maioria dos pescadores possa beneficiar, incluindo mulheres que pescam a pé.
- As regras durante o dia de abertura são definidas, se ainda não tiverem sido. Exemplos incluem: apenas pescadores locais da aldeia podem pescar; mulheres e crianças entram na água primeiro, depois os homens; todos podem pescar ao mesmo tempo, etc. O CCP também pode definir um período de pesca para os dias de abertura, após o qual todos precisam sair da RT.
- O CCP lembra as comunidades do dia de abertura, horário e regras.
- As autoridades governamentais estão convidadas para o dia

da abertura. Convide jornalistas ou rádios locais, se quiser que a abertura seja divulgada pelos média.

Durante os dias abertura

- O CCP lembra os pescadores das regras e aplica-as
- A monitoria das capturas e mercado é realizada (pela equipe técnica e CCP)
- O processo de venda e compra de pescado é supervisionado (pelo CCP)

Após a abertura, retorno ao encerramento da reserva

- O período de encerramento e abertura da reserva devem ter sido já concordados com a comunidade. Faltando 2 dias para o termino do período abertura, o CCP em coordenação com as autoridades locais devem passar a informação a comunidade no geral que a reserva vai encerrar novamente. Não é preciso que seja feito um encontro com toda a comunidade, basta usar os meios locais para divulgar a informação. Para reforçar, o CCP poderá incluir a informação de retorno do encerramento no seu plano de comunicação, executado semanalmente em cada quarteirão ou bairros.
- A reserva fica encerrada pelo período definido com a comunidade se não haver razões para alterá-lo. No entanto, pode haver necessidade de alterar esse período, para mais meses em função dos resultados das capturas durante o período de abertura. A monitoria é importante para ajudar a rever o período de encerramento, se necessário.



- Relatório da abertura de reserva
- Relatórios do monitoria



- Não estão previstos custos específicos, mas algumas das tarefas terão custos individuais



11

PLANO DE CO-GESTÃO PARA LMMA

11. Plano de Co-Gestão para LMMA



Rachide Cachimo, Ercilio Chauque, Sérgio Rosendo, Jeremy Huet



OBJECTIVOS

O plano de Co-Gestão é um documento que descreve os objectivos de gestão para a LMMA, as medidas de gestão adoptadas durante um período específico (2-5 anos), sua justificação biológica e social, a estratégia de implementação, incluindo os arranjos institucionais e parcerias. É preparado com informações geradas durante as etapas anteriores, particularmente as avaliações preliminares ([Secção 4](#)) e o desenho participativo das medidas de gestão ([Secção 9](#)). O plano de Co-Gestão é um pré-requisito para a legalização da LMMA por meio da legislação mais adequada (Pesca ou Conservação).



RESULTADOS ESPERADOS

- Plano de Co-Gestão reconhecido pela comunidade e autoridades governamentais

Nota

Durante a fase de preparação deste toolkit, o governo ainda não tinha definido um modelo para planos de Co-Gestão de pescas comunitários. O modelo de plano de Co-Gestão sugerido aqui e usado no projecto OSOL foi adaptado do modelo do plano de gestão para áreas de conservação contido no Regulamento da Lei de Conservação (n. 89/2017, Artigo 69). Espera-se que a revisão da Lei das Pescas contemple a criação de áreas de pesca de gestão comunitária. A sua posterior regulamentação poderá incluir um modelo de plano de Co-Gestão específico para estas áreas. Nessa altura, o modelo aqui sugerido será atualizado.

Etapas 11.1

Compilação da informação para o plano

Esta secção descreve a abordagem para compilar as informações necessárias para elaborar o plano de Co-Gestão. A maioria dessas informações terá sido gerada nas etapas anteriores.



- Ficheiro com todas as informações necessárias para preparar o plano de Co-Gestão

Quem faz?

Essa tarefa é realizada pela equipe técnica, no escritório. A maior parte das informações necessárias terão sido geradas com a comunidade e o CCP. Depende dos resultados (outputs) das etapas anteriores e daí a importância de documentar essas adequadamente, incluindo a produção de todos os outputs recomendados.

Recursos:

- Resultados (outputs) dos passos anteriores, conforme listados na [Tabela 3](#)

Como fazer?

- Formar a equipe para elaborar o plano. Decidir quem coordenará o trabalho. Essa pessoa será responsável para distribuir tarefas, fazer cumprir prazos e recolher as várias contribuições.
- Usar o modelo de plano de Co-Gestão sugerido na Tabela 3 para identificar as informações necessárias para elaborar cada uma das secções.
- Com base neste modelo, a equipe deve reunir-se para definir os responsáveis por cada secção. As responsabilidades por secção incluem a recolha de informação e redação do texto.
- A divisão de responsabilidades deve ser feita com base nas áreas de especialização e funções dos vários membros da equipe (por exemplo, biólogo, oficial de M&A, oficial de Co-Gestão, etc.).
- Lembrar que existe alguma flexibilidade em relação a que informações incluir em cada secção e o nível de detalhe dessas informações. O importante é que o objectivo geral da secção seja cumprido.



Tabela 3: Modelo do plano de Co-Gestão e orientações sobre as fontes de informação necessárias para elaborar cada secção

Secção	Objectivo	Fonte de informação
1. Introdução		
1.1 Abordagem e escopo	Descreve como o plano foi elaborado e o seu escopo, incluindo o processo participativo para definir medidas de gestão, regras e regulamento.	
1.2 História da área de Co-Gestão	Descreve a motivação para criar a área de Co-Gestão	Depende do contexto de cada área, mas é relacionado com o interesse da comunidade de proteger e gerir os seus recursos
1.3 Base legal	Descreve a base legal para a área de Co-Gestão	Lei das Pescas; Regulamento Geral da Pesca Marítima; Lei da Conservação; Regulamento da Lei da Conservação
1.4 Estrutura de gestão e parcerias	Descreve a estrutura de gestão da área de Co-Gestão, incluindo quem é legalmente responsável pela sua administração (CCP); os parceiros de implementação e o papel de cada um	Da <u>Etapa 3.1</u> (Desenvolvimento de parcerias), <u>4.1</u> (Diagrama de Venn); e <u>9.8</u> (Definição de papéis e responsabilidades).
2. Contextualização		
2.1 Contexto geográfico	Descreve a localização geográfica da área (aldeia, posto administrativo, distrito e província). Incluir um mapa	Perfis Distritais
2.2 Características biofísicas	Descreve as características e importância ecológica da área	Literatura e outputs da <u>Etapa 4.5</u> (Avaliação Biológica)
2.3 Características sociais e culturais	Descreve a comunidade ou comunidades que propõem a área de Co-Gestão, população, principais línguas faladas, principais grupos étnicos, religião, meios de subsistência, uso de recursos marinhos	Literatura disponível; <u>Etapa 4.1</u> (Levantamento de base socioeconómico); e <u>4.2</u> (Censo rápido).
2.4 Ameaças e desafios	Descreve as principais ameaças aos recursos marinhos e desafios	<u>Etapa 9.1</u> (Avaliação das tendências dos recursos e ameaças)

3. Visão e objectivos		
3.1 Declaração de visão	Descreve a visão geral para a área (relacionada com promover o uso sustentável e a proteção dos recursos marinhos para os meios de vida e a conservação da biodiversidade, de acordo com as metas e estratégias nacionais e internacionais)	<u>Etapa 9.4</u> (Definição dos objectivos e medidas de gestão)
3.2 Objectivos gerais e específicos	Descreve os objectivos gerais e específicos da área de Co-Gestão (exemplo, objectivo geral: protecção de habitats críticos; objectivos específicos: criação de zonas de reabastecimento; melhoria do cumprimento da lei e fiscalização, etc.)	<u>Etapa 9.4</u> (Definição dos objectivos e medidas de gestão)
4 Ordenamento inclusivo		
4.1 Definição da área de Co-Gestão	Descreve os limites da área de Co-Gestão (área de jurisdição do CCP ou áreas de conservação, RT ou ZR). Inclui um mapa mostrando a área. Se o CCP estiver legalizado, inclui o despacho do ministro autorizando sua operação, que incluirá os limites da sua área de jurisdição	<u>Etapa 6.3</u> (Publicação da legalização do CCP)
4.2 Medidas de gestão e zoneamento	Descreve as medidas de gestão, incluindo as RT e ZR, e regras, regulamentos e sanções. Inclui um mapa da área de Co-Gestão com seu zoneamento (RT e RZ). Tudo o que não é uma RT ou ZR é uma zona de uso sustentável (zona de aproveitamento comunitário)	<u>Etapa 9.4</u> (Definindo objectivos e medidas de gestão); <u>9.6</u> (Finalização da escolha de RT e ZR); e <u>9.7</u> (Desenvolvimento de regras e regulamentos)
5 Programas de gestão		
5.1 Mitigação de impactos e desenvolvimento comunitário	Descreve os grupos sociais mais afetados pelas medidas de gestão decididas pela comunidade e quaisquer acções para mitigar esses impactos; bem como medidas para promover o desenvolvimento da comunidade (por exemplo, ACPEs, horticultura, aquacultura, esquemas de price premium)	Notas da <u>Etapa 9.4</u> , alínea e), sobre os grupos vulneráveis afetados por medidas de gestão; Resultados do levantamento socioeconómico de base, nomeadamente informação sobre os grupos que mais dependem dos recursos (<u>Etapa 4.1</u>).

5.2 Fiscalização	Descreve a estratégia de fiscalização da área de Co-Gestão, para assegurar a implementação das medidas de gestão. Inclui o Plano de Fiscalização, as multas definidas pela comunidade e o processo para lidar com os infractores	Etapa 9.9 (Estratégia de implementação, tarefa do Plano de Fiscalização); e 10.3 (Fiscalização)
5.3 Comunicação e sensibilização	Descreve a estratégia para comunicar e envolver as comunidades no processo de Co-Gestão	Etapa 9.9 (Estratégia de implementação, tarefa sobre Plano de Comunicação e 10.2 (Comunicação)
5.4. Desenvolvimento de capacidades	Descreve as medidas para desenvolver a capacidade do CCP incluindo treinamentos	Etapa 6.4 (Avaliar o funcionamento do CCP); 6.5 (Treinamento de CCP); e 9.10 (Avaliação das necessidades de capacitação d)
6 Plano de implementação	Apresenta um plano de implementação (para o primeiro ano)	Dependendo do contexto, mas pode ser adaptado do projecto que apoia o desenvolvimento de LMMAs
7 Plano financeiro	Descreve estratégias para garantir fundos para implementação do plano	Incluir os fundos do projecto que apoia a LMMA. Se forem previstas outras fontes de financiamento, descreva (tais como o Fundo Ambiental ACPE, esquemas de compensação de biodiversidade)
8 Monitoria e avaliação	Descreve as estratégias e metodologias de monitoria e avaliação, incluindo os indicadores para medir o desempenho da área de Co-Gestão	Etapa 5.1: Desenvolvimento de um framework de M&A



- Informação necessária para o plano de Co-Gestão compilada e organizada



- Não são previstos custos, para além do tempo da equipe técnica

Etapa 11.2

Redação do plano

Há alguma flexibilidade na abordagem para escrever o plano, mas idealmente deve ser um processo colaborativo, envolvendo todos os membros da equipe técnica. O CCP, a comunidade e outros stakeholders serão envolvidas no enriquecimento e validação do plano, na próxima etapa.



- Esboço completo do plano de Co-Gestão

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pela equipa técnica.

Recursos:

- Computador portátil
- Projector

Como fazer?

- Os membros da equipe trabalham nas suas respectivas secções individualmente, que devem estar prontas dentro de um prazo estabelecido pelo coordenador da redação do plano. O coordenador supervisiona o processo, fornece orientação e esclarece quaisquer dúvida.
- O coordenador agrupa as secções dos diferentes colaboradores em um documento único. Este documento é distribuído a todos os membros da equipe de redação para revisão individual.
- Depois que todos os membros da equipe tiverem revisado todo o documento, a equipe reúne-se e discute e incorpora os comentários individuais.
- Findada a revisão colectiva, o coordenador produz uma versão pré-final do plano de Co-Gestão, que será em seguida apresentado às comunidades e outras partes interessadas para validação e enriquecimento.



- Esboço das várias secções do plano



- Não são previstos custos, para além do tempo da equipe técnica

Etapa 11.3

Validação e aprovação do plano pelas comunidades e stakeholders

Nesta etapa, o plano de gestão elaborado com as informações das etapas anteriores é apresentado às comunidades e outras partes interessadas para enriquecimento e validação.



- Esboço final do plano de Co-Gestão
- Carta de aprovação do Governo Distrital (SDAE), necessária para o reconhecimento formal do plano
- Acta da reunião de validação com a comunidade, necessária para o reconhecimento formal do plano

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pela equipe técnica, sob a supervisão do coordenador da elaboração do plano de Co-Gestão. Envolve membros da comunidade e outras partes interessadas (DPMAIP, SDAE).

Recursos:

- Esboço pré-final do plano de Co-Gestão

Como fazer?

- Organizar uma reunião de validação ao nível da comunidade. Para facilitar o processo, é aconselhável envolver o CCP, os líderes comunitários e o grupo indicado para representar a comunidade em questões de Co-Gestão (ver [Etapa 9.4](#), ponto f). A validação também pode ser feita com uma secção mais ampla da comunidade, mas o processo precisa ser adaptado para grupos maiores.
- Apresentar o plano ao grupo (CCP, líderes e membros da comunidade). A apresentação deve ser simplificada, concentrada nos pontos-chave, tais como as medidas de gestão, as regras, regulamentos e sanções, grupos afectados e medidas de mitigação. Idealmente, um representante do



SDAE e da DPMAIP e/ou DPTADER deve participar da reunião de validação.

- Redigir uma acta da reunião de validação, com os nomes e ocupações dos participantes, assinada pela direcção do CCP e líderes comunitários em representação da comunidade (necessário para solicitar o reconhecimento formal do plano)

na próxima etapa).

- Depois que a comunidade validar o plano, todos os seus comentários e acréscimos serão incorporados numa nova versão do plano.
- Levar o plano com os comentários da comunidade já incorporados ao nível distrital. Apresentar ao SDAE e incorporar os seus comentários para produzir uma nova versão que será levada a DPMAIP. Obter uma carta de aprovação do SDAE (necessário para solicitar o reconhecimento formal do plano na próxima etapa).
- Convidar a DPMAIP a comentar a versão pré-final do plano e incorporar esses comentários. O plano deve agora estar pronto para ser submetido às autoridades relevantes para o seu reconhecimento formal. Este processo é descrito na próxima etapa.



- Notas das reuniões de validação
- Lista de participantes (número e perfil social)
- Fotos das reuniões



- Transporte e combustível
- Ajudas de custo para técnicos do governo

Etapa 11.4

Reconhecimento formal do plano de Co-Gestão

Uma vez que as autoridades provinciais e distritais e a comunidade tenham validado o plano, este será submetido a DPMAIP para ser reconhecido formalmente.



- Reconhecimento formal do plano de Co-Gestão

Quem faz?

Esta tarefa é realizada pela equipa técnica, em coordenação com a DPMAIP.

Recursos:

- Versão final e validada a nível da comunidade, distrito e província
- Acta da reunião de validação com a comunidade, assinado pela direcção do CCP e líderes comunitários
- Carta de aprovação do SDAE

Como fazer?

- Submeter a versão final do plano de Co-Gestão juntamente com a carta do SDAE e a acta da reunião de validação comunitária a DPMAIP.
- A DPMAIP irá então organizar uma revisão interna do plano e fornecer uma opinião (parecer). A DPMAIP envolverá outros sectores relevantes do governo tais como DPTADER. Se o plano cumprir com os requisitos, a DPMAIP emitirá uma carta reconhecendo-o.
- Se a DPMAIP tiver comentários ou solicitar modificações, o plano volta para a equipa técnica e é reenviado assim que esses comentários forem resolvidos.



- Comentários da DPMAIP



- Não são previstos custos, para além do tempo da equipa técnica

Referências

- Hill N. A. Davidson J. Silva I. Mucave S. Muaves L. Debney A. & Garnier J. (2009) *Coral and Reef Fish in the Northern Quirimbas Archipelago, Mozambique – A First Assessment*. Western Indian Ocean Journal of Marine Science. 8:113–125
- INE (2010) *III Recenseamento geral da população e habitação (2007) Indicadores sociodemográficos distritais, Província de Cabo Delgado*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE) pp30
- McClanahan, T. R., and N. A. Muthiga (2017) *Environmental variability indicates a climate-adaptive center under threat in northern Mozambique coral reefs*. Ecosphere 8(5):e01812. [10.1002/ecs2.1812](https://doi.org/10.1002/ecs2.1812)
- MEF/DEEF (2016) *Pobreza e Bem-Estar Em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional, (IOF 2014/15)* Maputo, Mozambique: Ministerio da Economa e Financas (MEF), Direcção de Estudos Economicos e Financeiros (DEEF). 87 p
- Obura D.O. Church J.E. & Gabrié C. (2012) *Assessing Marine World Heritage from an Ecosystem Perspective: the Western Indian Ocean*. World Heritage Centre, UNESCO
- Samoilys, M.A., Osuka, K., Mussa, J., Rosendo, S., Riddell, M., Diade, M., Mbugua, J., Kawaka, J., Hill, N., Koldewey, H. (2019) *An integrated assessment of coastal fisheries in Mozambique for conservation planning*. Ocean Coast. Manag.182. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2019.104924>
- Samoilys, M., Pabari, M., Andrew, T., Maina, G.W., Church, J., Momanyi, A., Mibei, B., Monjane, M., Shah, A., Menomussanga, M., Mutta, D. (2015) *Resilience of Coastal Systems and Their Human Partners in the Western Indian Ocean*. Nairobi, Kenya: IUCN ESARO, WIOMSA, CORDIO and UNEP Nairobi Convention. x + 74pp
- Rosendo, S. (2016) *Summary Report from the Phase 2 Livelihood Baseline | Our Sea Our Life*, Cabo Delgado, April 2016. Lisbon: Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa (UNL).
- Rosendo, S., M. Daide. (2018) *Summary Report , socioeconomic indicators III | Our Sea Our Life*, Lisbon, August 2018, Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa (UNL). 48 p
- Wanyonyi, I., Crona, B., Rosendo, S. (2011) *Migrant fishers and fishing in the Western Indian Ocean: Socio-economic dynamics and implications for management*. Final Report of Commissioned Research Project MASMA/CR/2008/02. 159 p
- Wanyonyi, I.N., Wamukota, A., Mesaki, S., Guissamulo, A.T., Ochiewo, J. (2016) *Artisanal fisher migration patterns in coastal East Africa*. Ocean Coast. Manag. 119, 93–108. <https://doi.org/10.1016/J.OCECOAMAN.2015.09.006>



Anexos **ANEXOS**

Anexo 1. Resumo do projecto

A abordagem do programa Our Sea Our Life para a conservação marinha com comunidades inclui:

1. Os standards de áreas protegidas 'Locally Managed Marine Areas' (LMMAs) em Áreas de Conservação Comunitária
2. Mecanismos locais de governação e de gestão
3. Meios de subsistência sustentáveis e financiamento ligados aos "custos de oportunidade" da conservação



Para mais informações, visite o nosso website:
zsl.org/conservation/regions/africa/our-sea-our-life
 Siga-nos no Twitter: @OurSeaOurLife
 Contacte-nos: Jeremy.Huet@zsl.org

Obrigado a todos os nossos parceiros:



E aos nossos financiadores:



We're ZSL, an international conservation charity working to create a world where wildlife thrives. Join us at zsl.org

ZSL is a registered charity in England and Wales no: 208728

ZSL | LET'S WORK FOR WILDLIFE

Our Sea Our Life

Criando resiliência para a biodiversidade marinha e comunidades costeiras



Anexo 2. Powerpoint do projecto OSOL exemplo




Programa de Cogestão

Estabelecimento de Áreas de Conservação Comunitárias

“Por uma gestão sustentável das pescarias em Cabo Delgado”



Estrutura:



- Introdução:
- Objectivos geral:
- Objectivos específicos:
- Áreas geograficas do Projecto em Moçambique:
- Grupo alvo:
- Problemas identificados:
- Actividades a contornar os problemas:
- Resultados alcançados:
- Constrangimentos/ Desafios.

2

Breve introdução:




OSOL – Nosso Mar nossa Vida, um projecto vocacionado a apoiar as comunidades Costeira da zona norte de Cabo Delgado em Mocambique, nos Distrito de Palma e Mocimboa da Praia.



3

Objectivos:



Objectivos gerais:

Aumentar o Stock de recursos marinhos pesqueiros através de apoio as comunidades locais no estabelecimento de medidas de Conservação Comunitaria.

Objectivos específicos:

- Apoiar na criação de grupos de interesse do nível local (Grupos de entremares, CCPs entre outros).
- Fortalecer as comunidades locais na governação e gestão dos recursos marinhos e pesqueiros.
- Ajudar na implementação de medidas de Gestão Comunitária

4

Anexo 3. Proposta do Memorando de Entendimento com a DPMAIP



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

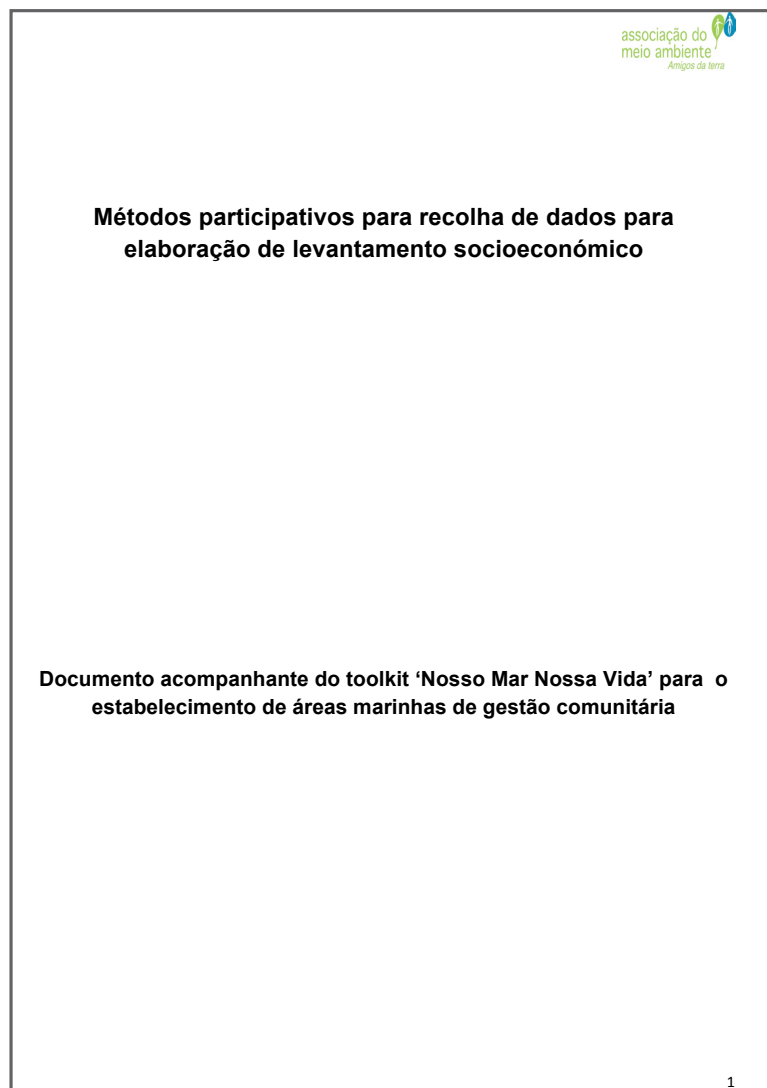
ENTRE

A Direcção Provincial do Mar Águas Interiores e Pesca, adiante designada DPMAIP, localizada na Av. Joaquim Alberto Chipande, Bairro de Alto Gingone, Telefax:272-20666, Pemba, Moçambique representada pelo Sr. [adicionar nome do Director], Director Provincial e;

[adicionar nome da organização], adiante designada por [acronymo], localizada na [adicionar e localização], representada por [nome da pessoa], Coordenador Executivo;

- **Reconhecido** o papel do Estado e a importância de coordenação inter-Institucional na implementação de acções de desenvolvimento;
- **Afirmado** que a comunidade deve assumir a sua luta contra a pobreza, organizado em grupos para melhor intervir na tomada decisões;
- **Assumido** que as comunidades rurais são desenvolvidas, fortalecidas, potencializadas numa base de sustentabilidade que visa ao alcance de projectos promovidas pelas próprias comunidades;
- **Convicto** de que as suas acções serão bem sucedidas se as instituições assumirem que não se alcança um desenvolvimento com estancicidade, sendo por isso necessário a complementaridade inter-institucional e multissetorial que permita a identificação dos mecanismos capazes de prover comunidades rurais de métodos e técnicos que conduzam a processos inovadores de desenvolvimento individual e social;
- **Determinados** na criação de um instrumento comum capaz de criar dinamismo e harmonizar metodologias de intervenção entre as instituições que intevém no Mar e Pesca;
- Assim, **desejando** estabelecer vínculos de cooperação, harmonização de instrumentos metodológicos e de trabalho, técnico profissional e de troca de informação entre as partes; e no espírito de boa fé, ficou acordado e decidido a celebração do presente Memorando de Entendimento que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Anexo 4. Guia de métodos participativos e folhas de recolha de dados



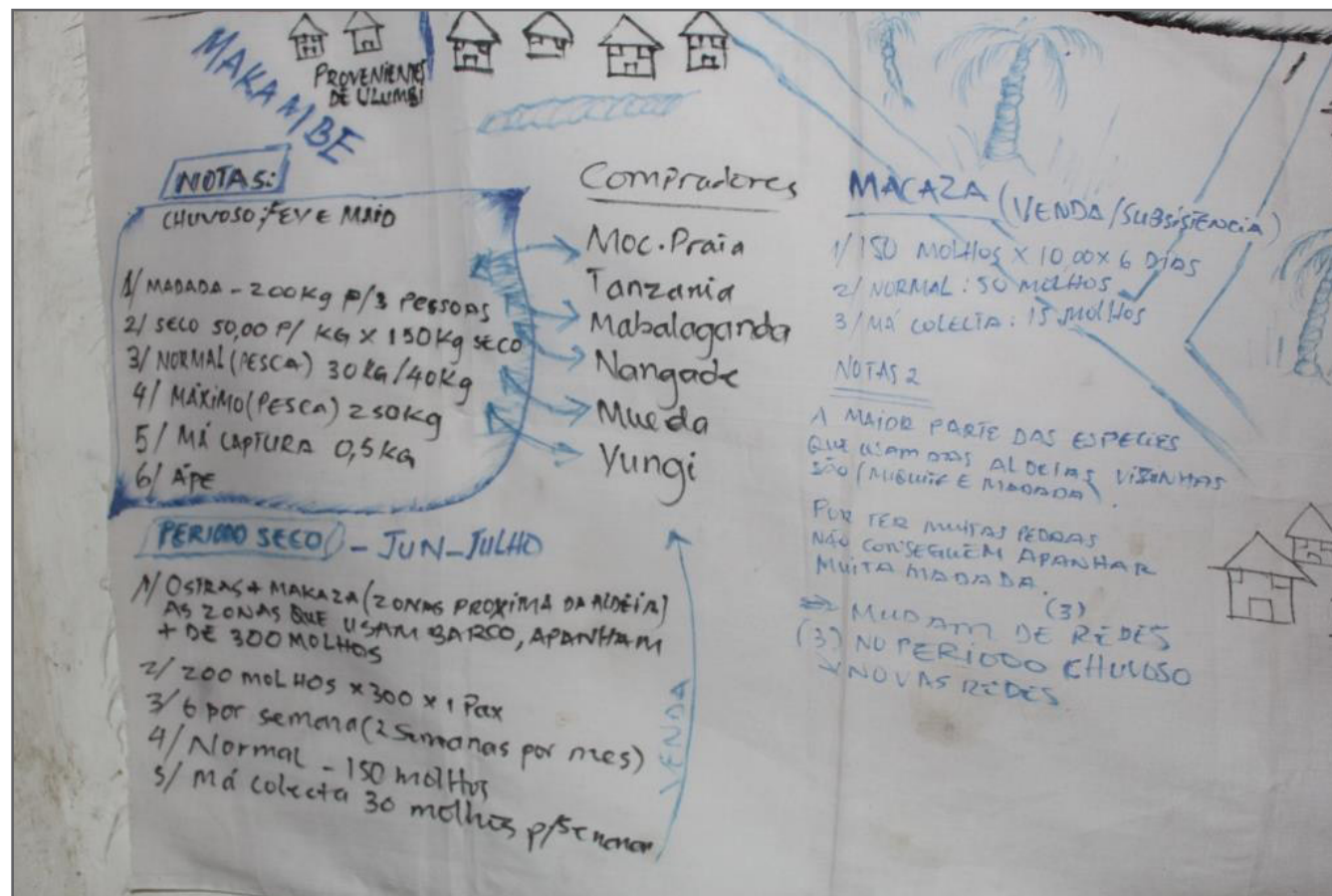
Logo: associação do meio ambiente Amigos da terra

Índice

1	Introdução	3
2	Grupos alvo para os métodos participativos	4
3	Historial da comunidade	6
4	Mapa da comunidade (população e infraestrutura)	11
5	Meios de vida e bem estar	16
5.1	Meios de vida e bem estar (HOMENS).....	16
5.2	Meios de vida e bem estar (MULHERES).....	23
6	Segurança alimentar	30
7	Uso de recursos marinhos	34
7.1	Uso de recursos marinhos (HOMENS).....	34
7.2	Uso de recursos marinhos (MULHERES)	37
7.3	Mapeamento de recursos marinhos e costeiros.....	42
8	Instituições e influencia no uso e gestão de recursos marinhos	44
9	Entrevistas com informantes chave	46
9.1	Entrevista com CCPs.....	46
9.2	Entrevista com os SEDAE	48
10	Estrutura do relatório	50

2

Anexo 5. Registo digital de recolha de dados



Anexo 6. Exemplo do relatório do levantamento socioeconómico

Levantamento socioeconómico das comunidades da segunda fase do programa Nosso Mar Nossa Vida, Cabo Delgado, Moçambique

Sumário executivo

1. Introdução

2. Métodos

3. Contexto ecológico, demográfico e social

Baseado principalmente na informação gerada através do mapa da comunidade, historial da comunidade e informação secundária.

4. Aspetos históricos

Baseado principalmente na informação gerada através do historial da comunidade e informação secundária.

5. Meios de vida

Baseado principalmente na informação gerada pelos métodos dos meios de vida e bem estar. Explorar diferenças entre homens e mulheres.

6. Uso de recursos marinhos

Baseado principalmente na informação gerada pelo mapa de uso de recursos marinhos. Explorar diferenças entre homens e mulheres.

7. Instituições

Baseado principalmente na informação gerada pelo diagrama de Venn.

8. Gestão dos recursos marinhos

Baseado principalmente na informação gerada pelas entrevistas aos CCPs e técnicos do SDAE e historial da comunidade.

9. Questões transversais

9.1 Aspetos de género

Baseado principalmente na informação gerada pelos métodos dos meios de vida e bem-estar, uso de recursos marinhos, historial da aldeia e instituições.

9.2 Indicadores de bem-estar

Baseado principalmente na informação gerada pelos métodos dos meios de vida e bem-estar.

9.3 Indicadores de segurança alimentar

Baseado principalmente na informação gerada pelos métodos da segurança alimentar.

10. Conclusões e recomendações

11. Bibliografia consultada

12. Anexos

Anexo 7. Fichas de recolha de dados e orientações database Excel

Characterisation of the fishery | Rapid livelihood census data collection sheet

Guidelines for Technical staff

1.1 Introduction

The principal objective of this survey is to collect information on the livelihood activities for each household in all villages.

Livelihood activities are what people do to make a living. Specific information on livelihood activities needs to be collected for each household (and all 'economically active individuals'¹ within the household) in each community to understand the total number of people involved in each activity.

This information will be used to inform decisions on which groups/ people should be targeted for VSLAs, for the CCPs, and other project activities. The information will also be very useful for the CCPs in the future for co-management plans, and for designing any financial incentive systems.

1.2 The survey – dos and don'ts

Broad categories, such as 'fishing' should not be used for livelihood activities. Specific fishing techniques should be recorded². For fishing techniques, information on 'vessel' AND 'gear' AND 'target species' should be collected. For techniques with a broad range of species (eg. gill net fishing), broad categories for catch should be included (e.g. "crab", "squid", "small fish", "large fish", "sharks and rays").

The information is to be collected by household, and then by individuals within the household. ALL household members (including children) should be recorded on the data sheet, but the information on livelihood activities is ONLY collected for those people who are economically active.

A household is all the people that live under the same roof and eat out of the same pot. This will need to be defined in local language (Kimwani, Kiswahili or Kimakwe). Sometimes there is more than one household per house, or sometimes (in cases where a husband has two wives) there is more than one house per household.

1.3 Key steps for technical staff

- Make a map of all the houses in the village. Give each house a code on the map.
- Ask someone who knows the village well to guide you around the village. Go from house to house with that person in order to conduct the survey.
- At each house, ask how many households there are: sometimes people sleep under the same roof, but they have separate cooking arrangements, which can indicate they are different households. Each house has a separate code, and each household has a separate code.
- At each house, explain the purpose of the survey prior to asking questions: **participation is not obligatory**.
- Use one data collection sheet for each house.
- Ask the information for each adult household member, filling in the boxes in the table.

¹ Economically active individuals are people making money or food for the household, and usually over the age of 12-13
² Specific fishing techniques are shown in the fisheries monitoring data collection sheets: this can be completed in Kimwani, and includes for example

DATA COLLECTION SHEET FOR THE RAPID LIVELIHOOD ACTIVITY CENSUS

Date:Village.....House code.....
 Technician.....Number of people in the house, including children:.....

Household CODE	Number of people in the household (including children)	Number of economically active people in the household	Household member (name)	Head of household (y/n)	Age	Gender	Wet season			Dry season		
							Principal activity	Secondary activity	Other activities	Principal activity	Secondary activity	Other activities
						M/F						

Anexo 8. Folha de Excel para dados de censos domésticos

Date	Village	House code	Technician	Household code	Number of people in household including children	Number of economically active people in house	Household member name	Head of household (y/n)?	Age	Gender
07.02.2014	Nsange-Ponta	1	Angela	1	7	3	xxxx xxxxx	Y	45-50	M
07.02.2014	Nsange-Ponta	1	Angela	1	7	3	rrrrr rrrrrr	N	38-40	F
07.02.2014	Nsange-Ponta	1	Angela	1	7	3	ttttt ttttt	N	23	M
08.02.2014	Nsange-Ponta	2	Angela	2	6	2	ttttt ttttt	Y	55	M
08.02.2014	Nsange-Ponta	2	Angela	2	6	2	dddd ddddd	N	45	F
08.02.2014	Nsange-Ponta	2	Angela	3	7	5	sssss sssss	Y	28	F
08.02.2014	Nsange-Ponta	2	Angela	3	7	5	jjjjj jjjjj	N	14	F
08.02.2014	Nsange-Ponta	2	Angela	3	7	5	tttt rrrrrr	N	13	M

Anexo 9. Ferramenta de diagnóstico do CCP

SECÇÃO 1: INFORMAÇÃO GERAL	
1.2 Nome do facilitador	
1.2 Data da entrevista	
1.3 Nome de aldeia	
1.3 Nomes dos <i>membros do CCP presentes</i> :	1..... 2..... 3..... 4..... 5..... 6..... 7..... 8..... 9..... 10..... 11..... 12..... 13..... 14..... 15.....
1.4 Total	Total.....Homens.....Mulheres.....

12

Anexo 10. Questionário para avaliação da viabilidade de horticultura

Inquérito sobre Horticultura		
Formulário de Consentimento Informado		
<p>Caros Participantes:</p> <p>A <i>ama</i> está a realizar um levantamento sobre a actividade de Horticultura do Distrito, ligado ao projecto "Nosso Mar, Nossa Vida". O objetivo do estudo é realizar o estudo de base sobre horticultura com vista a colher informações preliminares que vai ajudar na implementação da horticultura aos membros que fazem parte de ACPEs (aqueles que de certa maneira ficaram lesado com a criação da LMMAs).</p> <p>A participação no inquérito é voluntária e que a qualquer momento pode decidir não continuar a responder.</p> <p>Muito obrigado – a equipe do "Nosso Mar Nossa Vida."</p>		
Ordem	Indicadores	Principais respostas
1	Existência ou não de pessoas que praticam a horticultura	
2	Números de associações criadas na área da horticultura	
3	Números de associações treinadas/capacitadas na área da horticultura	
4	Nomes e número das organizações que prestaram apoio técnico e financeiro	
5	Pessoas treinadas ou capacitadas em matéria de horticultura	
6	Lista das culturas desenvolvidas em cada comunidade	
7	O mercado para a venda	
8	Área usada para a produção	
9	Transporte usado para a comercialização	
10	Preços praticados	
11	Finalidade da produção	

Anexo 11. Avaliação biológica

Scientific coral reef surveys

Survey sites

The coral reefs surveyed in northern Cabo Delgado under the Our Sea Our Life Project were selected to correspond to the project village sites and are shown in Figure A1. It is important to note that villages share fishing grounds and therefore these reefs cannot be seen as exclusive fishing grounds to only one village. Of further note, Vamizi reef has been afforded some protection through a local Reserve supported by the Lodge on Vamizi Island. This site also represents a fishing ground for Olumbi village. Twenty-two dives were done to survey corals and reef structure and resilience while 20 dive stations were done survey fish diversity and population abundance. The latter are aggregated to give 10 sites in total for diversity and 11 for abundance. An additional site from 2014 (Quifuki) was added in the presentation of the results because this site was surveyed for corals in 2015.

Coral species richness, reef structure and resilience

Coral species are identified in the field, and a full species list was developed based on field IDs using digital photography as a primary reference and references providing underwater photographs (see Sheppard and Obura 2004). Using species records from successive dives an accumulation curve is established that asymptotes towards a total species richness for the study area.

Estimates of coral reef resilience were made using a method developed by the IUCN working group on Climate Change and Coral Reefs (Obura and Grimsditch 2009). The method compiles data in 6 key areas, deriving simple 1-5 indices from these to enable comparison among different datasets: 1. benthic cover, providing information on general reef state and the balance between corals and algae; 2. Coral community structure (genus level), providing an overview of the coral community and its susceptibility to stress; 3. Coral population structure, measuring the size class distribution of selected genera, including recruitment; 4. Threats to corals, such as crown of thorns seastars; 5. Fish community structure, in particular herbivores; and 6. A broad suite of resilience factors are estimated from the above, or in the field, on a semi-quantitative scale from 1-5. The value of these simple indicators is in communicating on reef health for management, and simple illustrations such as tables coded red, yellow and green for reefs with poor, average and good health.

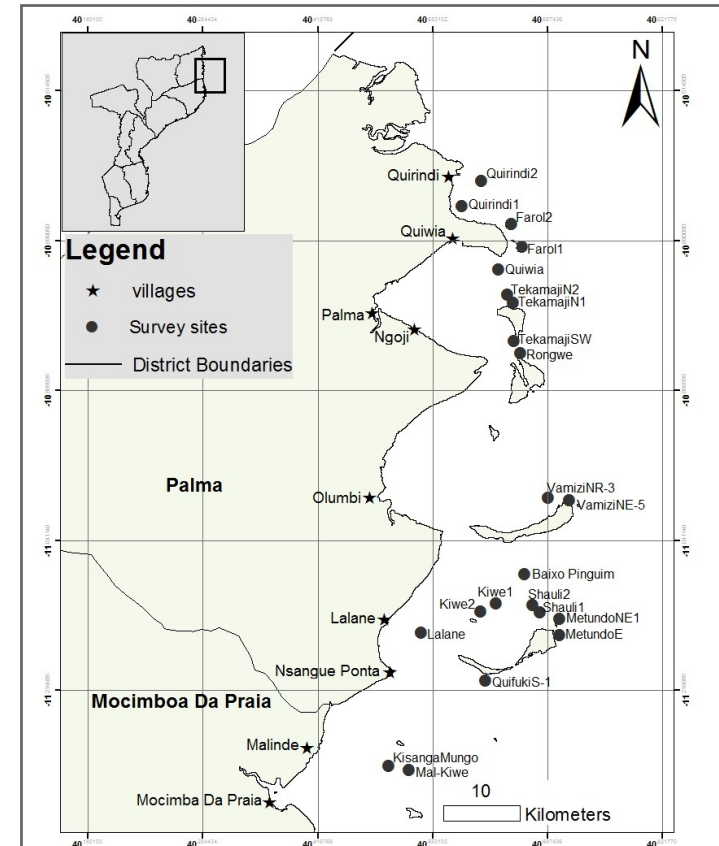


Figure A1.1. Map of all sites surveyed during the OSOL survey.

Fish diversity

To measure the diversity of coral reef fishes we compiled a complete species inventory of 19 families (Table A1.1) at each location. These families were selected based on the following criteria: largest (of all shore fishes); most diverse; known indicators of biogeographical patterns; inclusion of endemics, rare and vulnerable species (special conservation concern);

Anexo 12. Exemplo de estrutura de M&A

Socio-economic M&E framework

Example of socio-economic things we need to count, measure, record and report

Indicators below are key indicators of project success as set out in the various project logframes feeding into the project, except those listed under **Additional**, which are important for us although they're not necessarily used to evaluate the project.

N.	Indicator requirement/s	Indicators monitored	Data source	Funder
1	Enhance food security			
1.1	Average of at least 30% improvement in locally-defined food security indicators for the households (n=500 households) within the two pilot villages by year 3, inc. measures such the number of meals taken with protein, expenditure on food, number of meals skipped by mothers.	Locally defined food security indicators identified through focus groups and incorporated into the household questionnaire. Three were selected from a longer list due to the likelihood of their being affected by project activities, including: - Taking credit from the shops (last month/last year) - Asking neighbours for food (last month/last year) - Selling assets to buy food due to hunger (last month/last year) Changes in Household Dietary Diversity Scores	Focus groups for defining indicators, household survey to collect data on indicators Household survey	
2	Enhance human well-being			
2.1	An average of at least 20% improvement in locally-defined wellbeing scores and material style of life indexes for households (n=500 households) within the two pilot villages by year 3. Households in pilot villages show a 20% increase in living conditions by year 5	Subjective well-being assessment (degree of satisfaction with life) Selected material Style of Life Indicators likely to be directly affected by project activities (i.e. VSLAs): zinc roofs, solar panels, mattresses	Household survey	
3	Increase levels of livelihood diversification			
3.1	At least 150 fishing households from the pilot communities report an increase in the number of non-fishing occupations contributing	Average number of non-fishing occupations for fishing households	Household survey	

Anexo 13. Ficha de inquérito às famílias

Household Survey “Our Sea, Our Lives” Project

Informed Consent Form

Dear participants:

Unilúrio and Univeridade Nova de Lisboa are undertaking a study about the livelihoods of local communities in Palma District in connection with the project “Our Sea, Our Lives”. The project is being implemented in five communities by AMA in collaboration with other institutions. The objective of the study is to better understand how families in this region live. The questions in this survey are about the activities that the household does to get food and earn money, food security, fishing and about household assets and well-being. The survey will last approximately 1 hour. Your personal data and all you say will be kept confidential. Participation in the survey is voluntary and you may decide to stop at any time throughout the survey. There is no direct benefit associated with participating in the survey. There are also no sanctions if you decide not to participate.

Many thanks – the “Our Sea, Our Lives” Team.

Interviewer’s name Date Interviewer’s signature

Before starting the questions, the interviewer should fill out the informed consent form to confirm that the interviewees understand the nature of the study, that participation is voluntary, and that they accept to participate.

1. Survey details

Date:	Village:	Name of interviewer:	Survey ID:
Name of main interviewee:		Relation to head of household	Rapid Census n:

2. Information about the head of the household

2.1 Name:	2.2 Age:	2.3 Gender:	2.4 Education:	2.5 Marital status:
-----------	----------	-------------	----------------	---------------------

2.6 Was the household head born in this community? Yes No

3. Information about household members

3.1 How many people live in your household:

Please provide the following information on all other household members, including the head of household

	Male	Female
3.2 Number of adults		
3.3 Number of children		

1

Anexo 14. Ficha de monitoria das ACPEs

Nome do ACPE: _____ Nome do CO: _____

Semana #: _____ Data: _____

Comentários:

1	Grupo #	
2	Ligação a poupanças externas	Y / N
3	Ligação a créditos externos	Y / N
4	Data da primeira formação	
5	Data de início da poupança	
6	Grupo formado por	
7	# membros na primeira reunião sobre poupança	
8	Data da recolha de dados	
9	# membros activos no momento da visita (ainda ACPE)	
10	# homens activos no momento da visita (ainda no ACPE)	
11	# mulheres activas no momento da visita (ainda no ACPE)	
12	# membros que participaram na reunião	
13	# desistentes desde o início do ciclo	
14	Valor da poupança neste ciclo	
15	# empréstimos pendentes	
16	Valor dos empréstimos pendentes	
17	Anulações desde o início do ciclo	
18	Dinheiro em caixa do fundo de acções, no momento da reunião	
19	Dinheiro em caixa do fundo social, no momento da reunião	
20	Propriedade no início do ciclo	
21	Propriedade actual	
22	Dívidas	

Lucro/prejuízo (calculado em campo)

Linha 16: valor empréstimos pendentes – extra	
Linha 18: Fundo de empréstimo em dinheiro na caixa – extra	
Linha 21: Propriedade actual – Menos	
Linha 14: Valor poupanças deste ciclo – Menos	
Linha 20: Propriedade no início deste ciclo – Menos	

Membr o #	Total # acções adquiridas	Valor dos empréstimos pendentes	Objectivo do empréstimo (fornecer detalhes)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
TOTAL			

Preço de uma acção	
Valor das poupanças deste ciclo	

Anexo 15. Inquérito aos membros de ACPEs

ID no.
Preassigned Code

Inquérito aos membros das ACPE

O objetivo deste inquérito é compreender o impacto das ACPEs na vida e bem-estar dos membros destes grupos. O inquérito é voluntário e a informação recolhida será mantida anónima.

Gostaria de participar neste estudo?

Sim [se sim, continuar com o inquérito]

Não [se não, listar a razão] _____

Secção A: Informação geral

Data da entrevista: _____ Aldeia: _____ Nome da ACPE: _____

Membro # _____ Estação: Chuvosa Seca

Nome completo do entrevistado: _____





Nome do entrevistador: _____

Hora de começo da entrevista: _____

Bom dia/Boa tarde. Gostaria de começar por uma pergunta sobre como se sente, e como vai a sua vida.

1. No geral, como vai a sua vida? *Mahichayeno yasanna? Ou aharyshana? a) Yasana pakulo ou yasana aba? b) Aharyshana ou aharyshana yakuzidy?*

2.

1. Muito insatisfeito	2. Insatisfeito	3. Satisfeito	4. Muito satisfeito
			

Secção B: Composição do agregado familiar e meios de vida
(o agregado familiar são as pessoas que moram na casa e comem juntos na mesma casa)

Agora vou fazer algumas perguntas sobre as pessoas que moram nesta casa.

1. Quem é o chefe de família? O entrevistado Outra pessoa [Nome] _____

Informação sobre o chefe de família

2. Quais as actividades ou trabalhos (kazini) que o chefe de família faz?

Principal: _____ Segunda mais importante: _____

Terceira: _____

3. O chefe da família foi á escola? Sim Não
 Se sim, qua a escolaridade do chefe de família? (indique o grau que completou):

Primeiro ciclo- 1^a e 2^a classe Secundário geral, 8^a a 10^a Universitário

Segundo ciclo, 3^a a 5^a classe Secundário, 11^a a 12^a Outro

Terceiro ciclo, 6^a e 7^a classe Técnico-profissional Não sabe

Observações: _____

4. Qual a idade do chefe de família? _____ Não sabe

5. O chefe de família nasceu nesta aldeia? Sim Não
 Se não, onde nasceu (indicar Aldeia, Distrito e Província) _____

Informação sobre o agregado familiar (pessoas que mora na casa)

6. Contando consigo, quantas pessoas existem nesta família? _____

7. Indique o número de pessoas por cada faixa etária (contando com o entrevistado)

_____ 0-15 _____ 16-24 _____ 25-34 _____ 35- 44

_____ 45-55 _____ 56-64 _____ 65+

8. Contando consigo, quantas pessoas são: Homens _____ Mulheres _____

9. Existe mais alguém nesta família que pertence a um grupo de poupança (ACPE)? Sim Não

10. *Se sim*, quantas pessoas são membros de uma ACPE? _____ Qual o nome das ACPEs a que pertencem?

11. Alguém da família é membro do CCP, de uma associação ou outro tipo de grupo ou organização?
 Sim Não *Se sim, especifique* _____

12. Quantas pessoas nesta família estudam? _____

Indique o numero de estudantes por nível de estudo:

Pré-primário	Primário	Secundário	Técnico-profissional	Universitário

13. Alguém desta família é líder ou ocupa um cargo oficial¹? Sim Não

Se sim, especifique: Nome: _____

Cargo: _____

14. Esta família já alguma vez recebeu apoio de alguma instituição? (por ex. comida, sementes, ajuda financeira)?
 Sim Não
 Se sim, especifique que tipo de ajuda recebeu? _____

¹ Cargo oficial pode ser, por exemplo, chefe da aldeia, chefe da localidade, chefe de bairro, lider do CCP, etc.

2

Anexo 16. Questionário para monitoria de horticultura

INQUÉRITO AOS GRUPO DE HORTICULTURA			
<p>O inquérito tem como objectivo é de realizar um estudo para compreender o impacto da Horticultura na vida e bem das comunidades. E identificar os sucessos e fracassos na implementação da actividade horticultura, se necessário replanificarmos de modo a ultrapassar os fracassos; não só; como também identificar as lições e boas praticas aprendidas para apoiar na réplica para outras comunidades.</p>			
Nome do grupo _____		Aldeia _____	Data _____ / _____ /2018
	Indicadores	Questões para cada indicadores	Questões
1	Antes da ama introduzir Horticultura		
1.1	Pessoas que praticavam a horticultura antes da ama introduzir a horticultura ao nível da comunidade	Conhece alguém na comunidade que praticavam a horticultura antes da ama introduzir a Horticultura aqui na comunidade?	
1.2	Principais culturas desenvolvidas	Que culturas desenvolviam antes da ama introduzir a horticultura	
1.3	Organizações que prestaram apoio ao nível da comunidade	Que organizações ou ONGs que prestaram apoio ao nível da comunidade.	
1.4	Quantidade e qualidade dos produtos	Qual era a quantidade e qualidade dos produtos?	
1.5	Área de cultivo em hectares	Qual era a área de cultivo em termos de hectares que as pessoas cultivavam?	
1.6	O Mercado de venda	Onde é que eram comercializados os produtos alcançados?	
1.7	Demanda de procura e oferta	O que acontecia quando produzia em pequenas quantidades e quando produziam em grande quantidade em relação ao preço?	
1.8	O meio de transporte usado	Que meio de transporte usavam para escoar os produtos	
1.9	O preço de Venda	Qual é era o preço de venda de cada produto?	

Anexo 17. Ferramenta para avaliação da eficácia da LMMA

LMMA evaluation - CCP status and management activities

(Draft & a working document)

1. Introduction

Assessing the performance of LMMAs is important to help CCPs and other stakeholders to identify progress and changes needed to improve LMMA management and, ultimately, effectiveness. This document aims to identify key criteria to evaluate LMMAs, focusing on CCP functioning and LMMA management procedures and actions. It is not a fully functioning LMMA evaluation tool, and requires evaluation criteria to be further developed into SMART indicators (Specific, Measurable, Achievable, Relevant and Time-bound). Its intention is to provide the basis to develop a fully functional tool. This document will be updated as the LMMA evaluation tool is further developed and trialed in the context of Our Sea Our Life.

For more information on this tool please contact:

Gildas Andriamalala, gildas.andriamalala@zsl.org

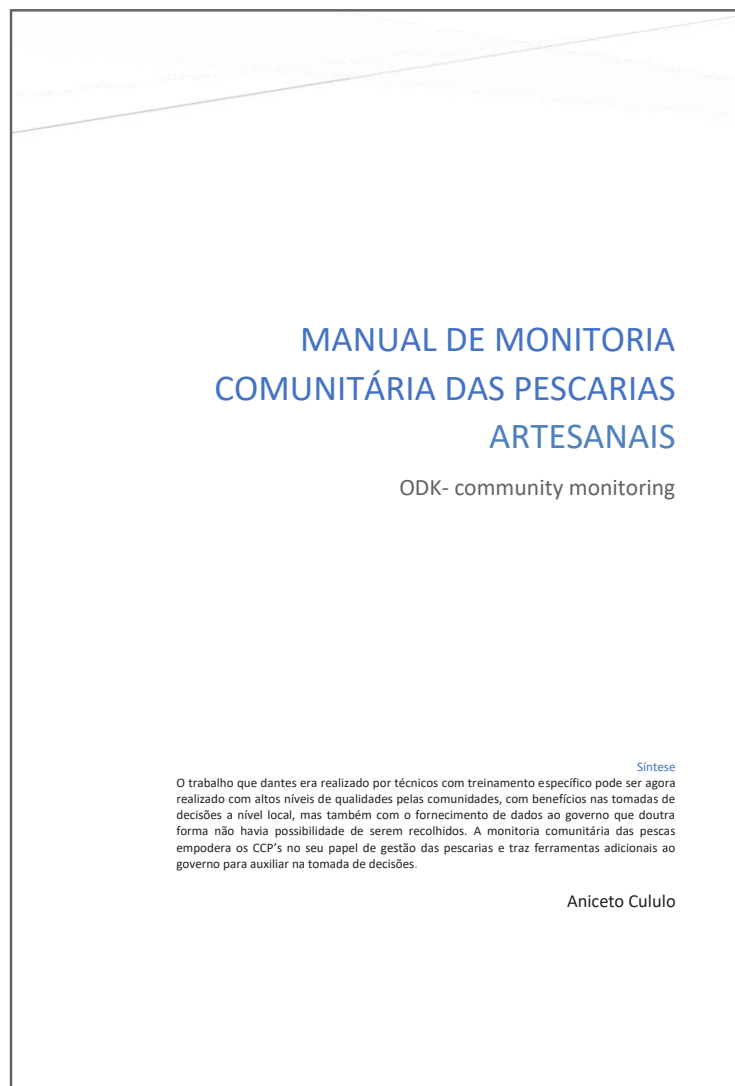
Sérgio Rosendo, sergiorosendo@fcsb.unl.pt

Scoring system

0	Fails to meet criteria
1	Criteria very poorly met
2	Criteria poorly met
3	Criteria satisfactorily met
4	Criteria very well met
5	Criteria excellently met

Categories	Score	Explanation	Proposed improvement
I-CCP status			
1-Organization			
Appropriate number of members		The CCP has at least 15 members	
Representativeness of CCP		The CCPs represents in its membership the various marine resource user groups, including fishers of different gears, youth, women, leaders, traders and migrant fishers (if present in the community)	
Gender		At least 1/3 of CCP members are women	
Leadership posts		All leadership posts in the CCP are filled	
Understanding of CCP roles and responsibilities		All members understand the roles and responsibilities of the CCP	
Officers' understanding of their roles and responsibilities		All CCP officers understand their roles and responsibilities	
CCP functioning		The CCP conducts regular internal meetings with clear objectives	
2-Legitimacy			
Community understanding		Communities understand the role of the CCP	
Community respect		The CCP earns the respect of the community	
Legal status		The CCP is legalised by a dispatch from the Ministry dealing with fisheries	
3-Infrastructure			

Anexo 18. Guia de ODK



Índice	
Qual a necessidade?	1
Como iniciar?	1
Visão geral	2
Equipe técnica	3
Instruções para instalação da aplicação móvel nos telemóveis	3
Apresentação ao CCP's	11
Auscultação do CCP sobre as artes de pesca e espécies de importância local	11
Seleção voluntaria de membros do CCP's para Capacitação	11
Capacitação dos CCP's no uso de ODK	11
Capacitação do CCP para a interpretação dos resultados	15
Divulgação dos resultados dos CCP's aos pescadores (técnicas de comunicação dos CCP as comunidades)	17
Actividades de Sustentabilidade	17
Instruções para exportar (Download) dados do servidor	20
Tratamento dos dados certificação da qualidade e produção de gráficos	22
Retorno dos dados aos app do CCP	22
Divulgação dos resultados dos CCP's aos pescadores (técnicas de comunicação dos CCP às comunidades)	22

Anexo 19. Guia de recolha de dados de CPUE

Fishery catch landings data collection

A rapid survey of the artisanal fishery in Cabo Delgado was done in December 2013 to broadly define the gears, species and the method of landing catches in the villages in order to design the fishery data collection process in detail. Fishing occurred in three broad habitat zones of intertidal, coral reef and pelagic waters. This was followed up in January - February 2014 with training the field technicians stationed at each village in the principles of fisheries data collection including species identification, trialing the datasheets, assessing data quality, refining the field methods. Data collection commenced in late January 2014 and ended in December 2015 in all villages except Malinde, which started in March 2015.

The field technicians walked the beach to intercept fishers bringing their catch ashore since fixed landing sites are not a feature of these fisheries. Sampling was conducted on a monthly basis each year because shorter time series are unlikely to produce reliable estimates (Harley et al., 2001). Data were collected six days per month distributed in the neap and spring tides with more data collection during spring tides, since both men and women tend to fish more during this tidal period.

During each sampling day, the technician in each village collected catch and effort data for a minimum of four hours to maximise collecting catches that came from all three coastal habitats. The variables recorded are shown in Table A 3.1 and included fishing ground name, total catch weight (kg), species and number of individuals per species/taxa group.

Where the catch was large, a subsample was taken to count the number of fish per species in the catch. The catch was identified to species or aggregated taxa such as genus or family, using local and/or Portuguese names. These were later transcribed to English and scientific names. Photographs were taken for uncertain species for later identification.

Table A3.1. Fish catch landings data sheet used in the creel surveys.

Our Sea Our Life: FISHERY CPUE SURVEY DATA SHEET


LANDING SITE/VILLAGE..... Centro de pesca				DATE.....				
DATA COLLECTOR				RECORDING TIME start, finish				
Each record ID represents ONE catch (Cada ID de registro representa uma captura). 2nd table lists species from same ID in first table.								
RECORD ID	TIME OF CATCH AT SHORE <i>Tempo de chegada a costa</i>	VESSEL & TYPE <i>tipo de barco / pé</i>	GEAR <i>arte de pesca</i>	NUMBER OF FISHERS <i>numero de pescadores</i>	FEMALE/ MALE <i>feminino / masculino</i>	HOURS FISHED: Start Finish (tot. hr)	TOTAL CATCH WEIGHT (g) <i>Peso total</i>	FISHING ZONE <i>Zona de Pesca</i>
RECORD ID (above)	FISH TYPE (FAMILY/SPECIES) Tipo de peixe				NO. OF FISH numero de peixes	CATCH WEIGHT (g) peso	NOTES	

O documento completo pode ser encontrado [aqui](#)

Anexo 20. Modelo de estatuto do CCP

Quarta-feira, 5 de Julho de 2006 III SÉRIE — Número 27

JJS SANTANA



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, lido e autenticado: Para publicação no «Boletim da República.»

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESPACHO

Um grupo de cidadãos requereu ao Ministério da Justiça o reconhecimento da Kulungwana – Associação para o Desenvolvimento Cultural, como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição.

Apreciados os documentos entregues, verifica-se que se trata de uma associação que prossegue fins lícitos, determinados e legalmente possíveis cujo o acto de constituição e os estatutos da mesma cumprem o escopo e os requisitos exigidos por lei, nada obstante, ao seu reconhecimento.

Nestes termos e no disposto no n.º 1 do artigo 5 da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, e artigo 1 do Decreto n.º 21/91, de 3 de Outubro, vai reconhecida como pessoa jurídica a Kulungwana – Associação para o Desenvolvimento Cultural.

Ministério da Justiça, em Maputo, 10 de Maio de 2006. — A Ministra da Justiça, *Esperança Machavela*.

DESPACHO

Um grupo de cidadãos da Associação Moçambicana de Obstetras Ginecologistas requereu ao Ministério da Justiça o reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição.

Apreciados os documentos entregues, verifica-se que se trata de uma associação que prossegue fins lícitos, determinados e legalmente possíveis e que o acto de constituição e os estatutos da mesma cumprem o escopo e os requisitos exigidos por lei, nada obstante, ao seu reconhecimento.

Nestes termos e no disposto no n.º 1 do artigo 5 da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, e artigo 1 do Decreto n.º 21/91, de 3 de Outubro, vai reconhecida como pessoa jurídica a Associação Moçambicana de Obstetras Ginecologistas.

Ministério da Justiça, em Maputo, 16 de Novembro de 2004. — O Ministro da Justiça, *José Ibraimo Abudo*.

DESPACHO

Um grupo de cidadãos da GADC – Grupo de Ajuda para Desenvolvimento Comunitário, requereu ao Ministério da Justiça, seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos da constituição.

Apreciados os documentos entregues, verifica-se que se trata de uma associação que prossegue fins lícitos, determinados e legalmente possíveis e que o acto de constituição e os estatutos da mesma cumprem o escopo e os requisitos exigidos por lei, nada obstante, o seu reconhecimento.

Nestes termos e no disposto no n.º 1 do artigo 5 da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, e artigo 1 do Decreto n.º 21/91, de 3 de Outubro, vai reconhecida como pessoa jurídica a GADC – Grupo de Ajuda para o Desenvolvimento Comunitário.

Ministério da Justiça, em Maputo, 23 de Junho de 2004. — O Ministro da Justiça, *José Ibraimo Abudo*.

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS
Direcção Nacional de Minas

LEONIO SANTANA CHIMARI ZENE

AVISO

Em cumprimento do disposto no artigo 14 do Regulamento da Lei de Minas, aprovado pelo Decreto n.º 28/2003, de 17 de Junho, faz-se saber que por despacho de S. Ex.ª a Ministra dos Recursos Minerais, de 14 de Fevereiro de 2006, foi atribuída à Kapromu, Limitada, a Licença de Prospeção e Pesquisa n.º 1297L, válida até 14 de Fevereiro de 2011, para água-marinha, berilo, quartzo e turmalina, no distrito de Alto Molócué, província da Zambézia, com as seguintes coordenadas geográficas:

Vértices	Latitude	Longitude
1	15° 30' 00"	37° 24' 00"
2	15° 30' 00"	37° 27' 00"
3	15° 32' 45"	37° 27' 00"
4	15° 32' 45"	37° 24' 00"

Direcção Nacional de Minas, em Maputo, 14 de Fevereiro de 2006. — A Directora Nacional de Minas, *Fátima Jussub Momade*.

AVISO

Em cumprimento do disposto no artigo 14 do Regulamento da Lei de Minas, aprovado pelo Decreto n.º 28/2003, de 17 de Junho, faz-se saber que por despacho de S. Ex.ª a Ministra dos Recursos Minerais, de 4 de Maio de 2006, foi atribuída à Joaco Cimentos, Limitada, a Concessão Mineira n.º 1292C, válida até 27 de Abril de 2011, para areia e pedra de construção, no distrito de Moamba, província do Maputo, com as seguintes coordenadas geográficas:

Vértices	Latitude	Longitude
1	25°36'30.00"	32° 9'30.00"
2	25°36'30.00"	25°40'15.00"
3	25°38'0.00"	25°10'15.00"
4	25°38'0.00"	25° 9'30.00"

Direcção Nacional de Minas, em Maputo, 8 de Maio de 2006. — A Directora Nacional de Minas, *Fátima Jussub Momade*.

ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE PESCA (CCP)

DE
BANDAR

CAPÍTULO I
Da Denominação, Âmbito, Natureza, Sede e Duração

Artigo 1
Denominação

Com a denominação Conselho Comunitário de Pesca de é constituída uma organização comunitária de pesca, abreviadamente designada por CCP de que se regerá pelos presentes estatutos.

Artigo 2
Âmbito de actuação

1. O CCP de é uma organização comunitária que desenvolve as suas actividades dentro da respectiva área geográfica.

2. A área geográfica do CCP de estende-se ao longo da costa desde o centro de pesca de até e até três milhas da costa.

Artigo 3
Natureza

1. O CCP de é uma associação sem fins lucrativos e dotada de autonomia administrativa e financeira.

2. O CCP é uma organização comunitária de pesca, que tem a tarefa de contribuir a gestão participativa das pescarias, de garantir o cumprimento das medidas de gestão vigentes, de gerir os conflitos resultantes da actividade da pesca, tendo em vista a sustentabilidade das actividades na sua área geográfica e a melhoria das condições de vida da população local.

Artigo 4
Sede

O CCP de tem a sua sede no bairro....., na localidade de....., Posto Administrativo de Distrito de.....

Artigo 5
(União de CCP's)

1. Por decisão da Assembleia Geral do CCP de poderá associar-se a outros CCP's com vista à constituição de uma União de CCP's.

2. A União de CCP's não carece de autorização mas deverá ser criada por um Acordo de União onde conste a vontade das partes e as formas de representação.

Anexo 21. Regulamento interno do CCP

REGULAMENTO INTERNO DO CCP DE.....

I

INTRODUÇÃO

O CCP deé uma associação de pescadores, pessoas influentes da zona, líderes religiosos, patrões de pescadores, e mais outros que contribuem na preservação dos recursos marinhos e pesqueiros sem fins lucrativos dotada de uma autonomia financeira.

São membros do CCP de Todos aqueles que residemque cobre a AP

II

OBJECTIVO

O CCP detem como objectivo contribuir na preservação marinha e pesqueiro;

O CCP de.....tem como tarefa de mobilizar os pescadores a usarem artes nocivas durante a actividade de pesca;

O CCP tem como tarefa de informar a ADNAP (a Delegação da Administração Pesqueira de Cabo Delgado sobre as mudanças climáticas a se registar numa determinada zona e que resultaram da morte de muito pescado;

Implementação e controle de medidas correctivas que permitem a utilização do recurso numa forma sustentável;

O CCP tem como tarefa de controlar a área de conservação decretada em consenso pela comunidade e pescadores da área;

O CCP tem como tarefa de consultar aos pescadores e pessoas influentes da zonas da zona sobre o número de pescadores emigrantes a receberem para efectuarem de campanhas de pesca num determinado período (decisão tomada pela assembleia geral do CCP).

O CCP tem como tarefa de consultar e apresentar o governo local sobre os problemas que superam o seu nível em acompanhar até desfecho.

ACTIVIDADES DO CCP DE

III

O CCP DEreunirá semestralmente para realizar a assembleia geral, na qual serão convidados representantes das associações de pescadores, comerciantes, grupos de

PCR's, comissões de gestão de mercados, líderes religiosos, comunitários e outros representantes das instituições do governo e Organizações que ligadas a pesca;

DIREITOS DOS MEMBROS DE CCP

Votar e ser votado para escolha de membros o comité de direcção;

Pagar pontualmente as quotas no CCP;

Utilizar os bens do CCP de.....de acordo com os fins pelos quais existem;

Só os membros efectivos «e que tem direito de votar e serem votados;

Os membros do CCP detêm direito de propor a demissão dos membros do comité de direcção e a qualquer membro que tiver uma conduta não favorável:

Os membros do CCP de..... têm direito de fiscalizar e capturar os infractores e encaminhar aos superiores hierárquico;

Os membros do CCP detêm direito de acompanhar a movimentação dos fundos geridos pelo CCP;

Os membros do CCP detêm direito de reclamar a votação quando não haver a transparência;

Os membros do CCP detêm direito de propor a expulsão, suspensão ou subida de cargo de um membro efectivo para cargos de chefia se achar se competente;

Os membros do CCPtêm direito de propor a realização de encontro para harmonização das actividades, efectuar denuncias e lançamento de novas estratégias;

Os membros do CCP detêm direito de participar no comité distrital de co-gestão e tomar palavra sobre alguma melhoria;

Os membros do CCP detêm direito de participar no comité Provincial de co-gestão em representação de outros membros de CCP's e com direito a palavra sobre a gestão dos recursos pesqueiros.

DEVERES

V

1. Os membros do CCP têm o dever de conhecer suficientemente o Estatuto Tipo dos CCP's para permitir que os seus membros estejam integrados dentro das normas vigentes sobre o processo de gestão participativa dos recursos pesqueiros;
2. Um CCP deve ter sede local onde são realizados encontros e resolvidos problemas ligados a pesca artesanal.
3. Todas as solicitações aos membros do Conselho Comunitário de Pesca devem ser respeitadas e os membros devem se apresentar no local o mais cedo possível;

Anexo 22. Legislação nacional- CCP

550	I SÉRIE — NÚMERO 50
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO VII Disposições finais e revogatórias ARTIGO 29 Período transitório</p> <p>Quando razões ponderosas a apresentar fundamentalmente pela entidade habilitada o justifiquem, poderá a IGS autorizar, excepcionalmente, por um prazo não superior a dois anos, a aplicação progressiva do regime das garantias financeiras regulado neste Decreto, em relação às provisões para riscos em curso e para desvios de sinistralidade se, à data de entrada em vigor deste Decreto, a mesma se encontrar legalmente em exercício de actividade na República de Moçambique.</p> <p style="text-align: center;">ARTIGO 30 Revogação</p> <p>São revogadas todas as disposições que contrariem o disposto no presente diploma.</p> <p>Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 14 de Outubro de 2003.</p> <p>Publique-se.</p> <p>O Primeiro-Ministro, <i>Pascoal Manuel Mocumbi</i>.</p> <hr style="width: 10%; margin: 10px auto;"/> <p style="text-align: center;">Decreto nº. 43/2003 de 10 de Dezembro</p> <p>A Lei nº. 3/90, de 26 de Setembro, Lei das Pescas, que define o quadro geral da acção da administração pesqueira e das actividades dos agentes económicos, atribui competência ao Conselho de Ministros para adoptar regulamentos destinados a assegurar a sua execução. É neste contexto que o Decreto nº. 16/96, de 28 de Maio, aprovou o Regulamento da Pesca Marítima que vinha respondendo às necessidades gerais e específicas do desenvolvimento sustentado da pesca marítima.</p> <p>Mostrando-se necessário actualizar o supra citado Regulamento, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº. 1 do artigo 153 da Constituição da República, conjugado com o artigo 69 da Lei nº. 3/90, de 26 de Setembro, o Conselho de Ministros decreta:</p> <p>Artigo 1. É aprovado o Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR) que, com os respectivos anexos, é parte integrante do presente Decreto.</p> <p>Art. 2. O Ministro das Pescas poderá delegar as competências que lhe são atribuídas no Regulamento Geral da Pesca Marítima.</p> <p>Art. 3. Sem prejuízo das disposições gerais previstas no Regulamento Geral da Pesca Marítima, o Ministro das Pescas poderá adoptar por Diploma Ministerial regulamentação específica para cada pescaria que a pesca marítima engloba.</p> <p>Art. 4. É revogado o Decreto nº. 16/96, de 28 de Maio, que aprovou o Regulamento da Pesca Marítima e os respectivos anexos.</p> <p>Artigo 5. O disposto no número 1 do artigo 110 do Regulamento Geral da Pesca Marítima, ora aprovado, produz efeitos 12 meses após a sua entrada em vigor.</p>	<p>Artigo 6. O presente Decreto entra em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2004.</p> <p>Aprovado em Conselho de Ministros, aos 28 de Outubro de 2003.</p> <p>Publique-se.</p> <p>O Primeiro-Ministro, <i>Pascoal Manuel Mocumbi</i></p> <p style="text-align: center;">Regulamento Geral da Pesca Marítima</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I Disposições gerais ARTIGO 1 (Objecto)</p> <p>O presente Regulamento tem por objecto regulamentar as disposições da Lei n.º 3/90, de 26 de Setembro, Lei das Pescas, relativas à actividade da pesca marítima.</p> <p style="text-align: center;">ARTIGO 2 (Definições)</p> <p>Para efeitos do presente Regulamento, sem prejuízo das definições contidas na Lei das Pescas, as expressões que se seguem significam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Afretamento: quando o proprietário da embarcação de pesca, ou quem o represente, a entrega a um armador, o afretador, com ou sem opção de compra, detendo esta a respectiva gestão, por um determinado período de tempo. 2. Águas interiores marítimas: as águas situadas para além das linhas de base e sujeitas à influência das marés. 3. Águas marítimas: a zona económica exclusiva, o mar territorial e as águas interiores marítimas. 4. Alto Mar: as partes do mar não incluídas na zona económica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores de um Estado, nem nas águas arquipelágicas de um Estado arquipélago. 5. Armadilhas: artes de pesca fixas que se utilizam para capturar peixes, moluscos ou crustáceos, concebidas e implantadas de tal modo que permitam a entrada de espécies aquáticas e dificultem o mais possível a respectiva saída. 6. Arte de pesca abandonada na água: toda a arte de pesca que não se encontre devidamente identificada e sinalizada ou sobre a qual o comandante da embarcação de pesca ou o seu armador tenham perdido o controlo. 7. Campanha de pesca: o mesmo que viagem, ou seja, o período que decorre desde a largada de uma embarcação de pesca, para a pesca, até à sua primeira entrada em porto. 8. Capturas acessórias ou fauna acompanhante: quaisquer espécies aquáticas capturadas durante uma operação de pesca orientada para a captura de uma ou mais espécies alvo. 9. Centro de Monitorização e Vigilância (CMV): centro instalado em terra sob a dependência do Ministério das Pescas e destinado a garantir o controlo das embarcações de pesca com o Dispositivo de Localização Automática (DLA) instalado a bordo e que se encontram a operar em águas marítimas nacionais ou em águas de Estados terceiros ou no alto mar. 10. Comandante de embarcação de pesca: o tripulante constante do rol da matrícula como responsável pela embarcação de pesca. 11. Construção de embarcação de pesca: o fabrico duma embarcação de pesca quer a partir do lançamento duma quilha nova quer a partir duma quilha já existente.

10 DE DEZEMBRO DE 2003	551
<p>12. Corrico: arte de pesca constituída por um aparelho de anzol que actua à superfície ou à subsuperfície, rebocado por uma embarcação de pesca, utilizando isca viva ou morta ou amostra artificial.</p> <p>13. Defeso: áreas e épocas de interdição da pesca para protecção da desova.</p> <p>14. Diário de Bordo de Pesca: o livro fornecido e autenticado pelo Ministério das Pescas destinado ao registo da actividade das embarcações de pesca licenciadas.</p> <p>15. Dispositivo de Localização Automática (DLA): equipamentos de monitorização contínua e automática, via satélite, instalado a bordo das embarcações de pesca genericamente designado por caixa azul.</p> <p>16. Dispositivo flutuante para concentração de cardumes: qualquer sistema flutuante, fundeado ou de deriva, destinado a atrair e a concentrar cardumes, em particular os de espécies migratórias.</p> <p>17. Esforço de pesca: a medida da intensidade com que a pesca é exercida sobre uma espécie aquática determinada, por uma unidade de pesca, embarcação ou arte de pesca, cuja unidade de medida é variável podendo ser, entre outras, o número de embarcações de pesca, o número de pescadores, o número de horas de pesca, a quantidade de artes de pesca ou o número de lances.</p> <p>18. Espécie alvo: espécie ou espécies aquáticas cuja captura está autorizada e que não seja considerada captura acessória ou fauna acompanhante.</p> <p>19. Espécies aquáticas: organismos que encontram na água o seu meio normal ou mais frequente de vida.</p> <p>20. Experiências de máquinas: operações realizadas por uma embarcação de pesca após a modificação, reparação ou substituição de equipamentos mecânicos, eléctricos e electrónicos, com vista a testar o seu funcionamento.</p> <p>21. Fiscal de pesca: funcionário e outro agente de fiscalização do Ministério das Pescas credenciado para efeitos de fiscalização das actividades de pesca com vista a garantir o cumprimento da legislação pesqueira.</p> <p>22. Fiscalização: acção de supervisão com vista a garantir o cumprimento da legislação pesqueira.</p> <p>23. Fontes luminosas para atração do pescado: qualquer estrutura disposta de um ou mais focos de luz preparados especificamente para atrair o pescado, independentemente de estar a bordo da embarcação de pesca principal ou de embarcação auxiliar, ou de ser um simples suporte flutuante, não sendo como tal consideradas as luzes de posição e de sinalização das embarcações envolvidas.</p> <p>24. Ganchoira: arte de pesca de arrastar, destinada à captura de bivalves, constituída por uma armação metálica com um pente de dentes ou com um varão ou tubo cilíndrico na parte inferior, à qual está ligado um saco de rede que serve para a recolha de bivalves.</p> <p>25. Linha de mão: arte de pesca constituída por um aparelho de anzol, com um ou mais anzóis, que actua normalmente ligado à mão do pescador.</p> <p>26. Milha: milha náutica, correspondente a 1852 metros.</p> <p>27. Modificação de embarcação de pesca: qualquer alteração estrutural realizada numa embarcação de pesca e seus apetrechos,</p>	<p>nomeadamente guinchos ou cabrestantes, bem como qualquer alteração ao sistema de propulsão instalado, incluindo a substituição de motores, ou qualquer alteração ao sistema de refrigeração e congelação, ou qualquer alteração no equipamento electrónico de navegação ou de detecção de espécies aquáticas instalado a bordo.</p> <p>28. Monitorização: acção de acompanhamento das actividades de pesca por meio de recolha, registo, processamento, análise e divulgação de informação da pesca.</p> <p>29. Palangre: arte de pesca constituída por aparelhos de anzol formados basicamente por uma linha ou cabo denominado madre, de comprimento variável, do qual partem baixadas com anzóis, podendo ser fundeados ou de deriva, consoante são ou não fixados ao fundo marinho.</p> <p>30. Pesca: tal como definido na Lei das Pescas, incluindo os preparativos de pesca, a pesca submarina, a caça de mamíferos aquáticos e a apanha de corais e de conchas ornamentais ou de colecção.</p> <p>31. Pesca ilegal: qualquer actividade de pesca ou conexa de pesca desenvolvida em violação da legislação pesqueira ou das normas internacionalmente aceites.</p> <p>32. Pesca marítima: a pesca praticada nas águas marítimas.</p> <p>33. Pesca submarina: a pesca praticada por pessoas em flutuação na água ou em imersão, em apneia ou dotada de meios de respiração artificial, com ou sem o auxílio de embarcação de pesca.</p> <p>34. Porto base: aquele no qual a embarcação de pesca faz normalmente as matrículas da sua tripulação, prepara e inicia as suas actividades de pesca.</p> <p>35. Pescaria fechada: pescaria em regime de não acesso a embarcações de pesca ou a empreendimentos que directa ou indirectamente incidam sobre a exploração de um recurso pesqueiro e que iniciem ou impliquem um aumento de esforço de pesca sobre esse recurso.</p> <p>36. Porto de pesca: local com áreas especialmente destinadas à acostagem de embarcações de pesca e destinadas a realizar actividades de abastecimento, manuseamento, acondicionamento, armazenamento, exposição, venda, carga, descarga e despacho de produtos da pesca e de outros insumos destinados à actividade de pesca.</p> <p>37. Potência propulsora: a força motriz do motor ou motores propulsores instalados na embarcação de pesca.</p> <p>38. Preparativos de pesca: fundear, amarrar, estacionar ou pairar nos locais de pesca, bem como neles navegar com as artes de pesca prontas a serem utilizadas.</p> <p>39. Princípio da precaução: a adopção de medidas preventivas relativas à preservação, gestão e exploração dos recursos pesqueiros bem como dos ecossistemas marinhos, quer por necessidade de prevenir situações que possam pôr em causa a sustentabilidade dos recursos pesqueiros quer pelo grau de incerteza do conhecimento científico existente em cada momento.</p> <p>40. Produtos da pesca: recursos pesqueiros capturados no decurso da pesca.</p> <p>41. Quota de pesca: a quantidade limite de captura concedida a uma embarcação de pesca ou a um grupo de pescadores artesanais para um determinado período de tempo.</p> <p>42. Recife artificial: conjunto de elementos ou módulos, constituídos por diversos materiais inertes, que se lançam sobre o leito marinho a fim de favorecer a fixação, preservação e reprodução das espécies.</p>

Anexo 23. Modelo da carta para pedido de legalização do CCP ao Ministro do MIMAIP

EXMO SENHOR MINISTRO DO MAR ÁGUAS, INTERIORES E PESCA

=DISTRITO=

[nome e apelido], [estado civil], natural de [distrito], de nacionalidade Moçambicana, portador do bilhete de identidade nº [numero], emitido aos [data] e residente no distrito de [distrito] em [comunidade], vem nos termos do Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR), aprovado pelo Decreto nº 43/2003, de 10 de Dezembro, venho mui respeitosamente requerer a V. Excia se digne autorizar a legalização do CCP de [comunidade], cuja a missão e contribuir, dentro da sua área geográfica, na gestão participativa das pescarias, na garantia do cumprimento das medidas de gestão vigentes e na gestão de conflitos resultantes da actividade.

Pede Deferimento

[distrito], aos [data]

Anexo 24. Orientações e materiais para ligar as ACPEs à Co-Gestão

Fundo Ambiental em Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimo

SESSÃO I - Por que o mar é importante para você?

Resultados esperados

- Membros da comunidade ganham maior compreensão da importância do mar
- Os membros da comunidade reconhecem a necessidade de proteger os habitats marinhos

Processo

O facilitador deve iniciar a sessão perguntando aos membros da ACPE:

por que o mar é importante para eles? Certifique-se de que um **ambiente descontraído** esteja definido e que todos sejam **incentivados a compartilhar** suas ideias.

O facilitador **resume as respostas dos membros** da ACPE enumerando as respostas dominantes - sublinhando que os próprios membros da ACPE podem confirmar que o mar é vital como suporte de vida. **O facilitador também fornecerá insumos adicionais**, conforme descrito abaixo, ele também pode utilizar recursos visuais e outros materiais para facilitar uma melhor compreensão.

Insumos sobre a importância do mar

O mar mantém a nossa vida na terra, fornecendo aos humanos básicos a necessidade de sobrevivência - ar / oxigênio, comida, água e abrigo:

1. O ar de cerca de dois de cada cinco respirações que tomamos vem do mar. Antes de compartilhar esta informação com os participantes, o facilitador pedirá que eles inspirem e expirem cinco vezes. O facilitador lhes dirá então que o oxigênio de cerca de dois de cada cinco respirações que fazemos vem do oceano e termina perguntando o que acontece se prejudicarmos a capacidade do oceano de produzir oxigênio poluindo-o.

2. O mar é uma importante fonte de comida. Muitos de nós obtêm proteínas de peixe e outros produtos retirados do mar. Os médicos agora dizem que comer peixe é melhor do que comer frango ou outra carne animal. O óleo que obtemos de comer mais peixe é bom para a nossa saúde, enquanto muitas doenças estão ligadas a comer carnes.

3. O mar também fornece nossa água potável. O mar é parte integrante do ciclo da água. A água do mar evaporada junta-se no ar para formar nuvens e, quando o vapor da nuvem esfria, cai como chuva. Todos os anos milhões de litros de água evaporam dos oceanos e caem como chuva sobre campos, lagos e rios - que colhemos para beber e para outros usos. Sem água para beber e para cultivar comida, o que você acha que acontecerá conosco?

4. O mar nos fornece abrigo. O ecossistema marinho inclui barreiras naturais que nos protegem dos efeitos de desastres naturais. Corais e manguezais quebram ondas fortes e ventos que podem destruir nosso abrigo. O capim-mar e os manguezais se ligam a areia que, de outra forma, pode sofrer erosão, afetando os abrigos ao longo das costas.

5. Como o oceano pode apoiar ainda mais a nossa vida cotidiana? O facilitador pode colocar a questão aos participantes - Eu colocaria esta questão em conjunto com a anterior para reduzir a duração da conversa, bem como este documento.

6. O mar suporta a subsistência de muitas pessoas nas áreas costeiras. O nosso país arquipelágico tem comunidades costeiras em rápido crescimento que dependem da pesca e de outros meios de subsistência baseados no mar.

Exemplo: pessoas que recolhem conchas para artesanato, turismo....

Muitas áreas ganham grandes rendimentos por causa de suas praias brancas limpas e águas claras.

7. O mar tem poderes de cura. Exemplos de paralíticos e asmáticos reconheceram os efeitos curativos das linhas costeiras. Componentes farmacêuticos também são extraídos de invertebrados e algas marinhas

8. O mar nos permite viajar para outras áreas

9. O oceano regula o clima global. A água do mar absorve o calor do sol. Sem esse processo, a terra ficaria quente demais.

10. O mar prende o dióxido de carbono. Fitoplâncton do oceano, manguezais e grama do mar consertam e prendem carbono atmosférico

Ciclo da água



Anexo 25. Exemplo de Plano de Comunicação

Plano de comunicacao			
Dias de semana:	(por exemplo: Quarta-feira)		
Membros envolvidos:	(por exemplo: David, Alexandra)		
Lider de equipe:	(por exemplo: David, Alexandra)		
Bairro	Local de concentracao	Horas	Conteudos ou tema a serem tratadas
	(por exemplo: Na mangueira/ perto da casa do Sr/Sra...)	(por exemplo: 14h30 as 15H15)	(por exemplo:) 1. Lembrar a comunidades quais foram os motivos e objectivos de criacao de reservas. 2. Lembrar as Datas de fecho e a previsao de abertura; 3. Lembrar que sao os beneficiarios das RT no acto de Abertura. Solicitar membros para ajudar na fiscalizaca;

NB: Os conteudos da comunicacao deve ser baseadas aos objectivos centras da comunidade sobre as zonas de gestao e algum momento poder aplicado para resolver os problemas locais.

Assegurar que os encontros nao sejam a cima de 45 min.

Relatorio Sobre a Comunicacao					
Semana	1	2	3	4	Obs/ mesma pessoa
Homens					
Mulheres					
Total					

Anexo 26. Exemplo de Plano de Sensibilização (ING)

OSOL LMMAs Outreach plan				
LMMA Establishment phase: Local stakeholders support the establishment of the LMMA				
Behaviour adoption and Action objectives	Target audiences	Messaging strategies	Messages vehicles and channels	Tools and Materials
Action 1: Community understand and agree to establish LMMA	Local communities, CCPs, VSLAs	<p>Strengthening community understanding of their marine resources and habitats:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marine habitats: roles and connectivity- benefit of healthy ecosystem. - Fish/Octopus reproduction and life cycle - Fish Spawning aggregation. - Different threats to marine resources and habitats. - Implication of unsustainable fishing practices on the fisheries and the community wellbeing. 	Community consultation/outreach, VSLA meetings, CCP meetings. Use of VAs local champions Community exchange trips	Posters, PPP and movies
	Local communities, CCPs, VSLAs	<p>Promoting LMMA as an effective marine management tool:</p> <ul style="list-style-type: none"> - What is an LMMA? Why do we need LMMA? - Reinforcing the value of the sea as an essential community life support, and should be taken good care of by the communities through LMMA establishment (value of stewardship). 	Community consultation/outreach, VSLA meetings, CCP meetings. Use of VAs local champions. Community exchange trips	Posters, PPP and movies
Action 2: Community members and CCPs actively participate (attend meeting and participate in discussion) in LMMA consultation	Local communities, CCPs, VSLAs	Why? Ensure that decisions made are appropriate to community, respond to community needs, opportunity to raise concern, voices, and better awareness of the project....etc.	Community consultation/outreach, VSLA meetings, CCP meetings. Use of VAs local champions	None (could be banners)

Anexo 27. Manual de horticultura

Guião sobre como foram Implementadas as Actividades de Horticultura na fase I do Projecto OSOL -UE

Guide on how Horticulture Activities were implemented in phase I of the OSOL - UE Project

1. Introdução ***Introduction***

Este guião foi elaborado no âmbito da implementação da actividade de Horticultura no projecto OSOL. A horticultura foi introduzida com o objectivo de contribuir para a segurança alimentar e reduzir a pressão sobre os recursos marinhos como sendo uma da actividade de geração de renda alternativa a pesca.

O guião explica resumidamente todas as etapas que envolveu no processo de implementação de Horticultura desde a mobilização dos membros, preparação do terreno, lançamento da semente, rega, calendarização das principais culturas, combate as pragas, adubação das culturas, selecção das culturas para a comercialização e a identificação dos potenciais compradores.

This guide was developed in the context of the implementation of the Horticulture activity in the OSOL project. Horticulture was introduced with the aim to contribute towards food security and reduce pressure on marine resources as one of the alternative income-generating activities to fishing.

The guide briefly explains all the steps involved in the Horticulture implementation process, from mobilizing members, preparing the land, planting the seeds, watering, scheduling the main crops, fighting pests, fertilizing crops, selecting crops for marketing and the identification of potential buyers.

2. Mobilização das comunidades para aderir a Horticultura ***Mobilizing communities to join Horticulture***

Um das formas que foi usada para encorajar as comunidades para aderirem esta actividade, em particular a produção de alface foi a sensibilização que passou-se pelo processo de explicação sobre o consumo das hortaliças, a sua importância, o valor

nutritivo e sem se esquecer do objectivo primordial que é a redução da pressão dos recursos marinhos, como sendo uma das actividades alternativas de sobrevivência e de geração da renda.

Todavia, as pessoas da zona costeira não tem habito de comer as verduras e legumes, sendo assim foram incentivados os membros da comunidade para ter habito de comer esses alimentos

Um das sensibilizações feitas junto com as comunidades, pela primeira foi de preparar a salada de alface e dar os membros provarem, os membros gostaram da salada e sentiram se satisfeitos.

No final das mobilizações ficaram convencidos que vale a pena produzir verduras e legumes e que não se pode viver somente dos recursos marinhos/ pescadores.

One of the ways that was used to encourage communities to join this activity, in particular the production of lettuce, was the awareness-raising that took place through the process of explaining the consumption of vegetables, its importance, the nutritional value and importantly, the aim to reduce pressure on marine resources, horticulture being one of the alternative activities for survival and income-generation.

However, coastal communities here do not usually include vegetables in their everyday diet, so community members were encouraged to get into the habit of eating these foods.

One of the initial types of outreach done with the communities, was the preparation of the lettuce salad and encouraging community members to have a taste, most of which enjoyed eating the salad and felt satisfied.

At the end of the outreach activities, community members were convinced that it is worthwhile to produce vegetables and that one cannot live on marine / fishing resources alone.

Anexo 28. Modelo de acordo de horticultura

ACORDOS DE ALDEIA

Aos ----- de ----- 20XX, na comunidade de -----, esteve reunido um grupo de pessoas com o objectivo de elevar a sua aldeia. As responsabilidades de cada parte:

AMA ira oferecer um material de trabalho em troca de um favor que os membros possam exercer o trabalho com zelo e responsabilidade as actividades das machambas de horticultura.

As partes envolvidas:

AMA:

- ❖ Ira alocar insumos agrícolas tais como: enxadas, catanas, pás, regadores, ancinhos, Botas, Luvas, Pulverizadores e sementes agrícolas.

Comunidade:

- ❖ Cuidar dos insumos agrícolas e para que possam levar muito tempo;
- ❖ Contribuir o fundo ambiental para o CCP poder exercer uma limpeza ou uma actividade que tem a ver com o ambiente;
- ❖ Ter a responsabilidade de ajudar outros grupos que existirão na aldeia no futuro;
- ❖ Ter a responsabilidade de comprar insumos agrícolas para o grupo na época seguinte.

Anexo 29. Ordenando ameaças por pontuação

Classificação das ameaças

Este método pode ser usado para uma classificação mais completa das ameaças usando critérios e pontuações. As definições da pontuação abaixo servem apenas como um guia e podem ser adaptadas dependendo do contexto:

- I. Escopo - cobertura geográfica da ameaça - quão difundida é? Pontuação 3 (alta) = 50-100% da área impactada. Pontuação 2 (média) = 20 a 50% da área impactada. Pontuação 1 (baixa) = 0-20% da área impactada.
 - II. Gravidade - nível de dano dentro da área geográfica afectada. Pontuação 3 (alta) = o recurso será reduzido a um nível de 0 a 50% do nível original. Pontuação 2 (média) = recurso de 50 a 80% do recurso original. Pontuação 1 (baixa) = recurso 80-100% do nível original.
 - III. Irreversibilidade - chance de recuperação após o dano ter sido feito (após a remoção das ameaças). Pontuação 3 (alta) = 0-50% de chance de recuperação. Pontuação 2 (média) = 50-80% de chance de recuperação. Pontuação 1 (baixa) = 80-100% chance de recuperação.
- a) Resuma as pontuações para cada uma das ameaças aos recursos. As ameaças com mais pontos representam as maiores ameaças.

Tabela de classificação de ameaças

Principais ameaças	Escopo: <ul style="list-style-type: none"> • Geográfico • Recursos afectados pelas ameaças • Pessoas fazendo isso 	Gravidade: <ul style="list-style-type: none"> • Nível de dano • Nível de redução 	Irreversibilidade: <ul style="list-style-type: none"> Chance de recuperação sem ameaças 	Classificação: pontuação	Notas

Anexo 30. Exemplos de recursos de sensibilização

HORTICULTURA

Fazer parte de um grupo de poupança ajudará a economizar dinheiro e fazer empréstimos para expandir seus investimentos e negócios

Uma oportunidade para diversificar seu rendimento e não depender da pesca

Uma oportunidade para diversificar sua dieta

Poupe pelo grupo ACPE e junte-se a um grupo de horticultura para melhorar seu bem-estar

ACPEs E FUNDO AMBIENTAL

Faça parte de grupo de ACPE para ter acesso a serviços financeiros e participar na co-gestão de recursos marinhos locais

O Fundo Ambiental é importante para a comunidade e para si.

Fundo Ambiental

Contribua para Fundo Ambiental do seu ACPE e participe em atividades e tomada de decisão sobre a co-gestão de recursos marinhos

O Fundo Ambiental será gerido pelo grupo ACPE para gestão das Áreas Marinhas de Conservação Comunitária, e é benéfico para todos da comunidade

Invista no fundo pelo seu grupo ACPE

LMMAs

As Zonas de Reabastecimento permitem que os peixes cresçam, reproduzam e saiam para as Áreas Marinhas de Conservação Comunitária

O CCP fiscaliza as regras das Áreas Marinhas de Conservação Comunitária

Fiscalizar as Áreas Marinhas de Conservação Comunitária com frequência

Ajude seu CCP a garantir a fiscalização

A pesca com artes não destrutivas em zona regulamentada

Zona de Reabastecimento

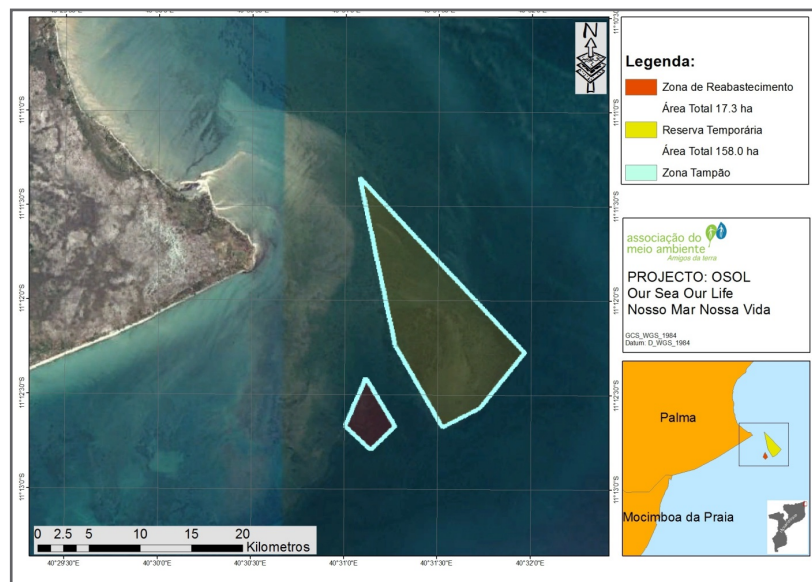
Os polvos aumentam em tamanho e número dentro da Reserva Temporária e poderão ser capturados na abertura da reserva

Não entre na Zona de Reabastecimento ou Reserva Temporária durante o período que esta fechada, e de não use artes de pesca nocivas

Fiscalizar as Áreas Marinhas de Conservação Comunitária com frequência

Ajude seu CCP a garantir a fiscalização

Anexo 31. Exemplo de mapa de áreas RT ou ZR definidas, mostrando a sua localização e limites



Anexo 32. Exemplo de lista de regras, regulamentos e sanções

Lista de regras, regulamento, multas para as reservas		
Zona de gestão	Actividades autorizadas	Actividades proibidas
Zona de Reabastecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Pesca desportiva, que será aprovado pelo CCP local; • Circulação do barco transportador de passageiro, e perdoável o atracamento do barco em situações de ventos fortes de não poder avançar ou pelo enclanhamento da perca da maré; • Os membros do CCP são permitidos na verificação das bóias e todos os mecanismos de demarcação; • O CCP pode avaliar o desempenho da zona de gestão com base no monitoramento comunitário em parceria com o projeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Restringido todo o tipo de actividade de pesca, excepto as actividades de pesca desportiva; • Não há permissão de entrada de barco para a pesca; • Não é permitido danificar ou roubar as bóias de sinalização, (o individuo esta sujeito a uma multa)
Reserva Temporária	<ul style="list-style-type: none"> • O CCP vai efectuar visitas de monitoria mensal dentro da área da zona de gestão em parceria com o projeto; • Durante o período de abertura todos os membros da comunidade (especifica) são permitidos pescar na zona de gestão; • Qualquer outro pescador de outra origem terá de se dirigir ao escritório do CCP para informar-se sobre a autorização de acesso; • No dia da abertura, o pescado será vendida a pessoas residentes naquela aldeia (e não os que vierem de fora para comprar o pescado) 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma pesca de qualquer tipo é permitida durante o período de encerramento • Durante o período de abertura, são proibidas as seguintes artes de pesca: Artes de pesca consideradas ilegais ao abrigo da legislação moçambicana, incluindo rede mosquiteira, Macuelele, arrasto com saco e produtos tóxicos. Quebra dos corais, pesca nocturna e as redes com emalhares menores • Mesmo que a reserva temporária esteja aberta, não é permitido pescar nas mares mortas

Anexo 33. Exemplo de tabela de papéis e responsabilidades

Partes envolvidas	Papéis e responsabilidades
CCP	Controlar artes de pesca; fiscalizar a praia contra o feccalismo a céu aberto; Representar a comunidade em tudo o que tem a ver a co-gestão das zonas. Mobilização da comunidade em relação a abordagem das medidas de co-gestão dos recursos e a prestação de contas pelo menos 1 vez de cada 2 meses.
Líderes comunitários e religiosos	Conselheiros do CCP em todo o processo de gestão das zonas de gestão/resolução de possíveis conflitos. Aconselhar os infractores no abandono da prática e fazer chegar do benefício das reservas numa comunidade.
Tribunal local	Ajuda a resolver os problemas de infracção das zonas de gestão
Comunidade	É uma das maiores Partes interessadas no processo, por isso sempre devere ser envolvido em qualquer processo relacionado com a co-gestão – apoiar o CCP no processo de fiscalização, informando sempre que for identificado um infractor, legitimar todas as decisões emanadas das assembleias-gerais organizadas ao nível da comunidade.
Professores	Ajudam no processo de conhecimento sobre a área de co-gestão para os estudantes; apoiar o CCP nas redacções de seus encontros e cartas para autoridades e outras partes envolvidas no processo. Ajudar na tramitação dos processos em caso da necessidade do CCP e se calhar um infractor que não honra com o compromisso em relação a sua penalização.
PRM	Garantir seguranças em todas as operações de fiscalização conjunta entre o SDAE, CCP. Intervir em casos de infractores cometer 3 vezes repetidamente.
SDAE	a) Garantir fiscalização da pesca artesanal. A fiscalização é uma outra responsabilidade atribuída pela LOLE ao Administrador do Distrito. Em princípio, esta função deverá ser exercida no âmbito do SDAE/administração pesqueira (ou, se for esse o caso, de um Serviço Distrital de Pesca). No entanto, se o arranjo orgânico local previr a unificação do corpo de fiscais, os fiscais de pesca seriam integrados nessa unidade. Independentemente do arranjo

O documento completo pode ser encontrado [aqui](#)

Anexo 34. Exemplo de plano de fiscalização

Modelo de plano de fiscalizacao			
Nome do centro de desembarque	Membro envolvidos	Responsavel do grupo	Dias da semana
Mbuyuni	1. Amade 2. Muawina 3. Saide	1 Ex: Amade	Segunda
Quiwia sede	1. 2. 3.	1	Terca
Makongo	1. 2. 3.	1	Quarta
Farol	1. 2. 3.	1	Quinta
Navija	1. 2. 3.	1	Sexta
Sendame	1. 2. 3.	1	Sabado
Nota:			
O numero dos Centro de desembarque podem variar de acordo com a realidade e assim como a constituicao de grupos, dependera do efectivo do CCP.			
Sem, assegurar que em cada grupo estejam envolvidos se calhar pessoas com habidade de escrita e leitura.			
Assegurar que pelo menos os grupos no processo de fiscalizacao, tenham consigo o despacho d			

Parceiros



Financiadores



We're ZSL, an international conservation charity working to create a world where wildlife thrives. Join us at zsl.org

ZSL is a registered charity in England and Wales no: 208728

